



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MARABÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DINÂMICAS
TERRITORIAIS E SOCIEDADE NA AMAZÔNIA – PDTSA



ANGEL MARQUES AMADOR

A FEIRA COMO ESPAÇO DE VALORIZAÇÃO DA AGRICULTURA
FAMILIAR: o caso da feira da agricultura familiar, no município de Marabá,
sudeste do estado do Pará.

MARABÁ-PA
2017

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MARABÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DINÂMICAS TERRITORIAIS E
SOCIEDADE NA AMAZÔNIA – PDTSA

ANGEL MARQUES AMADOR

A FEIRA COMO ESPAÇO DE VALORIZAÇÃO DA AGRICULTURA
FAMILIAR: o caso da feira da agricultura familiar, no município de Marabá,
sudeste do estado do Pará.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. Luís Mauro Santos Silva

MARABÁ-PA
2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca Josineide da Silva Tavares da UNIFESSPA. Marabá, PA

Amador, Angel Marques

A feira como espaço de valorização da agricultura familiar: o caso da feira da agricultura familiar, no município de Marabá, sudeste do estado do Pará / Angel Marques Amador ; orientador, Luís Mauro Santos Silva. — Marabá : [s. n.], 2017.
104 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, Marabá, 2017.

1. Agricultura familiar – Marabá (PA). 2. Feiras. 3. Produtos agrícolas - Comercialização. 4. Trabalhadores rurais. 5. Economia agrícola – Marabá (PA). 6. Setor informal (Economia). 7. Agricultura sustentável. I. Silva, Luís Mauro Santos, orient. II. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. III. Título.

CDD: 22. ed.: 338.1098115

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MARABÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DINÂMICAS TERRITORIAIS E
SOCIEDADE NA AMAZÔNIA – PDTSA

ANGEL MARQUES AMADOR

A FEIRA COMO ESPAÇO DE VALORIZAÇÃO DA AGRICULTURA
FAMILIAR: o caso da feira da agricultura familiar, no município de Marabá,
sudeste do estado do Pará.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia.

Data da Defesa: 15/03/2017

Conceito:

Banca Examinadora

Prof. Dr. Luís Mauro Santos Silva, (Presidente - NCADR/UFPA)

Prof.^a Dr.^a Andrea Hentz de Mello (Examinadora interna - UNIFESSPA/PDTSA)

Prof. Dr. Armando Lírio de Souza– (Examinador externo - UFPA/ICSA)

MARABÁ-PA
2017

Dedicatória

A Dilma e João,

Meus pais,

A Luara e Clarice,

Minha querida esposa e filha amada.

Fazem de minha vida mais feliz.

AGRADECIMENTOS

Ao concluir um trabalho, sabemos que é uma tarefa muito árdua diante das dificuldades da vida. Talvez agradecer seja a maior dificuldade de todas, sendo assim, apesar de todo esforço pessoal, jamais conseguiria sem a colaboração de muitos. Mas aqui tentarei lembrar de pessoas que me fortaleceram com encorajamento e diálogos constantes.

Agradeço a Deus pela sua presença em minha vida.

A todo corpo de professores e colaboradores do programa PDTSA pelo apoio prestado a diversas fases do trabalho.

Agradeço aos membros de minha banca pela atenção e dedicação pela qual leram meu trabalho, em especial, meu orientador Prof. Luís Mauro. E também agradeço ao empenho da Prof.^a Andreia Hentz pelos seus conselhos. Ao Prof. Armando lírio pela compreensão.

A Universidade do Estado do Pará pela qual foi a responsável por me possibilitar a graduação que no decorrer dela enfrentei inúmeras dificuldades em concluir.

Aos agricultores/feirantes pela disposição em conceder entrevistas e informações sobre a feira, em especial a agricultora de pulso forte e corajosa Dona Dijé que me confiou documentos e informações precisas sobre a feira. E também sigo nesse aspecto agradecendo a outra agricultora Dona Maria Augusta que me recebeu em sua casa com muito carinho e dedicação.

A minha querida esposa e companheira Luara pela compreensão nas muitas vezes que me manteve recluso e em silêncio pensando no desenvolvimento do trabalho.

Aos amigos que abraçaram essa causa junto comigo, às vezes perguntando como estava o andamento do trabalho e quando finalizaria, em especial a Toni, Diogo, Renato, Marcos (Rabeta) e Ranielle Nascimento.

Ao querido amigo e professor eterno Airton dos Reis Pereira pelas palavras de incentivo e motivação desse projeto, pela qual sempre contribuiu com nossas conversas literárias.

E por fim, agradeço de coração o empenho de minha mãe em torcer e abraçar todos os projetos de minha vida.

RESUMO

O objetivo desse estudo foi de analisar o papel da feira da agricultura familiar de Marabá, no que diz respeito ao fortalecimento da agricultura familiar e na perspectiva agroecológica dessas lógicas produtivas. Para tanto, a própria feira da agricultura familiar no município de Marabá delimitou a empiria, bem como os sujeitos. Para o referido trabalho, alguns passos metodológicos foram priorizados, dentre eles: a revisão bibliográfica e documental, a elaboração e aplicação de questionário de entrevistas realizadas com produtores, consumidores e gestores do espaço, bem como no Projeto de Assentamento PA Alegria, pelo mesmo ser responsável pelo maior fornecimento de produtos oriundos da lógica produtivista familiar. Os resultados demonstraram de forma geral que a feira contribuiu, consideravelmente para o fortalecimento das lógicas produtivas na região sudeste do Pará, apresentando-se como alternativa viável para as famílias de agricultores que residem especialmente no entorno da cidade de Marabá. Contudo, mesmo considerando algumas contradições (uso pontual de alguns produtos químicos), o papel que a feira da agricultura familiar desempenha para a economia local é estratégico, mas vai além da dimensão econômica. Assim, a promoção do fortalecendo a agricultura familiar, rebate também em aspectos de autonomia na produção, consumo de alimentos saudáveis (no campo e na cidade), fortalecimento político, cultural e eleva a autoestima dos sujeitos do campo.

Palavras chave: Produção Agrícola familiar, sustentabilidade e economia informal.

ABSTRACT

The aim of this study, referred to analyze the role of family agriculture fair of Maraba, as regards the strengthening of family agriculture and agroecological perspective of these productive logic. For both, own the family farm in the municipality of Marabá delimited the Lacandon Jungle ", as well as the subject. For that work, some methodological steps were prioritized, among them: the bibliographical and documentary review, development and implementation of questionnaire interviews with producers, consumers and managers of the space, as well as in the Settlement Project PA joy, the same being responsible for the largest supply of products from the productivist logic family. The results showed that overall the agriculture fair of Maraba contributed considerably to the strengthening of the productive logic in the southeast of Pará, presenting itself as a viable alternative for families of farmers who reside around the city especially Marabá. However, even some contradictions (one-off use of some chemicals), the role of the family agriculture plays for the local economy is strategic, but goes beyond the economic dimension. Thus, the promotion of strengthening family agriculture, also in aspects of autonomy rebate on production, consumption of healthy foods (in field and town), strengthening political, cultural and elevates the self-esteem of subjects of the field.

Keywords: Family farming, sustainability and the informal economy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização da feira da agricultura familiar de Marabá.	51
Figura 2 - Clientes circulando e feirantes a espera de consumidores.	66
Figura 3 – Vista do funcionamento no interior da feira e seus produtos de cunho agroecológico.....	67
Figura 4 - Aspectos da Comercialização na feira de agricultura familiar de Marabá...	73
Figura 5 - Local de produção no lote de terra no PA Alegria.	76
Figura 6 - Cultivo no PA Alegria.	77
Figura 7 - Diversidade produtiva na feira.....	82
Figura 8 - Agricultora em seu momento de descanso.	84
Figura 9 - Produção de coco babaçu no PA Alegria.	84
Figura 10 - Produção de açaizeiro no PA Alegria.....	85
Figura 11 - Agricultor apresentando equipamento rudimentar que extrai óleo do coco babaçu.....	86

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Percentual de produtos comercializados na Feira da agricultura familiar de Marabá.	62
Gráfico 2 - Escoamento de produtos dos assentamentos na Feira de agricultura familiar de Marabá.	63
Gráfico 3 - Relação da porcentagem de Gênero dos entrevistados na Feira de agricultura familiar de Marabá.....	63
Gráfico 4 - Níveis de escolaridade dos familiares que vendem na Feira de agricultura familiar de Marabá.....	64

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Quadro síntese dos passos metodológicos da pesquisa.....	55
Quadro 2 - Evolução financeira dos primeiros anos de funcionamento da feira	59
Quadro 3 - Lista dos principais vegetais, comercializados na feira da agricultura familiar, Marabá – PA.....	60
Quadro 4 - Principais produtos comercializados de origem animal, comercializados na feira da agricultura familiar, Marabá – PA.....	61
Quadro 5 - Principais atores e suas atividades desenvolvidas na feira da agricultura familiar de Marabá – PA.	65
Quadro 6 - Quadro comparativo de princípios agroecológicos percebidos juntos as sujeitos da feira da agricultura familiar de Marabá.	68

LISTA DE SIGLAS

ABA – Associação Brasileira de Agroecologia.

ANA – Articulação Nacional de Agroecologia.

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

ATES – Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária

CEAGESP – Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo

CEASA-PA – Central de Abastecimento do Pará.

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

COOPSERVIÇOS – Cooperativa de Prestação de Serviços

CTA-ZM – Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata

DMTU – Departamento Municipal de Transito Urbano

FETAGRI – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará

FETRAF – Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar

FLV – Frutas, Legumes e Verduras

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística

IDEC – Instituto Brasileiro de defesa do Consumidor

IFOAM – International Federation of Organic Agriculture Movements

IFPA – Instituto Federal do Pará

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras

ONGS – Organizações não Governamentais

PA – Projeto de Assentamento

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

UFV– Universidade Federal de Viçosa

UNIFESSPA – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. OBJETIVOS	16
2.1. OBJETIVO GERAL	16
2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	16
3. REVISÃO TEÓRICA	16
3.1. AS LÓGICAS FAMILIARES DE AGRICULTURA NA AMAZÔNIA E SUA RELAÇÃO COM MERCADOS (FORMAIS E INFORMAIS).	16
3.2. A PERSPECTIVA AGROECOLÓGICA E O PAPEL DAS FEIRAS NA AMAZÔNIA	23
3.3. MERCADOS E LÓGICAS DE AGRICULTURA FAMILIAR.....	30
4. METODOLOGIA.....	50
4.1. CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO LOCAL DE ESTUDO.....	50
4.2. CARACTERIZAÇÃO DA FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR DE MARABÁ.....	51
4.3. ETAPAS E FERRAMENTAS UTILIZADAS DURANTE A PESQUISA	54
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	56
5.1. CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA DA FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR DE MARABÁ	56
5.2.UMA BREVE CARACTERIZAÇÃO DE AGENTES ATUAIS: QUEM PRODUZ, COMERCIALIZA, CONSUME	59
5.3.COMPARAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA FEIRA COM OS PRINCÍPIOS AGROECOLÓGICOS, NO CONTEXTO DE MARABÁ.	67
5.3.1. A Segurança e soberania alimentar como estratégia de fortalecimento local da capacidade produtiva	69
5.3.2. A produção de alimentos saudáveis para quem produz e para quem compra: “vendendo o que se come no lote”.	70
5.3.3. A feira fortalecendo uma autonomia para as famílias assentadas.....	74
5.3.4. A diversidade produtiva cumprindo papel elementar na consolidação da feira e dos agroecossistemas familiares locais	81
5.3.5. Aspecto ambiental ligado com a feira	89
5.4. O PAPEL DA FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR NA PERSPECTIVA AGROECOLÓGICA, NO MUNICÍPIO DE MARABÁ.	91
6. CONCLUSÃO.....	93
REFERÊNCIAS.....	95
APÊNDICE I: ROTEIRO SEMIABERTO PARA LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES NA FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR – PRODUTORES E COMERCIANTES.	100

APÊNDICE II: ROTEIRO SEMIABERTO PARA LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES NA FEIRA DA AGRIUCLTURA FAMILIAR - CONSUMIDORES	101
APÊNDICE III: ROTEIRO SEMIABERTO PARA LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES JUNTO A AGRICULTORES QUE PARTICIPAM DA FEIRA	102
ANEXO A – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS	103

1. INTRODUÇÃO

As feiras livres desenvolvem um papel estratégico na circulação de alimentos não industrializados, junto à sociedade local, garantindo parte significativa do consumo interno da população urbana, nas mais diversas classes sociais. Esses espaços, aparentemente comerciais, também assumem papel de convívio social mais democrático, onde as pessoas experimentam vivências cotidianas, pautadas em relações que extrapolam a dimensão econômica. Supõe-se um grande potencial dessas feiras para processos de fortalecimento das lógicas camponesas, através de uma maior visibilidade dada a essa categoria sócio produtiva, além de propiciar nichos comerciais alternativos, em relação às lógicas mercadológicas de distribuição de alimentos industriais e não industriais (cadeias longas de mercados), que implantam dinâmicas mais excludentes de comercialização e, conseqüentemente, com menor acesso aos alimentos locais (com as redes de supermercados urbanos) (PIERRI, 2011).

Nota-se que, nas últimas décadas, as feiras¹ denominadas de “agricultura familiar” vêm perdendo espaço para as grandes redes de super e hipermercados (e seus impérios alimentares vinculados), ou seja, em escala de grande varejo. Talvez isso ocorra devido à invisibilidade econômica dessas atividades econômicas locais. E como consequência imediata, reforça certa marginalização da agricultura familiar, tanto perante consumidores urbanos, quanto as Políticas Públicas destinadas às questões de abastecimento de alimentos (PIERRI, 2010; PLOEG, 2009; SOUZA, 2009; MEDEIROS, 2010).

Numa perspectiva mais ampla, a relação sociedade-natureza proporcionada por esses estilos de feiras (as denominadas de “agricultura familiar”) tomam um sentido maior do que a dimensão econômica e ainda funcionam como “válvula de escape” diante do difícil acesso aos alimentos mais saudáveis (ABRAMOVAY, 1992; ELHERS, 1999; PLOEG, 2009).

Diante da atual crise agroalimentar contemporânea², o investimento em estudos sobre temas relacionados com as lógicas de feiras se tonaram estratégicos, especialmente dentro de uma perspectiva socioambiental, pois representam um movimento de “resistência”, diante dos ditos padrões modernos de produção e consumo, contrariando assim a lógica mercadológica,

¹ Segundo Brandenburg et. al. (2013), a feira é uma expressão importante de cadeias curtas de mercado ou circuitos curtos de alimentos e outros produtos.

² Tal crise se caracteriza pelo antagonismo entre duas lógicas de produção de alimentos. Uma reconhecida como camponesa, milenar, complexa e diversa, primando por relações locais diferenciadas com a natureza e se firmando como provedora das necessidades alimentares da sociedade. A outra concebida recentemente na matriz industrial, convencionalizada como agronegócio que bate sistematicamente recorde de safras, mas impacta negativamente os indicadores de fome e desigualdade social e se consolidou como um dos maiores catalisadores da atual crise de desenvolvimento (SILVA, 2005, p.2).

através do favorecimento de lógicas camponesas (ELHERS, 1999; PLOEG, 2009; MEDEIROS, 2010; PIERRI, 2010).

Seguindo essa tendência, pesquisas em torno das lógicas camponesas e suas estratégias de comercialização e distribuição de alimentos saudáveis, necessitam ser fortalecidas diante do atual contexto local e global. Por seu turno, as lógicas dos mercados formais apresentam profundas dificuldades na produção de alimentos isentos de contaminantes, ocasionando fortes impactos deletérios junto aos espaços rurais (contaminação, perda de solos cultiváveis etc.) e urbanos (êxodo rural, contaminação alimentar, alta de preços, escassez de produtos etc.).

Uma argumentação de Ploeg (2009) reforça um apontado processo de aumento das unidades produtivas familiares, visto que a agricultura camponesa é menos dependente dos mercados para os acessos aos insumos e outros fatores externos de produção. Ela também estabelece uma relação de autonomia, relativa, em detrimento de outras formas de produção agropecuária, graças a sua diversidade e maior cuidado para com a natureza e a sociedade.

Acredita-se que uma visão mais reflexiva sobre o papel das feiras da agricultura familiar, possibilitará uma maior compreensão a respeito das lógicas camponesas e seu papel estratégico na produção e comercialização de alimentos saudáveis.

Outro aspecto importante abordado são os princípios em que se concebem esses espaços de feiras. E tudo indica que o recente, e pungente, movimento agroecológico exerce forte influência nesse processo de fortalecimento da agricultura familiar, possibilitando ajustes e convergências na inserção de formas mais democráticas de produzir e comercializar a produção realizada no espaço rural.

Portanto, o presente estudo buscou uma melhor compreensão do papel das feiras, em especial a feira da agricultura familiar de Marabá, que surge com aspectos importantes sobre o papel desses espaços com propósitos que transcenderam o propósito de entreposto comercial.

Diante do exposto, duas questões parecem ser plausíveis na busca de uma melhor compreensão da feira de agricultura familiar e o seu papel junto às lógicas familiares de produção: 1) qual o papel da agricultura familiar para o fortalecimento das feiras? 2) em que aspectos as feiras de agricultura familiar contribuem para a construção de uma perspectiva agroecológica local?

2. OBJETIVOS

2.1. OBJETIVO GERAL

O presente estudo buscou analisar o papel da feira da agricultura familiar de Marabá, no fortalecimento da agricultura familiar e na perspectiva agroecológica dessas lógicas produtivas.

2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Realizar um levantamento histórico e uma caracterização da feira da agricultura familiar e seus princípios de funcionamento;
- Caracterizar agentes que produzem, comercializam, consomem e a origem dos produtos da feira;
- Comparar e verificar a relevância dos princípios da feira com os princípios agroecológicos, no contexto de Marabá.

3. REVISÃO TEÓRICA

3.1. AS LÓGICAS FAMILIARES DE AGRICULTURA NA AMAZÔNIA E SUA RELAÇÃO COM MERCADOS (FORMAIS E INFORMAIS).

Alguns autores trazem conceitos importantes que marcam alguns papéis estratégicos assumidos pelos espaços físicos ocupados por feiras populares e, em especial, os organizados e construídos por familiares rurais.

Segundo Pierri (2011, p. 11), feiras livres são eventos periódicos, que ocorrem em espaços públicos, aonde homens e mulheres realizam trocas comerciais de mercadorias, com a finalidade de garantir suas condições materiais de vida. Compõe parte de circuitos curtos de comercialização e podem propiciar o escoamento da produção agrícola local. Por esse e por outros motivos, podem colaborar com programas e estratégias de desenvolvimento local.

O mesmo autor reforça que as feiras também contribuem de maneira significativa para o fortalecimento de comunidades locais, atribuindo a ela o resgate histórico dos povos tradicionais e seus costumes. Compreende-se a feira como espaço democrático, que se transformam a todo o momento, onde se faz o escoamento de produtos e se observa a cooperação entre os indivíduos envolvidos (PIERRI, 2011).

Corroborando com o autor acima, assim sendo, Medeiros (2010, p. 45) destaca.

A feira é um espaço democrático de convivência, em que os sujeitos sociais se encontram, trocam experiências e vivências e aprendem mutuamente, informalmente, ao lado de toda modernidade dos grandes conglomerados de redes de supermercados. A feira resiste e essa resistência tem sua origem na própria forma de como as pessoas que dela participam vão criando estratégias de sobrevivência, formas e meios de continuar subsistindo, mostrando sua visibilidade quando muitas vezes são vistos como se fossem seres invisíveis.

Afirmando o dito acima, Medeiros (2010) reitera o papel das feiras como espaço democrático, e afirma também que as feiras resistem diante de conglomerados de redes de supermercados. Essas feiras tem um importante papel social dentro das comunidades que delas sobrevivem, traçando a marca de um povo e fortalecendo as lógicas camponesas. Além do mais, a feira é um espaço que comporta várias relações sociais, até mesmo estranhamento com outro a laços de amizade e solidariedade. A feira ainda é espaço de escoamento de produtos, além de ambiente de pleno convívio social.

Cabe salientar também que a dinâmica do espaço de feiras, ainda comporta traços peculiares, diferenciados e complexos. Peculiaridades como estas que fazem com que a feira não entre em colapso quanto movimento autônomo, democrático e cultural. Ressaltando esta como movimento de resistência aos impérios alimentares presentes (PLOEG, 2009).

Para Guimarães (2010), a feira se revela como um espaço de integração social e de trocas culturais. Com a ocorrência de reafirmação de identidade do povo Brasileiro. A feira nos traduz e remete a costumes antigos, com predominância de caráter hortifrutigranjeira na produção de alimentos.

Embora o caráter mercantil seja colocado em primeiro plano, apresentando-se como o principal motivo para a feira, ao longo do tempo está se desenvolveu de forma lúdica, solta e livre, como o seu próprio nome diz. Adaptando-se aos tempos em relação à mercadoria, tecnologia e clientes, não perdeu sua base, suas raízes. Equilibrando os princípios da tradição e da inovação, assim como a festa popular, cada feira livre é, ao mesmo tempo, igual e diferente da anterior (GUIMARÃES, 2010, p.7).

Mesmo com um perfil mercantilista de feira, como nos remete Guimarães (2010), as feiras, com o passar do tempo, evoluíram e se apresentam como uma nova roupagem, tendo um caráter mais lúdico, livre e democrático.

A feira atravessa os séculos e se impõe diante dos meios de comercialização mais modernos. Resiste de maneira substancial aos mercados globais varejistas, nos surpreende por ser imutável, e conviver simultaneamente com o inovador.

Na feira, o indivíduo passa ter voz e se sente acolhido e respeitado. Consegue interagir livremente e torna-se um local para validação de sua cidadania e se tem a possibilidade de colocar o poder nas mãos dos pobres. O indivíduo se sente sujeito integrante de um grupo social (GUIMARÃES, 2010).

Outro aspecto que cabe destacar referente á feira é sua função social, contribuindo para o fortalecimento da agricultura familiar por agregar os produtos de origem animal e vegetal. Contribuindo com a diminuição da cadeia comercial e agregando valor ao produto comercializado (GODOY, 2005).

O autor ainda afirma que as feiras persistem frente aos meios modernos de comercialização e que sua permanência está ligada a sustentabilidade dos sistemas econômicos. Sobre o tema assim expõem:

A despeito do ceticismo de certas posições em relação ao tema, o fato é que em muitos locais as feiras-livres parecem persistir e sua permanência remete à discussão em relação a questões extremamente relevantes do ponto de vista da realidade concreta. Uma delas aparece cristalizada na questão da sustentabilidade dos sistemas econômicos, na discussão sobre o potencial que ostenta enquanto espaço de comercialização e de relações sócio afetivas, em termos da geração de oportunidades de viabilização do comércio local, da possibilidade de maior controle sobre a procedência dos produtos e da geração de empregos e renda (GODOY, 2005, p. 7).

No âmbito de geração de oportunidade a feira surge como dinamizadora nesse sentido, desenvolvendo um trabalho de inclusão de pessoas que estão fora do mercado de trabalho. Possibilitando geração de emprego e renda para pessoas marginalizadas do mercado.

Trata-se de espaços que utilizam intensamente a mão-de-obra familiar, não dispondo de uma estrutura organizativa, á exceção das feiras ecológicas, cuja trajetória e lógica de funcionamento guardam diferenças extremamente importantes em relação a feiras livres convencionais. Uma consequência desta falta de organização se reflete na falta de divulgação dos produtos das feiras, uma vez que inexistente qualquer organização relevante que congregue os feirantes em torno à defesa de seus próprios interesses. Para o exercício da atividade é necessário pequeno ou nenhum capital, sendo á força de trabalho o principal fator de produção (GODOY, 2005, p.64).

Percebe-se nesse sentido o caráter social nessas transações comerciais, a convergência de práticas sociais e de pessoas. Salienta-se que o caráter social apresenta duas vertentes: a

necessidade de abastecimento de populações urbanas com o próprio entendimento do comércio como atividade. A outra tange no que se refere o encontro de pessoas e pessoas com serviços (MEDEIROS, 2010).

Contudo, Godoy (2005) explica que a feira não apresenta nenhuma organização e para iniciar o trabalho também não necessita de capital. Para tanto, apenas necessita de força de trabalho como fator principal da produção. O que faz com que a inclusão dentro dessa modalidade seja facilitada, justamente pelo arrefecimento burocrático.

Destaca-se também que os custos fixos são desprezíveis, pois utilizam rudimentares equipamentos como: balanças e tabuleiros de madeira que acabam atendendo a necessidade temporária. Afirma também que ajuda do poder público é pouco eficiente, apenas liberando ruas para os feirantes e atendendo uma segurança esporádica (GODOY, 2005).

De lugar de compra de hortaliças e frutas a feira também comporta em seu espaço um ambiente hospitaleiro onde as pessoas se cumprimentam, fazem amizades. Cenário rico e curioso com pessoas passando, cachorro andando e crianças brincando. O papel da feira dentro do contexto cultural vai para além da comercialização de alimentos, atingindo esferas culturais dando um papel multifuncional.

Sobre o tema, afirma Guimarães (2010):

O processo de organização das feiras livres exige uma participação comunitária, uma estrutura que busque agradar à população local e se adaptar ao espaço em que acontecerá. Ela acrescenta à comunidade, acaba gerando até uma dependência na rotina. Além disso, tanto pela informalidade, estrutura e componentes que a formam, pode ser classificada como subalterna. Realizando um paralelo com o nosso país, a feira livre parece refletir a alegria do povo brasileiro. Mesmo porque aparenta ter, mesmo em meio ao caos, uma dinâmica organizada e harmoniosa, ainda que extremamente bagunçada. Com crianças, cachorros, idosos, trabalhadores, casais e mendigos convivendo em um mesmo espaço e pintando cenas de um quadro rico e curioso (GUIMARÃES, 2010, p. 11).

Esse quadro pintado diariamente caracteriza a feira com seus aspectos multifuncionais. Tornando- o ambiente um lugar que se congrega vários atores sociais caminhando para o mesmo objetivo, refletindo nesse espaço a alegria do povo brasileiro e a mistura de raça. Nesse ambiente se fortalecem laços de amizade e relação de confiança, ocorrem fofocas, lembranças e preservação de costumes e mantêm-se hábitos e relação com a comunidade (GODOY, 2005).

Destaca-se outro elemento na feira as famosas frases gritadas pelos os feirantes e algumas vezes até cantada, servem para garantir qualidade em seus produtos e melhor preço.

Desse modo, elas parecem ritos e canções típicas populares, chamando atenção dos compradores através do desempenho (GUIMARÃES, 2010).

Medeiros (2010) afirma que as feiras livres existem em várias cidades brasileiras, pois expressam um pouco desse mosaico e com caracteres marcantes. Na qual se encontra uma série de atores sociais urbanos (re) produzindo um padrão de organização socioespacial, muitas vezes, tradicional e, até mesmo, adaptado ao estilo de vida presente. Tal estilo se expressa na bagunça organizativa da feira que acaba agarrando seu cliente e conquistando e assim diminuindo a concorrência.

A competitividade na feira é outro aspecto que cabe destacar, muitos clientes que frequentam a feira possuem seu feirante preferido, sua barraca. Até mesmo a feira que possui maior variedade em seus produtos. Ocorrendo maior concorrência entre os feirantes (GUIMARÃES, 2010).

Em se tratando de vendas, a feiras abre uma possibilidade para a barganha que se diferencia do comércio varejista de uma formal geral. Lá os preços são negociados no momento, analisando sempre uma boa oferta. Essa negociação de preço mostra uma abertura para a quebra de regras, quase uma flexibilização na norma (MEDEIROS, 2010).

Contudo, com sua estrutura organizada e ao mesmo tempo desorganizada a feira vem resistindo ao comércio moderno. Sua permanência está ligada aos fatores socioculturais como amizade, preço e riqueza de diversidade. No geral, a feira mostra-se como uma oportunidade de quebrar essas barreiras sociais e explorar o espaço esquecido (GUIMARÃES, 2010).

A feira da agricultura familiar na cidade de Marabá aparece nesse cenário como mecanismo de subsistência para as famílias de agricultores que não tem para quem vender seu excedente de produção. Escoando sua produção com alimentos saudáveis e observando os princípios de sustentabilidade (AMARAL, 2013).

Desse modo, a feira da agricultura familiar pode ser caracterizada como circuito curto de economia. Por subsistirem em sua estrutura pequena movimentação econômica e pouco lucro nas vendas, mas cabe destacar a grande variedade de seus produtos (DAROLT et. al., 2013).

Entretanto, Godoy (2005) explica a relação com o circuito inferior da economia quando afirma:

A parte do circuito inferior que compreende os serviços tradicionais “a varejo” de pequeno porte invariavelmente movimenta individualmente pequenos volumes de serviços e negócios, muito embora tenha uma grande margem por unidade de produto.

Em consequência do pequeno volume total de negócios o lucro total é, por vezes, insignificante. Devido à diminuta estrutura organizacional, tanto as relações de trabalho como de troca são diretas e pessoais, conferindo um caráter de proximidade, frequentemente íntimo e direto em suas relações (GODOY, 2005, p.58).

Como relatado acima o circuito inferior oferece possibilidade de ganho mesmo que em pequenas proporções para as pessoas que não estão inseridas no contexto da formalização de empresa.

Esses circuitos inferiores ou circuitos curtos representam em números aproximadamente 35% de consumidores que compram produtos orgânicos. Já existem sinais de crescimento de circuitos curtos no Brasil. Pesquisa realizada em 2012 pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) identificou 140 feiras ecológicas certificadas em 22 das 27 capitais brasileiras (DAROLT et. al., 2013).

Observando o contexto de feira, é importante verificar alguns exemplos que acontece Brasil afora para se comparar com os modelos que acontece na região amazônica. Mas detidamente a feira da agricultura familiar de Marabá.

Ressalta-se um exemplo de feira ecológica bem particular que acontece no Rio Grande do Sul, mas particularmente a feira de Porto Alegre, que envolve aproximadamente 200 produtores observa-se que a grande maioria desses produtores é de agricultores que compõe a lógica camponesa, quase que exclusivamente (FLORIT, 2002).

Tal exemplo mostra bem a realidade da feira ecológica e como é seu funcionamento observando os valores da agroecologia e o fortalecimento da agricultura familiar:

Uns dos traços mais características dessa rede no Rio Grande do Sul é o fato de incluir quase que exclusivamente agricultores familiares, isto é, produtores rurais que se utilizam fundamentalmente do trabalho próprio e de suas famílias nas suas atividades. A razão desse traço distintivo decorre da opção da agricultura familiar que, por motivos fundamentalmente políticos, tem realizado as organizações envolvidas (FLORIT, 2002, p. 130).

Florit (2002) e Godoy (2005) também afirmam que para se discutir a entrada na rede é preciso entender alguns preceitos sobre agricultura familiar. A distinção entre agricultores familiares “viabilizados economicamente” e agricultores familiares “não viabilizados”, alguns dos quais se encontram em situação de pobreza. Haveria entre esses agricultores motivos diferentes para procurarem métodos de produção mais ecologicamente corretos. No caso dos agricultores que não necessitam encontrar uma nova alternativa produtiva para sua viabilidade econômica, a motivação apontada como sendo a mais frequente era a questão da saúde. Nesses casos, a opção por agricultura limpa obedece a uma tentativa de evitar a exposição por parte de

toda a família aos agrotóxicos responsáveis por graves e frequentes ocorrências, que incluem doenças crônicas, cegueira, distúrbios psicológicos, problemas na gravidez etc.

Para os agricultores não viabilizados, encontra na participação desse trabalho uma alternativa econômica. Desse modo, a inserção nessa nova rede lhe possibilita uma percepção ecológica e uma via a mais para comercializar seus produtos, além de assistência técnica e ajuda organizacional que obtinha das ONGs envolvidas (GODOY, 2005). Essa experiência de feiras ecológicas ou sustentáveis contribui maciçamente para o uso racional e sustentável dos recursos naturais. Sabe-se que a participação da agricultura familiar é imprescindível nesse modelo, por que de certa forma soma-se para a diminuição do uso de agrotóxicos, se valendo da lógica camponesa para produção sustentável.

Usando o que acontece no Rio Grande do Sul com uma agricultura alternativa e conformassem em rede, mesmo sem terem uma estrutura organizacional formalizada. Atuam com certa complementaridade e divisão de tarefas. De fato, algumas organizações voltam-se mais ao trabalho de comercialização e organização das feiras. Isso não quer dizer que aquelas que se caracterizam pela sua contribuição na fase da comercialização (como as cooperativas de consumidores, por exemplo) não ofereçam serviços de assistência aos produtores que optaram pela agricultura ecológica, nem também quer dizer que as organizações que se caracterizam por possuírem um setor técnico bem desenvolvido não se envolvam também na organização das feiras, como um modo de buscar o escoamento dos produtos (FLORIT, 2002, p. 132).

Outro ponto que cabe notar referente à feira é que a mesma se caracteriza como rede de pequeno varejo por condicionar todos os elementos referentes à comercialização. Sobre assunto, veremos o ensinamento de Souza (2009), citando Verschoore (2004):

Redes são organizações que tem por base a cooperação, com a diferença básica de serem mais flexíveis no seu formato institucional. Uma característica as diferencia das cooperativas é sua informalidade e flexibilidade. “Uma rede interorganizacional é formada por um conjunto de empresas independentes entre si, agrupadas em uma estrutura associativa única, a qual constitui” (SOUZA, 2009, p. 25).

Observa-se também uma grande gama de produtores ecológicos com bons resultados de comercialização utilizando dois ou três canais de venda (feiras do produtor, entrega de cestas a domicílio e mais recentemente compra governamentais). Essa proliferação do circuito inferior ou circuito curto pode ser potencializado pela agricultura de base ecológica, aproximar agricultores e consumidores e reconectar o mundo rural e o urbano. Ocorrendo essa aproximação ou interação entre esses dois mundos ficam melhores a conciliação entre sociedade e natureza (DAROLT et. al., 2013).

3.2. A PERSPECTIVA AGROECOLÓGICA E O PAPEL DAS FEIRAS NA AMAZÔNIA

Nos dias atuais, o tema Agroecologia alimenta uma discussão emergente e estratégica, devido toda a problemática socioambiental que estamos enfrentando. E nota-se que um consenso surge na valorização das lógicas de produção de alimentos ecologicamente responsáveis, sem descuidar das dimensões social, econômica e ética (SOUZA, 2009).

Partindo de uma perspectiva sistêmica, a perspectiva agroecológica contribui para uma reflexão crítica em torno da complexidade que se encerra nas relações sócio-produtivas entre as unidades familiares de produção e as relações estabelecidas com a natureza. E para tanto, a agroecologia mantém suas bases filosóficas sobre o olhar da agricultura, com enfoque e abordagem pluralista (CAPORAL, 2009).

A agricultura convencional (ou lógica agroindustrial), prima exclusivamente pela produção física e em grande escala, desprovidos das reações sociais no campo. Já a perspectiva agroecológica se dedica em estudar e compreender a complexidade existente nos processos produtivos e, necessariamente, na integração dos saberes históricos dos agricultores com os conhecimentos de diferentes ciências. Tal visão permeia tanto a compreensão, análise e crítica do atual modelo do desenvolvimento, como o estabelecimento de novas estratégias para o desenvolvimento rural e novos desenhos de agriculturas mais sustentáveis, desde uma abordagem transdisciplinar, holística (CAPORAL, 2009, p.7).

Outro aspecto relevante da agroecologia é sua natureza sociológica, apoiada na ação social coletiva de determinados setores da sociedade civil vinculado ao manejo de recurso natural, razão pela qual é também sociológica (SEVILLA GUZMÁN, 2001).

É relevante à observação feita por Sevilla Guzmán que relata que a agroecologia se propõe não só modificar a abordagem disciplinar, mas principalmente uma reflexão Epistemologia, ao trabalhar mediante a orquestração de distintas disciplinas e formas de conhecimento que compõem seu pluralismo dual: metodológico e epistemológico, onde a perspectiva sociológica tem um papel central (PINHEIRO, 2000; SEVILLA GUZMÁN, 2001).

Em uma visão filosófica, Leff (2001) conceitua agroecologia como um conjunto de saberes que constrói um novo paradigma, com uma constelação de ciências, técnica e práticas para uma produção ecologicamente sustentável. Ela congrega saberes do agrônomo, índio, camponês, técnico e cientista. Nessa linha de raciocínio, sugere novas alternativas de manejo da agricultura, observando que esse método posto de fazer agricultura é extremamente

predatório e capitalista. Não levando em consideração os anseios da natureza em se reproduzir e a violência com a terra foi forçada a dar seus frutos.

Na perspectiva desse estudo, o autor sintetiza um conceito de agroecologia como deve ser, ou seja, com poucas amarras:

A Agroecologia é terra, instrumento e alma da produção, onde se plantam novas sementes do saber e do conhecimento, onde enraíza o saber no ser e na terra; é o caldeirão onde se amalgamam saberes e conhecimentos, ciências, tecnologias e práticas, artes e ofícios no forjamento de um novo paradigma produtivo (LEFF, 2001, p. 2).

Caporal (2009) contribui ainda na perspectiva de incorporação do funcionamento ecológico com a premissa para uma agricultura sustentável. Suas bases estão em uma agricultura pautada na demanda ecológica em uma sustentabilidade nos meios produtivos, ela compreende a dimensão entrópica da deterioração dos recursos naturais dos sistemas agrícolas.

Sevilla e Guzmán (2001) propõem um quadro conceitual agroecológico, baseados em três preceitos: um distributivo; o estrutural e; o dialético. O preceito distributivo é aquele se move no espaço produtivo, conhecido como eco agricultura baseado em modelo referente à agricultura orgânica e biológica. Tais como: biodinâmica, natural entre outros. E essas agriculturas tradicionais mostram sua sustentabilidade histórica (FLORIT, 2002). Tal modelo, é constituído pela reprodução da realidade físico-biológica que a ciência agrônoma convencional trata como experimental, ali se desenvolve projetos agrônômicos experimentais.

O preceito estrutural reflete a agroecologia em sua lógica como desenvolvimento rural, isto é, como estratégia participativa para obter a sustentabilidade, através de formas de ação social coletiva. Consiste na tentativa de explicar as relações existentes entre os fenômenos analisados e o discurso elaborado pelos os sujeitos existentes, gerando uma informação qualitativa que dota de um sentido sociocultural, sejam eles naturais ou sociais (SEVILLA GUZMÁN, 2001).

Por fim, o preceito dialético, faz referência em todo o processo entre pesquisador e sujeito que será pesquisado. Não se trata apenas de conhecer, mas também de explicar, para intervir e explicar e articular-se com o objeto investigado. De tal modo, que a diretriz investigativa fica presente em todo o modelo, isso supõe claro um desvio científico convencional. De fato, a transgressão fundamental provém da própria posição do pesquisador frente ao pesquisado segundo afirma o autor.

Esses três preceitos ajudam a explicar, de maneira didática, o papel da agroecologia frente aos padrões modernos de agricultura, chamando a atenção sempre para esse modelo de fazer agricultura predatória que sucumbi os recursos naturais. Esse estudo provém de esforço teórico promovido por Sevilla e Guzmán. A agroecologia desenvolvendo uma atividade para além do conhecimento tecnicista.

De posse disso, assim pontua:

Na verdade, a Agroecologia pretende, como uma tarefa essencial a sua atividade incorporar ao manejo dos recursos naturais os elementos socioeconômicos e políticos. Para isso, necessita produzir uma ruptura epistemológica que liberte as ciências agropecuárias e florestais das relações de poder que atribuem a aqueles que são objeto do poder (os pesquisados), a serem ignorados, "dotando-os, ao mesmo tempo, de um saber ilusório que encobre a realidade do que ignoram, ocultando o fato do poder e sua brutalidade" (SEVILLA GUSMÁN, 2001, p.9-11).

Tomando como centralidade os argumentos acima expostos, a incorporação dos fenômenos socioeconômicos e políticos aos processos de produção e comercialização, constituem premissas na perspectiva agroecológica. Em outras palavras, a incorporação da agroecologia depende da capacidade dos processos serem valorizadores das dimensões social, econômica e ecológica.

Outro aspecto que cabe destacar sobre a perspectiva agroecológica da agricultura é o pensamento sistêmico, que possibilita uma reflexão além da abordagem disciplinar.

Sobre o tema assim afirma Pinheiro (2000):

O enfoque sistêmico tem sido aplicado em diversas ações de pesquisa, desenvolvimento, ensino e extensão rural, principalmente em resposta às crescentes críticas relacionadas aos projetos agrícolas reducionistas e disciplinares direcionados aos pequenos produtores, familiares, os quais não têm se beneficiado dos resultados. Através do desenvolvimento de vários modelos sistêmicos de pesquisa e extensão em sistemas de produção, a expectativa era de que os resultados destas experiências fossem mais adequados e úteis aos pequenos agricultores familiares (PINHEIRO, 2000, p.2).

O enfoque sistêmico atende sobremaneira a pesquisa em extensão rural, sobretudo, junto às lógicas familiares de produção e comercialização.

Guivant (1997, p. 6) reforça os preceitos acima, considerando que a agroecologia depende de bases antropológicas sólidas, que na pesquisa agrônômica ainda é bastante ausente. E sem essa base, fica difícil perceber a necessidade da mudança paradigmática, e, portanto, perceba os processos produtivos como construções socioculturais.

Desse modo, existe uma situação problema que a agroecologia necessita resolver que tange:

O pressuposto problemático que permeia a agroecologia é o de considerar o produtor agrícola como estando só, à espera de novas informações e treinamento para adotar um método holístico de agricultura sustentável. Este produtor, assim caracterizado, parece não poder ter outras perspectivas e necessidades que não necessariamente vão ao encontro da agroecologia. Quando se fala dos obstáculos para a difusão desta proposta mencionam-se os de caráter objetivo e estrutural, sem ser questionada a disposição e os interesses dos agricultores (GUIVANT, 1997, p.9).

A contribuição de Julia Guivant permite com que se compreendam os pressupostos da agroecologia que deve ser contextualizado dentro dos debates sobre agricultura convencional. A viabilidade de uma agricultura sustentável dentro do enfoque multidisciplinar, principalmente na década de 1980 onde se acredita em utopia quando se falava em agroecologia, um sonho de grupos alternativos sem bases científica (GUIVANT, 1997).

Frente a essa discussão a agroecologia se apoia em grupos que acreditam em uma agricultura alternativa. Desse modo, encontrando argumentos de peso que fortalecesse tal linha de pensamento. O grande desafio para a agroecologia é de sustentar seu pensamento sobre uma agricultura sustentável que valorize a complexidade e variedades em seu processo.

Sobre o assunto Caporal (2009) afirma seu papel:

Agroecologia busca integrar os saberes históricos dos agricultores com os conhecimentos de diferentes ciências, permitindo, tanto a compreensão, análise e crítica do atual modelo do desenvolvimento e de agricultura, como o estabelecimento de novas estratégias para o desenvolvimento rural e novos desenhos de agriculturas mais sustentáveis, desde uma abordagem transdisciplinar (CAPORAL, 2009, p. 16).

Caporal reitera mais uma vez o papel da agroecologia frente à lógica agroindustrial e a opção por um enfoque sistêmico é um desses diferenciais. Também de Coloca a perspectiva agroecológica como possibilidade de manejo ecologicamente responsável e socialmente justo, buscando assim uma conciliação entre sociedade-natureza.

Na perspectiva amazônica, tal assunto se mostra relevante, tendo em vista a preocupação com as questões de sustentabilidade. A pecuária extensiva e, principalmente, a implantação de monocultivos de pastagens e de soja (*Glycine max* L.) vêm sendo apontados como fatores dinamizadores de efeitos deletérios na biodiversidade natural, nas últimas décadas (FEARNSIDE, 2006; HÉBETTE, 2004; ALTIERI, 2012).

Desse modo, Silva (2011) citando Fearnside (2006) explica melhor isso:

Particularmente na Amazônia a pecuária e o aumento do cultivo da soja em grande escala, configuram-se como exemplos práticos dessa afirmação, uma vez que grandes extensões de floresta e de sistemas agroflorestais são eliminadas para dar lugar a essas práticas de produção. Somente em fevereiro de 2008, o INPE contabilizou 725 Km² de novas áreas desmatadas na Amazônia (ECODEBATE, 2008) e esses resultados se devem principalmente à expansão recente da soja e da pecuária na região (BARROS e SILVA, 2011.p. 15).

O desmatamento na região amazônica vem crescendo demasiadamente para implantação da monocultura, tal fato acontece para aumentar a força do agronegócio na região.

Outro aspecto de grande preocupação dos povos ribeirinhos no Pará é a construção da hidrelétrica de Belo Monte na bacia do Rio Xingú, que vem impactando de maneira negativa os povos que sobrevivem dela em nome do desenvolvimentismo. Esse projeto deslocará diversas comunidades indígenas, quilombolas, pescadores e agricultores familiares de seus territórios (BARROS e SILVA, 2011).

Desse modo, o pequeno comércio tal qual é a feira do agricultor na cidade do Marabá no Pará. Responde pela característica do enfoque multidimensional agroecológico, bem sabendo que as atividades do agronegócio chegam à região sudeste do Pará de maneira avassaladora.

Quando tratamos do enfoque multidimensional da agroecologia lembramos que o mesmo refere-se a uma perspectiva multidisciplinar (econômica, social, ambiental, cultural, política e ética), aponta para uma necessidade urgente de diálogos com as ciências humanas e os enfoques temáticos com a transversalidade entre as relações sociais e tecnológicas, sem negligenciar o natural e o tradicional.

A feira de um modo geral, diante de sua atuação no mercado desprovido de interesse capitalista em grande escala. Constitui-se um modelo ecologicamente correto de uso de recursos naturais, pois muitos de seus produtos são oriundos da agricultura de base familiar. Dentro dessa perspectiva a feira apresenta sua resistência diante da imposição dos mercados globais, tais quais (supermercados) e resiste também diante de grandes obras de cunho capitalista da Amazônia relacionada aos monocultivos (HÉBETTE, 2004).

Contudo, estudo sobre extensão rural compreende que a agricultura familiar será bem mais inserida nas políticas públicas, caso o enfoque sistêmico se consolide, cada vez mais, como abordagem de melhor compreensão da complexidade que tais lógicas produtivas resguardam, propondo novas possibilidades de sustentabilidade (LEFF, 2002).

A evolução no conceito de sustentabilidade, tendo em vista a dificuldade apresentada pelo enfoque reducionista ou disciplinar de não compreender os sistemas complexos (LEFF, 2002; PINHEIRO, 2000).

Uma das principais vantagens da escolha pelo enfoque sistêmico se concentra na possibilidade de dar visibilidade para as lógicas familiares de produção, através da afirmação de princípios da agroecologia, estando a diversidade produtiva; a garantia do consumo familiar e a manutenção da sua autonomia, como premissas essenciais para se alcançar e manter um estado de sustentabilidade interessante (PINHEIRO, 2000; CAPORAL, 2009; PLOEG, 2009).

Nesse aspecto agroecológico, a segurança alimentar se faz necessária devido a grande proliferação de produtos que se utilizam de insumos agrícolas (agrotóxicos) para sua produção. Fica clara a importância de uma agricultura que produza alimentos básicos e saudáveis, livres de contaminantes e que se tornem acessíveis para todos os cidadãos (CAPORAL e COSTABEBER, 2009).

Em sua tese, Florit (2002, p. 91) evidencia que o alimento como categoria de análise traz uma perspectiva mais crítica de se abordar e compreender os riscos inerentes de um alimento contaminado, através da maioria das lógicas industriais de produção. Com efeito, é a partir da crítica da agricultura moderna que outras práticas na produção de alimentos têm emergido como alternativas, propondo oferecer uma alimentação que, através de uma operacionalidade contrária á tentativa de domínio humano sobre a natureza, garantam as expectativas de segurança dos indivíduos.

A compreensão entre práticas de agricultura e harmonização com a natureza é a grande interrogação para esse milênio. Um movimento que cada vez mais vem ganhando força. Tendo em vista a preocupação com os fatores socioambientais, essa discussão parte como pressuposto a análise e crítica com as questões (morais, filosóficas e políticas) (FLORIT, 2002).

Será feita críticas contundente a respeito de agricultura moderna, buscando compreender como se dar esse processo e analisando os riscos para as pessoas que se alimentam dela. Faremos uma relação dessa agricultura moderna dentro do contexto de feiras. E análises de compreensão de como o alimento sem agrotóxico é saudável para se alimentar.

A agricultura moderna tem focado especialmente as consequências indesejadas da produção e alimentos conformada pela modernização agrícola, focalizando em três níveis de riscos intimamente inter-relacionados entre si. São eles, os riscos ambientais (poluição, perda de biodiversidade, erosão de solos, entre outros), os riscos sociais (por exemplo, a marginalização das populações que não se modernizam, êxodo rural, consequências á saúde dos

trabalhadores rurais) e os riscos alimentares (presença de agrotóxico nos alimentos comercializados, diminuição geral da qualidade biológica dos mesmos e, mais recentemente, as incertezas geradas pelo uso de variedades geneticamente modificadas) (FLORIT, 2002, p. 92).

Contudo, essas consequências trazem a curto e longo prazo sérios problemas de cunho social e ambiental. A crítica permanece com objetivo de minimizar os efeitos causados por esse modelo de agricultura tão nocivo, tal modelo se caracteriza como predatório e devastador para as população e natureza que é uma vítima diária desses impropérios.

Para uma feira se considerada de cunho agroecológico, precisa respeitar os princípios de uma agricultura que não utiliza agrotóxicos ou fertilizantes químicos na síntese de seu processo produtivo. Que se utilize uma agricultura que trata de substituir insumos químicos convencionais por insumos “alternativos”, “ecológicos” ou “orgânicos” (CAPORAL e COSTABEBER, 2009).

Quando se observa o papel das feiras na Amazônia dentro dessa perspectiva agroecológica, nota-se ainda certa resistência e pouca informação do assunto. Na Amazônia ainda se pratica muito o modelo do agronegócio de produção de alimentos e distribuição (AMARAL, 2013). Já para Medeiros (2010) infere que as feiras, no circuito amazônico, ainda obedecem a um programa industrial com comercialização de diferentes atividades econômicas (importados e alimentos oriundos de outras regiões do país).

Desse modo, tal prática é mais percebida na capital do estado do Pará, quando trazidos no interior observa-se que existe algumas feiras com comportamento agroecológico tais como: Altamira, Marabá e Parauapebas (AMARAL, 2013; GUERRA, 2015). Outro fato percebido de dificuldade é a forma de estruturação da rede de distribuição por um conjunto de fatores, pelo qual Amaral (2013 p. 4), afirma:

(...) é preciso considerar a situação de fragilidade em que se encontram essas redes urbanas amazônicas, devido, principalmente, à existência de impedimentos ao fluxo de pessoas, mercadorias e serviços, tais como: as grandes distâncias, que separam as capitais das demais cidades e vilas; a carência de infraestrutura nos setores de transporte e comunicação em grande parte do território amazônico; e a grande proporção de população desprovida de recursos materiais e educacionais fundamentais para permitir o seu acesso nos diferentes tipos de fluxos. Em face disso, argumentam que Belém e Manaus não têm condições de organizarem o território amazônico de modo a fazer a intermediação dos pequenos e médios núcleos com o restante do país, da América do Sul ou do mundo. Todos os dados, por eles analisados, indicam a fragilidade dessas metrópoles em ordenar a rede urbana regional.

O autor acentua a fragilidade de organização da rede de distribuição no corredor amazônico, a carência de infraestrutura e as longas distâncias inviabilizam o processo. Ou seja, a implementação de uma feira de base agroecológica que fizesse uma ligação entre as raízes do estado encontraria algumas dificuldades, tais bloqueios são percebidos até mesmo para atividade agrícola patronal.

3.3. MERCADOS E LÓGICAS DE AGRICULTURA FAMILIAR

Ao estudar feiras, percebe-se uma acentuada participação de agricultura familiar dentro desse processo, pois os alimentados comercializados ali muitas das vezes são oriundos da lógica camponesa. De posse disso necessitamos entender como se deu esse processo inicialmente e como se encontra hoje.

Para tal vamos buscar os ensinamentos de Caporal (2009) e Ehlers (1999), quando afirma que a agricultura moderna nasceu durante os séculos XVIII e XIX em diversas áreas da Europa. Um intenso processo de mudanças tecnológicas, sociais e econômicas, que hoje chamamos de Revolução Agrícola, teve papel crucial na decomposição do feudalismo e no advento do capitalismo. Mas esse parto resultou de uma gestação de dez séculos. A fusão das civilizações germânica e romana, que engendrou o feudalismo europeu, começou a aproximar a prática agrícola, propriamente dita, da pecuarização.

Desse modo, deixando de serem atividades opostas, para se tornar cada vez mais complementares, o cultivo e a criação de animais formaram progressivamente os alicerces das sociedades europeias. E esse longo acúmulo acabou por provocar um dos mais importantes saltos de qualidade da civilização humana: o fim da escassez de alimentos (EHLERS, 1999, p. 20).

A necessidade da revolução agrícola se deu inicialmente para minimizar a escassez de alimentos, tendo em vista o crescimento do número populacional e então essa problemática ficou suspensa no ar (PLOEG, 2009).

Com o evento da modernização da agricultura, emerge, então, a preocupação com problemas socioeconômicos quanto ambientais. Dentre os problemas de cunho ambiental podemos citar a destruição das florestas, a erosão e a contaminação dos recursos naturais e os alimentos tornaram-se consequências quase inerentes à produção agrícola (EHLERS, 1999).

O mundo começou a ter preocupação com as questões ambientais e buscar incrementar dentro desse processo a agricultura camponesa, uma agricultura diversificada e que se organiza para proporcionar alimentos saudáveis, prontos para o consumo (PLOEG, 2009).

O mesmo autor ainda ressalta que a agricultura camponesa (ou o modo de produção camponês) tem origem e está imersa nessa condição. A condição camponesa consiste na luta por autonomia e por progresso, como uma forma de construção e reprodução de um meio de vida rural em um contexto adverso caracterizado por relações de dependência, marginalização e privação (PLOEG, 2009, p.18).

Cabe colocar dentro dessa condição que a agricultura dos países desenvolvidos e dos países em desenvolvimento que ambas tem elevados níveis de dependência e, como afirma Ploeg (2009), a vias e os mecanismos dessa dependência, assim como o grau de privação, marginalização e insegurança associada, podem variar. E nos países desenvolvidos, o fenômeno se dá por meio de diferentes formas de pressão sobre a agricultura, esquemas regulatórios e pelo poder do agronegócio.

O autor acima destaca ainda a importância da autonomia dentro da luta camponesa, a valorização da terra dentro desse contexto por acreditar que a mesma representa liberdade e grande poder simbólico para as lutas travadas no passado e no presente.

No que concerne à agricultura familiar Souza (2009), enfatiza a superioridade técnica em detrimento do sistema patronal. Esse modelo de agricultura tem uma estrutura complexa que evidencia se por levar em consideração fatores sociais e também não fica atrás no âmbito da competitividade com a agricultura empresarial.

A agricultura camponesa tem uma relação não mercantilizada com a natureza, ambas se relacionam de maneira harmônica e respeitosa. Buscando uma maior integração em seus fluxos naturais. Assim afirma Ploeg (2009, p. 20).

A produção camponesa é baseada numa relação de troca não mercantilizada com a natureza. Ela somente se insere na troca de mercadorias para vender seus produtos finais. Consequentemente, os circuitos de mercadorias não ocupam papel central na mobilização de recursos. Se não todos, pelo menos a maioria dos recursos resulta da coprodução do ser humano com a natureza viva (por exemplo, terra bem fertilizada e trabalhada, gado cuidadosamente selecionado e reproduzido, sementes selecionadas). Se, no entanto, os circuitos de mercadorias começam a exercer um papel de maior relevância na mobilização de recursos, a produção agrícola passa a se tornar parte do universo da agricultura empresarial (e/ou capitalista).

Dentro desse grande diagrama geral a coprodução do ser humano com a natureza, é um dos elementos fundamentais para esse formato de agricultura, Ploeg (2009) enfatiza ainda a

relação dicotômica entre o ser humano e natureza onde ambos interagem entre si e se ajudam mutuamente para uma produção agrícola baseada na valorização do ser humano.

Sabe-se, pelas exposições de diversos atores sobre a agricultura familiar a sua notoriedade e relevância pela qual vem se apresentando ao longo dos anos. Pela sua importância nos lares brasileiros. Mas se observa por parte de alguns pesquisadores que ela se apresenta de maneira negativa. Como exemplo do pesquisador Zander Navarro.

Navarro e Pedroso (2011), afirmam que agricultura familiar parece ser uma expressão consensual e não problematizável. Com crescimento notório de ações governamentais, a ela dirigida, como se fosse homogêneo os diversos estabelecimentos rurais ditos familiares (4,36 milhões segundo o censo de 2006).

Mais para a grande maioria de pesquisadores ela se apresenta como alternativa viável, como assim pondera: Conceitua-se que estabelecimentos rurais familiares são unidades de produção e de vida social que compartilhariam os indicadores objetivos preceituados legalmente, vivenciando contextos sociais, econômicos e tecnológicos implicitamente aceitos como convergentes e parecidos. Estabelece a agricultura familiar como mecanismos de vivências entre os pares sociais (WANDERLEY, 2013).

Nesse aspecto, atribui-se a ela uma conformidade com a valorização da natureza, por manter um método em suas essências de agricultura sustentável, preceitua assim Sarandón (1998, p 1):

Actualmente ya se discute la necesidad de volcar esfuerzos en pos de una agricultura sustentable que permita “satisfacer las necesidades de las presentes generaciones sin comprometer la posibilidad de satisfacción de las futuras generaciones”. Sin embargo, em la práctica, esto se ha quedado aún en una etapa declarativa, y no se ha hecho operativo el término. Una de las razones de esta situación es la dificultad de traducir los aspectos filosóficos de la sustentabilidad en la capacidad de tomar decisiones al respecto. (SARANDÓN, 1998, p. 1).

Colocando-se em discussão a preocupação com as futuras gerações, de certo que a prática de agricultura sustentável elevará a sociedade em um patamar mais civilizatório a respeito à padronização de agricultura expressa atualmente no mundo com balanças comerciais recorde de safras.

Nesse bojo, a implementação de técnica agrícola que privilegie o bem-estar da natureza e possibilite maior estrutura para as próximas gerações tem que ser respeitada e valorizada. Bem sabendo que agricultura familiar ainda precisa resolver algumas questões tidas como problemas.

Segundo Navarro e Pedroso (2011, p. 108), No Brasil o surgimento da expressão agricultura familiar se deu sob um contexto radicalmente diferente e a legalização da expressão também obedeceu a diretivas igualmente distintas. Excetuado o critério preliminar de gestão, que a lei brasileira estipula.

Segundo a lei brasileira nº 11.326 (BRASIL, 2006):

Considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividade no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I- Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II- Utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III- Tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV- Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família

Essas diretrizes norteiam e arregimentam a concepção de agricultura familiar no mercado, estabelecem critérios de atuação da prática agrícola exposta. Mas com o tempo a identidade da agricultura familiar foi se firmando, se aperfeiçoando e criando novos paradigmas. Atualmente é representada por um conjunto de ações e militância sindical que encorajam como movimento social e autônomo. Como assim afirma Picolotto (2011, p. 209):

Nesse sentido, a identidade da agricultura familiar dava unidade a este conjunto diverso de atores ao mesmo tempo em que possibilitava projetar um objetivo comum (uma utopia) que era busca do reconhecimento da sua importância socioeconômica através do fortalecimento da sua identidade e organização política. A Frente surgia como uma possibilidade de dar maior visibilidade para o movimento que não encontrava o espaço que almejava no interior do sindicalismo da CONTAG.

A importância socioeconômica atribuída a ela encontra em seus pilares a atuação sindical que propicia maior engajamento político. Reconhecendo sua atribuição técnica no manejo de cultivos e valorização da natureza. Desse modo, (BROCH et. al., 2009, p. 153) afirma:

Contag, Fetrat e MST participam da Coordenação Nacional da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e têm se integrado a várias ações convergentes promovidas pela ANA, buscando influenciar a elaboração de políticas públicas orientadas para o fortalecimento da produção familiar de base ecológica. Pela importância que assumem enquanto referências políticas socialmente ativas e reconhecidas e pela capacidade mobilizadora de forças vivas do campo brasileiro em torno a um projeto democrático de desenvolvimento rural, o futuro da agricultura familiar camponesa no Brasil depende em grande parte das opções desses movimentos e de sua capacidade de traduzir em projeto político coletivo as estratégias de resistência e de inovação que estão sendo construídas em todo o país pela iniciativa dos produtores e produtoras familiares.

Essas entidades colaboram para reafirmação do projeto político do campesinato, atuando como movimento de resistência que ecoa entre enxadas e foices para fortalecer os pequenos produtores familiares. Nesse aspecto, é preciso exigir mais participação do papel do Estado, sobretudo no desenvolvimento de políticas públicas para produção, comercialização e abastecimento.

Picolotto (2011), afirma que com a nova legislação que estabelecia o reconhecimento da sindicalização rural, ocorre uma disputa entre as correntes políticas que passaram a disputar palmo a palmo por território para reconhecer legalmente seus sindicatos por município e uma federação por estado (para cada categoria passível de sindicalização). A fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), como órgão máximo representativo dos trabalhadores rurais, que defenderia todos os interesses ligados aos trabalhadores no campo.

A direção da CONTAG naquele momento ficou sob a gestão do PCB, ala comunista que recebeu influência da igreja católica, isso aconteceu por volta de 1963. Sendo assim, destaca-se que anteriormente já existia um sindicalismo rural brasileiro preposto pelo sindicalismo varguista. Desse modo, assim expõe:

É importante destacar também que o sindicalismo rural brasileiro foi criado como parte de uma estrutura sindical que lhe é anterior: o sindicalismo varguista, constituído pelos sindicatos municipais, federações, confederações, Justiça do Trabalho e Ministério do Trabalho. Na constituição da estrutura do sindicalismo dos trabalhadores rurais algumas características se destacaram. Uma delas foi a forte tutela exercida pelo Estado frente às organizações sindicais (não somente as rurais, mas o sindicalismo em geral). Tal tutela foi estabelecida inicialmente pela chamada investidura sindical, que significava a necessidade de reconhecimento prévio do sindicato pelo Estado, o qual ocorria através de uma Carta Sindical. Ou seja, era o Estado que outorgava às entidades sindicais a representatividade de um determinado segmento de trabalhadores e o poder de negociação com os órgãos patronais. Além disso, o Ministério do Trabalho tinha forte controle sobre a vida sindical, seja na regulação das eleições, das posses de diretorias (mediante sua aprovação prévia), poder de intervenção, fiscalização das ações e das finanças (PICOLLOTO, 2011, p. 70).

Observa-se que o sindicalismo naquele momento sofreu interferência direta do Estado, controlando suas ações e indicando como seria a organização e estrutura do sindicato. Situação bem diferente nos dias de hoje, pois o sindicato dispõe de certa autonomia e independência na tomada de decisões. Deixando o Estado à margem do processo emancipatório e deliberativo.

Quando se traz a discussão da sindicalização para o sudeste paraense, nota-se que foi um complexo resultante de diferentes atores sociais, principalmente pela ação de milhares de

agricultores e posseiros que se organizaram na luta pela resistência. Militantes políticos, movimentos sociais, direitos humanos e ONGs e atuação marcante da estrutura da Igreja Católica tiveram papel decisivo na construção de luta sindical (ASSIS, 2009).

Essas entidades representativas participaram decisivamente na construção do território e formação e inserção de agricultores nesse complexo cenário de disputas ligadas a terra.

Outro ponto a ser considerado relevante foi à participação da igreja católica nesse aspecto de formação política e estratégias para formar líderes sindicais engajados com a causa dos trabalhadores rurais. Consoante assim, afirma Assis (2009, p. 79).

Parte dos problemas dos STRs era atribuída à falta de lideranças sindicais “bem formadas politicamente”, o que levou a Igreja a investir na formação de novos líderes. Os religiosos depositavam na formação do *animador de comunidade* a esperança de uma nova geração de líderes com uma “consciência política” superior. Além disso, acreditava-se que sendo o líder indicado pelas próprias comunidades, facilitaria o processo de afastamento caso se desviasse da rota.

Tal líder atuava na formação política, a ideia da Igreja Católica era justamente absorver trabalhadores da própria comunidade com intuito de enraizar o trabalhador pela causa da terra na região sudeste do Pará. Desse modo, foi se constituindo a luta dos trabalhadores pela formação da agricultura familiar na região, em meio a crises e dificuldades e falta de liderança política.

Mas nessas lutas, ressalta-se o profundo trabalho da Igreja Católica na formação dos trabalhadores em firmar os pés dos agricultores encorajando em prol de um estilo de se fazer agricultura pautada no bem-estar, segurança alimentar e mecanismos menos agressivo ao meio ambiente.

Dado a essa conjuntura, ligada à atuação sindical e papel da Igreja Católica, observa-se nos dias de hoje que existe um aprimoramento nos mercados voltados para a agricultura familiar. Nota-se que os sistemas alimentares vêm abordando eficazmente essa temática. Mas que muitas das vezes essa luta vem sendo travada com grande hegemonia das agroindústrias transnacionais. Assim observa (ISHII-EITEMAN, 2013, p. 1).

As crescentes concentrações dos mercados em várias atividades agrícolas, juntamente com a falta de regulamentação do setor, geraram níveis sem precedentes de controle corporativo do sistema agroalimentar, com impactos adversos para a agricultura familiar de todo o mundo. O resultado foi uma drástica redução da capacidade de concorrência e do acesso justo aos mercados para os produtores de pequena e média escala, varejistas independentes e consumidores. À medida que essa concentração dos mercados se consolida, cresce o domínio exercido por um punhado de agroindústrias transnacionais sobre a produção e a distribuição de alimentos, tanto em nível nacional como internacional. Tal situação criou as condições para que essas corporações

passassem a exercer influência significativa sobre as políticas públicas e os rumos da pesquisa agrícola.

A influência das empresas agrícolas transnacionais chega a ditar políticas públicas e rumo de pesquisa científica no âmbito agrícola. O agronegócio ferozmente em seu mercado mobiliza atores e sujeitos para atuar a seu favor. Segue como exemplo políticos que atuam na causa dos mercados agrícolas industrial.

Na análise de Ishii-Eiteman (2013), o agronegócio gasta bilhões de dólares fazendo lobby junto a órgãos públicos e oficiais. Na perspectiva de angariar vantagens a essas entidades governamentais tanto a nível nacional e internacional e muita das vezes tem obtido decisões políticas a seu respeito. Com aprovações de emendas que favoreça a prática do agronegócio.

Dentro desse rol contrariando o agronegócio e recebendo menos apoio de órgãos governamentais, o mercado de produtos orgânicos aparece timidamente por volta de 1995 nas redes de supermercados do Rio de Janeiro. Tal mercado exerce forte apoio de movimentos ambientalistas e de profissionais ligado à saúde.

Ainda assim, existem vários pontos de estrangulamento que inviabilizam a comercialização de produtos orgânicos: (I) baixo volume de produção, (II) descontinuidade na quantidade, (III) falta de padronização na qualidade ofertada, (IV) fraca infraestrutura de produção e comercialização, (V) baixa disponibilidade de recursos produtivos (capital e mão-de-obra); (VI) pouca organização dos pequenos agricultores e trabalhadores rurais; (VII) baixa remuneração dos agricultores pelo produto orgânico e (VIII) promoção e publicidade escassas dos alimentos orgânicos junto aos consumidores (BUAINAIN e BATALHA, 2007).

Sabe-se que FLV orgânicos são consumidos por pessoas de maior poder aquisitivo, pois obtém maiores informações a respeito dos produtos. Sendo assim, afirma (BUAINAIN e BATALHA, 2007, p. 44).

Apesar de os FLV orgânicos já serem consumidos por brasileiros de maior poder aquisitivo, a população brasileira como um todo carece de informação sobre as características de tais produtos. Este seria o principal caminho para garantir investimentos no setor, visto que à medida que o consumidor recebe informação ele muda seus hábitos, torna-se mais exigente e aumenta seu consumo. A falta de informação já tinha sido indicada em outra pesquisa de mercado do setor supermercadista de São Paulo (INSTITUTO GALLUP, 1996), a qual identificava que 57% dos entrevistados desconheciam o significado e as características de um produto orgânico.

A falta de informação de produtos orgânicos vem sendo o grande entrave para a comercialização. Acredita-se que se houver maior informação ocorreria investimento no setor de orgânicos.

Atualmente, para os produtos orgânicos existe a modalidade cesta a domicilio e canais convencionais de comercialização, via-de-regra, não existe preço diferenciado. Mas sabe-se que os consumidores estão dispostos a pagar entre 10 a 20% a mais pela carne orgânica. E quando o grau de instrução aumenta a procura se torna maior a esses produtos. Dada à relevância encontrada em produtos orgânicos no âmbito da qualidade (FLORIT, 2002).

Na perspectiva de mercado global pela transição para agricultura de base familiar, assim infere (ISHII-EITEMAN, 2013, p.33).

O mercado global possui grande potencial para sustentar robustas economias nacionais e regionais e conduzir uma transição rumo a agriculturas de base familiar. No entanto, a liberalização comercial que abriu rápida e extensivamente os mercados dos países em desenvolvimento à concorrência internacional tem prejudicado o mundo rural e degradado o meio ambiente (IAASTD, 2009). Como resultado, esses países sofreram uma diminuição de sua capacidade de produção de alimentos, tornando-se mais vulneráveis à volatilidade dos preços e da oferta internacional de alimentos, o que comprometeu a sua segurança alimentar e seus meios de subsistência.

A potencialidade de mercado se faz presente para transição em direção à agricultura de base ecológica e familiar, mas de igual forma, ocorre consequências visíveis ao mundo rural como base de sustentação. Resultando como saldo a degradação do meio ambiente e comprometendo a segurança alimentar entre outros.

O desenvolvimento de novos padrões de mercado, com a implementação de políticas públicas e a crescente preocupação ambiental. Iniciam-se nesse sentido alguns modelos de mercados agroecológico, voltado para agricultura agrícola familiar que podemos citar como exemplo o caso de Espera Feliz em (MG), quando afirma:

Novos padrões de mercado, que atribuem qualidade aos produtos em função de sua origem, ou seja, pelas relações técnicas, sociais e culturais que caracterizam o processo produtivo, são construídos pela cooperativa a partir dos *ambientes de interação agroecológica*, realizados em parceria com o CTA-ZM e a UFV. Trata-se de espaços de trocas de experiências e conhecimentos que abordam questões relacionadas ao manejo agroecológico, à qualidade do produto, à forma de armazenamento, entre outros aspectos que se referem à entrega de um produto de qualidade (SILVA e AMORIN JUNIOR, 2013, p. 18).

A caracterização desse novo modelo produtivo possibilita uma maior qualidade nos produtos, uma vez que a interação agroecológica estabelece essa relação com a sociedade de

uma forma geral. Casos como esse em Espera Feliz (MG) vêm tomando diversos municípios Brasil afora.

Tal fato explica a necessidade de aprimorar mercados para a lógica produtiva familiar, segue como exemplo a criação de cooperativas em todo o país que lutam com a inserção de comercialização de produtos oriundos de empreendimentos familiares. Nesse sentido, assim afirma:

Um representativo número de famílias agricultoras no Brasil, por razões diversas, vêm adotando os princípios agroecológicos em suas unidades produtivas. A inserção diferenciada dessas famílias nos mercados é uma necessidade, e não apenas uma opção, haja vista que os circuitos convencionais de comercialização subordinam os agricultores aos complexos agroindustriais e aos grandes conglomerados do varejo alimentar. Nesse sentido, o arcabouço jurídico e os instrumentos operacionais estabelecidos pelo Estado brasileiro voltados à promoção da segurança alimentar e nutricional representaram grandes avanços institucionais para a ampliação e a consolidação da produção de base agroecológica. Isso se verifica não somente no plano da produção de alimentos, mas na própria filosofia que orienta os programas de compra institucional (PAA e PNAE), cuja premissa básica é propiciar concertações inéditas visando à construção social dos mercados, baseando-se em valores como a proximidade, a confiança e a autor regulação (BECKER et. al., 2013, p. 18).

Percebe-se no texto que o sistema convencional de produção de alimentos propõe estrangulamento dos pequenos agricultores para os complexos agroindustriais de varejo. E que de modo tímido apresenta ocorrência para uma produção agroecológica familiar como se tem notado na observação do autor acima. Desse modo, não observa tão somente na produção de alimentos, mas também na própria filosofia de programas institucionais.

Tal percepção coloca a atividade agrícola familiar em patamar de concorrência e importância em detrimento com a agricultura patronal. Uma abertura de mercado considerável como é o caso de iniciativas de feiras ecológicas que vem conseguindo seu espaço junto a mercado convencional, cita-se como exemplo a feira ecológica do Rio Grande do Sul e algumas iniciativas em outros estados da federação brasileira (FLORIT, 2002; SILVA e AMORIN JUNIOR, 2013).

Nesse sentido, analisando a lógica produtiva da agricultura familiar em relação a mercados, assim infere Buainain (2006, p. 33):

Sabe-se que os agricultores familiares buscam reduzir riscos econômicos e alimentares e que, por isso, tendem, inicialmente, a valorizar a adoção de sistemas mais diversificados e a alocar recursos, sobretudo tempo de trabalho, para produzir parte dos alimentos que consomem ou matéria-prima utilizada no estabelecimento. No entanto, é pelo menos questionável atribuir a esse traço o *status* de atributo intrínseco dos agricultores familiares. Na verdade, é suficiente traçar a história dos grupos de agricultores familiares para entender que a diversificação e a produção para

autoconsumo se explicam pelas condições objetivas enfrentadas pelos agricultores familiares no passado e que não estão ainda superadas para um número significativo de produtores: acesso precário aos mercados; imperfeições do processo de comercialização que tinham como resultado a baixa remuneração do esforço produtivo e a transferência de renda para os intermediários; insegurança alimentar por causa da distância dos mercados; isolamento nos períodos de chuva; acentuadas variações de preço entre a safra e a entressafra; ausência de mecanismos de financiamento e proteção contra os riscos da natureza. Diante dessas condições, a opção pela diversificação e busca do máximo de autossuficiência alimentar e produtiva é, sem dúvida, adotada pela grande maioria dos agricultores. A mesma análise histórica revela que na medida em que algumas das restrições são relaxadas, muitos grupos de agricultores ajustam suas estratégias produtivas, aumentam o grau de abertura e inserção aos mercados, focam em alguns produtos de maior valor agregado e elevam o grau de especialização da produção.

Compreende-se segundo o texto acima que os pequenos agricultores familiares buscam reduzir os riscos de mercados e/ ou econômicos. Optando para uma produção diversificada para produzir parte de alimentos que consomem. Buscam autossuficiência, produzindo de tudo sem depender de mercados transnacionais. Reconhece a dificuldade de inserção de mercado, mas também percebem algumas estratégias produtivas. E com isso, vem conseguindo abertura e inserção de mercados, focando em produtos de maior valor agregado.

À medida que as dificuldades de produção aumentam, constrói-se alternativa de subsistência que tem como pressuposto afastar os problemas encontrados. Outra estratégia encontrada pelos agricultores foi a de elevar o grau de especialização da produção que acreditam que poderia aumentar a produtividade.

Buainain (2006) acentua que é inegável o papel da agricultura familiar para economia e sociedade brasileira. Conquistaram nos últimos 10 anos o status político e, por consequência, vem sendo tratada como prioridade na agenda política pública. Também ocupa um espaço importante na agenda de desenvolvimento sustentável do país, seja pela contribuição econômica que pode dar seja em virtude dos aspectos distributivos e de equidade que estão associados à agricultura familiar.

Essa notoriedade da agricultura familiar como status político a coloca como pauta de discussões associadas com o tema em questão. Mas sabe-se que necessita de maior assistência por parte de entidades governamentais para enfrentamento do sistema agroalimentar global. Desse modo, afirma (ISHII-EITEMAN, 2013, p.34).

A democratização das instituições que moldam o sistema agroalimentar global requer coragem e engajamento por parte de líderes políticos visionários, pesquisadores, atores do setor privado e todos os setores da sociedade civil. A participação de todos os interessados é essencial para revitalizar os sistemas alimentares locais e regionais, assim como para promover a inovação, buscando o atendimento das necessidades globais de alimentos, e construir economias locais sólidas. Cumpre ressaltar, no

entanto, que essa participação deve ser paritária, de modo que todas as partes envolvidas – especialmente de comunidades rurais historicamente marginalizadas em países em desenvolvimento – tenham voz e não simplesmente sirvam de plateia que assiste de forma passiva a processos meramente *consultivos*.

A luta pela democratização do sistema agroalimentar global, requer força política para ser constituída como tal. Desse modo, que haja participação de economias locais de modo assíduo, consequentemente autonomia e voz de agriculturas ditas marginalizadas pela sociedade de uma forma geral.

Com o aspecto da democratização da agricultura, traz como consequência também um maior acesso à modelos que buscam ser sustentáveis para a população e/ ou sociedade civil. Proporcionando condições de igualdade na lógica de mercado. Ressalta-se como proposta fortalecer o setor agrícola de pequena escala; construir capacidades técnicas para o desenvolvimento de agriculturas biodiversas e ecologicamente resilientes para lidar com as crescentes pressões ambientais, entre outras (ISHII-EITEMAN, 2013).

Tal proposta tem como finalidade estreitar os laços entre a agricultura de base familiar e mercado nacional. Pelo justo motivo que as agriculturas ecologicamente corretas não encontram apoio do Estado e acaba sendo vista de maneira marginalizada. Sendo assim afirma:

Oferecer produtos saudáveis para as crianças não é uma questão somente de mercado para os agricultores familiares de base ecológica, mas também de princípios. E, com o advento da lei que estipula a obrigatoriedade de aquisição de produtos da agricultura familiar local para a alimentação escolar, dando prioridade aos produtos orgânicos, parecia que os mercados para esses gêneros novamente teriam uma ampliação substancial. Contudo, o que se observa regionalmente é um quadro bastante heterogêneo, mesmo incipiente, nas aquisições de alimentos ecológicos. Esse contexto desafia a capacidade organizativa e de articulação dos produtores com os demais segmentos envolvidos na consolidação desse mercado singular de abastecimento e consumo (BECKER et. al., 2013, p. 18).

Esse mercado busca consolidação frente a economias bastante consolidadas como é o caso da disputa com agronegócio. O que se tem atualmente, juntamente reconhecida como força de lei é a obrigatoriedade de se adquirir produtos oriundos da lógica camponesa para abastecer a alimentação escolar. Sustentando com isso esse mercado singular de abastecimento e consumo.

Cumpra afirmar que o mercado é um processo de construção social, dada a iniciativas que contribuam para humanizar as práticas estabelecidas como se supõe a criação de cooperativas que favoreça a introdução da agricultura familiar dentro dessa perspectiva. O enfoque na atividade agrícola camponesa se faz notória nesse seguimento. Citando como exemplo o caso emblemático de Espera Feliz (MG):

O mercado institucional proporcionou a estruturação das cooperativas e associações da agricultura familiar. Essa estruturação é estabelecida na medida em que agricultores e agricultoras tecem inovações organizacionais para garantir a viabilidade do negócio. A interação entre organizações cooperativas de diferentes setores (crédito e produção), como é o caso de Espera Feliz, cumpre um papel importante no acesso aos mercados. O caso de Espera Feliz é emblemático na comprovação de que o mercado é um processo de construção social. Nesse sentido, os diferentes agentes econômicos passam a ser mobilizados para a definição de novos *padrões* mercantis, baseados em processos mais justos e solidários. A economia é vista como parte das relações entre esses agentes. E é nessa perspectiva que o enfoque agroecológico vem descortinando novos caminhos para que novos mercados para a agricultura familiar sejam construídos em Espera Feliz (SILVA e AMORIN JUNIOR, 2013, p. 17).

Verificando o caso de “Espera Feliz” que criou uma cooperativa solidaria que fomenta a produção da agricultura familiar na cidade. Percebeu-se que os processos mercantis são pautados em mecanismos mais justos e solidários e que a economia é vista como parte das relações entre esses agentes.

A cidade e uma parte da população somam forças para fortalecer essa construção social. Tendo em vista a grande dificuldade encontrada pelo caminho, a cidade é conhecida como modelo a ser seguido para padrões de qualidade, segurança alimentar e nutricional. Encontrando na agricultura familiar um meio de produção e comercialização pautado nos valores da sustentabilidade.

Inovando em estratégias como é o caso do vale solidário:

O vale funciona da seguinte maneira: o agricultor entrega seu produto no dia determinado pela cooperativa. Após a conferência do produto, o agricultor recebe uma nota com a relação e o valor dos produtos entregues. O vale solidário é elaborado nesse valor, que pode ser sacado em determinada data na cooperativa de crédito ou repassado pelo agricultor como moeda em um dos comércios conveniados (SILVA e AMORIN JUNIOR, 2013, p. 17).

A cooperativa com a criação do vale solidário cria uma ferramenta que viabiliza a vida do agricultor, uma estratégia que fortalece o mercado para esse seguimento. Dispondo para o agricultor maior facilidade para efetuar compras.

A agricultura familiar busca alternativas reais para se estabelecer quanto movimento autônomo e encontra na inovação de sua comercialização mecanismos de aprimoramento mercantil. Não se furtando apenas as práticas convencionais de comercio sustentadas pelo agronegócio brasileiro.

Dentro desse diagrama geral de mercados. Nota-se outro elemento bastante comum no aspecto da agricultura camponesa como é o caso do circuito curto³, comercio em pequena escala que contribui para aumento de renda. Sabe-se que circuitos curtos são mais diversificados, trabalhando amplamente com maior variedade de produtos (olericultura e fruticultura, na maioria) e de origem animal (ovos, queijo, leite e derivados, embutidos e mel) o que se insere dentro dos padrões da agricultura familiar (DAROLT et. al., 2013).

Desse modo, assim expõe:

A organização do trabalho para quem escolhe vender via circuitos curtos se torna mais ou menos complexa em função dos recursos humanos e econômicos disponíveis na propriedade. Em unidades familiares de pequeno porte, é fundamental agregar valor ao produto (com a transformação), vender sempre que possível de forma direta e potencializar os serviços na propriedade (vendas no próprio local, acolhida com restaurante e alojamento, turismo rural) (DAROLT et. al., 2013, p. 11).

Compreende-se devido a pouca disponibilidade de recursos humanos que na propriedade rural familiar, necessita-se agregar valor ao produto com transformação. Vender apenas o que for possível e potencializar os serviços na propriedade. O circuito curto se organiza dessa maneira para facilitar o trabalho diante das necessidades inerentes.

Nesse sistema, a autonomia é intensamente presente no agricultor em termos de gestão, planejamento e comercialização é maior comparada a circuitos longos. É notório que autonomia não significa isolamento, baseia-se na troca formal e informal entre produtores e sua rede de contato, tanto no âmbito de produção como da transformação e comercialização (LAMINE, 2012).

Essa troca comercial de modo formal e informal caracteriza-se os aspectos autônomos. Não se dispondo aos desmandos de grandes empresas no campo agroalimentar, com características peculiares o circuito curto vem conseguindo abrangência em seu espaço de atuação.

As iniciativas bem-sucedidas em CC acontecem, normalmente, em locais onde se verifica a formação de uma rede com estreita parceria entre o poder público, entidades não governamentais, organizações de agricultores e consumidores. Isso nos levou a pensar um conceito de sistema agroalimentar territorial, que podemos definir como um conjunto de todos

³ No Brasil ainda não há uma definição oficial para circuitos curtos (CC), mas o conceito aponta para uma proximidade entre produtores e consumidores. Na França, o termo CC é utilizado para caracterizar os circuitos de distribuição que mobilizam até, no máximo, um intermediário entre produtor e consumidor (CHAFFOTE; CHIFFOLEAU, 2007).

os atores de um território e das estruturas do setor de produção, processamento, distribuição e consumo, incluindo ainda a pesquisa, assistência técnica, ensino, políticas governamentais, órgãos reguladores, consumidores e sociedade civil (LAMINE, 2012, p. 144).

Com a formação e fortalecimento da rede de comercialização motivada e apoiados pelo poder público. Busca-se atingir um novo patamar de sistema agroalimentar, baseado na territorialidade e com participação de diversos atores envolvidos. O que se deseja alcançar é uma alta estruturação dos setores e definir um grau de organização.

A combinação de circuitos curtos com as características de produção ecológicas no que concerne (pequenas áreas, trabalho familiar, produção diversificada em menor escala, autonomia dos agricultores, ligação forte com o consumidor, autonomia dos agricultores, ligação forte com o consumidor, preservação da biodiversidade, valorização da paisagem, qualidade alimentar e saúde dos produtores e consumidores) percebe-se a tal modo uma conexão com o conceito de sustentabilidade (REDLINGSHOFER, 2006).

Sendo assim preceitua (DAROLT et. al., 2013, p. 13).

Cada vez mais o consumidor consciente busca nos mercados locais produtos ecológicos, de época e com preços justos, mas também quer adquirir produtos com a cara do produtor, em que sejam ressaltadas as características locais das comunidades, como as tradições, o modo de vida, a valorização do saber-fazer, o cuidado com a paisagem, etc. Esse conjunto de características singulares pode ser a marca local que os consumidores procuram. Não se trata apenas de um ganho em escala (quantidade), mas em qualidade. Isso cria novas relações sociais e novos valores, promovendo o resgate da autonomia dos agricultores. Nesse sentido, as políticas públicas têm um papel fundamental para formar e informar os consumidores menos esclarecidos.

Reitera o papel de políticas públicas para dinamizar informação no âmbito de sustentabilidade em que o ganho nesse sentido seja medida em qualidade com a valorização e criação de relações sociais. O consumidor com a preocupação crescente de cuidar da saúde busca com frequência produtos ecológicos e saudáveis.

Percebendo compromisso com a sustentabilidade e segurança alimentar, haja vista a grande disseminação de produtos com agrotóxico. O papel do Estado seria na potencialização produtiva de alimentos da agricultura familiar, gerando oportunidades sociais para o campo (BROCH et. al., 2009).

Por outro lado, cabe destacar na agricultura familiar uma categoria que não é muito nova, a chamada multifuncionalidade da agricultura que ganha visibilidade. É entendida como o cumprimento de um papel pela agricultura de funções além da produtiva, tais como: aspectos

culturais, preservação do meio ambiente, da tradição, da paisagem e do desenvolvimento sustentável (PIERRI, 2011).

A noção de multifuncionalidade na agricultura familiar compreende como novo olhar, onde está inserida a interação entre famílias rurais e territórios na dinâmica de reprodução social. Que levam em consideração os modos de vida das famílias e não apenas seus componentes econômicos, incorporando a provisão de bens públicos relacionados com o meio ambiente, a segurança alimentar e o patrimônio cultural (MALUF, 2002).

Permite-se observar as circunstâncias que afetam as múltiplas funções atribuídas a agricultura. Desde a ótica de reprodução dessas famílias dentro de uma dinâmica de território, no sentido que observando a dinâmica de território permite analisar os diversos atores e redes sociais relevantes a construção social dos respectivos territórios. Objetivando políticas públicas que conferem legitimidade a multifuncionalidade da agricultura familiar (CAZELLA, BONNAL e MALUF, 2009).

Coerente a isso, a observação deixa de ser a agricultura familiar e passa a ser a família rural dentro da conjuntura de uma unidade social e não apenas unidade produtiva. Por família rural entende-se a unidade que se reproduz em regime de economia familiar e que se desenvolve qualquer processo biológico sobre um pedaço de terra, situada num território com características socioeconômicas, culturais e ambientais (MALUF, 2002).

De maneira explicativa Cazella, Bonnal e Maluf (2009) afirmam:

O universo de pesquisa em cada estudo de caso era constituído por uma unidade socioespacial (localidade, bairro, assentamento, comunidade, vilarejo, arraial, etc.) cuja amplitude era definida pelas próprias famílias que a integram. Vale dizer, o universo de pesquisa abrangeu todas as famílias que se consideravam integrantes da unidade socioespacial considerada, portanto com uma delimitação espacial flexível que reflete as peculiaridades de cada estudo de caso. Na etapa seguinte, quando o foco da pesquisa se dirigiu aos atores sociais e aos espaços locais de concertação, esse olhar se ampliou de modo a abranger os municípios em que essas comunidades se localizavam. A pesquisa que fundamenta a presente publicação, por sua vez, adotou uma conceituação de territórios construídos a partir de projetos coletivos, levando-se a ampliar a delimitação espacial para além dos municípios conforme fosse a amplitude dos respectivos projetos. Retomar-se-á esse ponto na seção que detalha o método da pesquisa (CAZELLA et al, 2009, p.48).

A essa noção de território analisa como estudo de caso o contexto sócio espacial. E as famílias definiriam a dimensão do universo de pesquisa.

A relevância atribuída á produção alimentar dever ser cotejada a constatação de que a reprodução econômica das famílias rurais não guarda uma relação linear com atividade agrícola desenvolvida por essas famílias. Bem sabendo, que essas famílias não dependem

exclusivamente da atividade agrícola mercantil, recorrendo a outras formas de renda para sobreviverem. Tal fato se dar pela ausência de políticas públicas e equidade social para consolidar as famílias de agricultores, outra maneira seria valorizar a produção de alimentos e bens agrícolas que contemplem várias funções (diversidade cultural, sustentabilidade entre outros) (CAZELLA, BONNAL e MALUF, 2009).

Maluf (2002), pesquisas realizadas mostram quatro expressões da multifuncionalidade na agricultura na realidade rural brasileira. A forma como reflete cada uma denota particularidades do contexto sócio espacial e ou territorial. São elas:

- a) *reprodução socioeconômica das famílias rurais brasileiras*: O tocante a geração de trabalho e renda que permita as famílias rurais se manterem no campo em condições dignas.
- b) *estimular processos de segurança alimentar das próprias famílias rurais e da sociedade*: disponibilidade do acesso e alimentos e manutenção de sua qualidade, priorizando o autoconsumo. Reconhece-se a deficiência de provisão alimentar para a sociedade.
- c) *manutenção do tecido social e cultural*: tal atividade agrícola é responsável pela manutenção da identidade das famílias de agricultores e posterior inserção social.
- d) *preservação dos recursos naturais e da paisagem rural*: as pesquisas revelam conflitos com o objetivo de preservação do meio ambiente e a prática de agricultura familiar.

Essas quatro particularidades da multifuncionalidade da agricultura familiar refletem seu caráter holístico na condução da agricultura. Princípios norteadores da prática da agricultura, mostrando divergências de seguimento para as famílias rurais e eventual fragilidade. Expondo a questão de território como base para a multifuncionalidade da agricultura familiar.

O tecido social reflete nesse contexto o fator de sociabilidade das famílias rurais, esclarecendo um papel além de uma agricultura diversificada e produção para autoconsumo. A prática de políticas públicas necessita ser estabelecida de maneira concreta para que ocorra a inserção da agricultura familiar.

O território é fator determinante para a discussão de multifuncionalidade da agricultura familiar, pois o território abrange o espaço de observação e aumenta a quantidade de atores envolvidos. Assim sendo afirmam:

Sendo assim, o território é concebido como o resultado de uma ação combinada entre atores e agentes econômicos. Ao contrário da postura anterior, na qual o território não constitui uma entidade muito importante, o território ocupa aqui um papel destacado que transcende aquele dos estabelecimentos agropecuários e até da própria

agricultura. A multifuncionalidade deixa de ser uma característica da agricultura para se transformar em uma característica construída do território: “a multifuncionalidade resulta da coordenação das atividades monofuncionais dos agricultores e do conjunto dos atores” (CAZELLA, BONNAL E MALUF, 2009, p 54).

De tal modo, passa a ter uma característica construída de território, dando uma proporção de multifuncionalidade que resulta num conjunto de atores envolvidos. Sejam eles, agricultores, estabelecimentos agropecuários entre outros. Ocorrendo uma importância significativa para a noção de território no conjunto de atores. Ressalta-se que não se nega a existência de multifuncionalidade da agricultura. Mas apenas que essa última não se constitui como elemento fundamental de estratégia de desenvolvimento territorial.

Cabe fazer uma observação de agricultura familiar na região de Marabá, perceber seus pontos fortes e fracos e compreender sua importância para a região. Dentro desse arcabouço geral vamos ver os programas oriundos da agricultura familiar e sua eventual sustentabilidade econômica e funcionalidade. Para tanto, recorreremos a autores da região que explanam sobre essa questão.

Para Michelotti (2004) a discussão acerca de agricultura sustentável dever se basear na construção de sistemas agrícolas integrados nos quais se articulam plenamente as complementaridades e simbioses existentes entre animais e vegetais. Ou seja, um sistema complexo que garanta instabilidade para o equilíbrio ecológico. Tal estabilidade só pode ser atingida mediante um modelo comprometido com responsabilidade e racionalidade de uso de seus recursos naturais.

Desse modo, agricultura sustentável para a região de Marabá evidencia-se por um conjunto integrado de avanço na direção de uma agropecuária integrada com a paisagem florestal, constituindo um todo complexo e equilibrado ecologicamente. Nesse sentido, são importantes tanto as áreas de floresta primária quanto a possibilidade de múltiplos manejos extrativista. Com essa atuação integrada à possibilidade de se atingir um manejo ecologicamente sustentável seria maior (MICHELOTTI, 2004).

O autor ainda considera os diferentes estágios sucessionais, nas formas de capoeiras os sistemas agroflorestais e os sistemas agro-silvo-pastoris, que permitem à produção agropecuária um melhor aproveitamento dessa simbiose, que chama de sistemas com mais alto ‘valor adicionado biológico’ (MICHELOTTI, 2004, p. 10). Essa maior interação entre os sistemas envolvidos entre agroflorestais e agrosilvopastoris permitem grande aproveitamento dos organismos vivos, nos dando exemplo de sustentabilidade.

O que norteia atualmente os debates sobre agricultura familiar é justamente sua viabilidade ecológica e econômica. Estudo relacionado com a integração de sistemas florestais vem avançando aos poucos com o intuito de se chegar a um denominador comum e solucionar a problemática do cultivo de terras sustentáveis. Na região amazônica, esse conteúdo vem avançando em passos lentos, mas de qualquer modo está caminhando. A conscientização ambiental por parte dos agricultores e o melhor aproveitamento no ato de arar a terra se faz necessário diante de um consumo tão nefasto e uma agricultura tão predatória.

Ressalta-se também dentro da lógica de agricultura familiar a lógica de mercado e cadeia de comercialização. Estudos sobre agricultura familiar revelam marcada polivalência das suas formas comerciais. Entre os limites da subsistência e da entrada em sistemas produtivos especializados, está presente a combinação de vários arranjos, desde atividades tipicamente de autoconsumo, trocas entre vizinhos, vendas diretas e atividades que incorporam circuitos formais de comercialização e distribuição, até aquelas relacionadas com a agroindústria, por meio dos contratos de integração (PIERRI, 2011, p.6).

A relação mercadológica entre os agricultores familiares, na qual existem trocas entre vizinhos e até incorporam circuitos formais de comercialização. Contudo, essas transações comerciais fortalecem as atividades da agricultura familiar possibilitando maior escoação de seus produtos, existindo ali trocas comerciais e mercadológicas consolidadas (SOUZA, 2009).

Para Pierri (2011), os canais de comercialização de produtos da agricultura familiar podem ser interpostos em quatro níveis: venda direta ao consumidor, integração vertical com o agronegócio processador, vendas para o setor de distribuição e mercados institucionais. Cabe ressaltar também dentro desse diagrama geral as formas não monetárias de comércio. Apesar do assunto não ser muito estudado, seguem em seguida as etapas:

Vendas diretas: todas as operações de entrega direta da mercadoria ao consumidor final pelo produtor, tais como: entregas ao domicílio, tele-entregas, feiras livres, feiras especializadas, eventos comerciais promocionais, loja, balcão ou quiosque do produtor, vendas na propriedade (PIERRI, 2011, p. 6).

Integração vertical: venda de produtos como matéria-prima para beneficiamento pelo comprador (os principais produtos no Brasil são leite, fumo, tomate, suínos e aves) (PIERRI, 2011, p. 6).

Vendas para distribuição: atacadistas, varejistas, distribuidores, restaurantes, lojas especializadas de agricultura orgânica e produtos naturais, supermercados e hipermercados, Exportação (PIERRI, 2011, p. 6).

Mercados institucionais: um exemplo são os mercados criados pelo Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA, Lei nº 10.696 de 2 de julho de 2003). O PAA é um instrumento de política pública que realiza a compra de produtos da Agricultura Familiar. A aquisição é feita por diferentes modalidades, sendo as principais: 1) compra para o atendimento de populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, distribuição nas escolas, creches, hospitais públicos, restaurantes populares, entre outros; 2) formação de estoques estratégicos (PIERRI, 2011, p. 6).

Desse modo, todas essas etapas constituem instrumento de incentivo da agricultura familiar. Integram um conjunto de fatores e até mesmo normativa legal para fomento das atividades de base familiar. Sabe-se que ainda é muito pouco o que se faz, mas esses mecanismos contribuem de maneira oportuna para produção e distribuição. Contudo, podem-se analisar os pontos críticos de mercado e também se consegue avaliar os pontos positivos.

Os mercados institucionais se caracterizam como políticas públicas de fomento, um grande passo para até então um mercado marginalizado pela sociedade de uma forma geral. Bem sabendo que agricultura familiar tem como princípio básico da produção alimentar para subsistências e que o excedente da produção seria comercializado nos mercados. A feira entraria nesse contexto como vendedor desses produtos, escoando esse excedente de produção e trazendo renda para as famílias de agricultores.

Para o autor, indicam que a maioria das transações envolvendo os produtores familiares e canal de venda, como quitandas, varejões, feiras, intermediários, se realiza no livre mercado ou mercado *spot*, no qual preço, quantidade, pagamento e entregas são definidos no momento e a transação não se prolonga no tempo. Conforme a autora, também é comuns transações via contratos informais, baseados em confiança, contratos formais e a parceria (PIERRI, 2011, p 10).

A informalidade nas transações comerciais é bastante comum, relata também que os canais de venda são normalmente mercado de circuito inferior, não atingindo os mercados maiores. Ploeg (2009) chega à mesma conclusão, que os impérios alimentares se abastecem de produtos oriundos da agricultura convencional, dos produtos que sobrevivem pelo intermédio de insumos agrícolas.

Portanto, Pierri (2011) aponta uma situação problema sobre a escoação dos produtos oriundo da agricultura familiar:

A inserção da agricultura familiar nos mercados e remoção dos gargalos no escoamento da produção são um dos principais desafios para o seu pleno

desenvolvimento. Permanece a importância de pesquisas e estudos sobre os mercados de comercialização dos seus produtos, que possam auxiliar o aperfeiçoamento, tanto da ação pública, quanto das decisões dos produtores, individuais e coletivas (PIERRI, 2011, p. 8).

A solução para os escoamentos dos produtos seria investimento em estudos sobre aperfeiçoamento. Para que o agricultor familiar tenha autonomia na tomada de decisões sobre os assuntos que os afetem, o aprimoramento do conhecimento para o agricultor resultaria em liberdade de produção e distribuição. Observando que o agricultor familiar é carente de informação de como produzir e para quem escoar a produção, até mesmo no manejo da terra. Nesse ponto, entraria o papel do técnico agrícola na ministração de cursos de aperfeiçoamento (MALUF, 2002).

Para compreendemos melhor sobre esse tema, precisamos conhecer as bases históricas de agricultura familiar, para tanto, veremos a contribuição de Picolotto (2011, p. 28) que afirma: a invisibilidade socioeconômica e política da agricultura de base familiar foi fruto de um longo processo de subjugação e, em muitos casos, de dependência da grande agricultura de exportação. A grande propriedade, dominante em toda a história brasileira, se impôs como modelo socialmente reconhecido. Como têm apontado alguns trabalhos historiográficos, à margem ou associada à grande exploração agropecuária, sempre existiu uma grande diversidade de formas sociais e de trabalho.

Desse modo, Navarro e Pedroso (2011) afirma que o processo de subjugação da agricultura familiar que perdurou por diversos anos. A grande propriedade sempre se reafirmou como dominante em toda história brasileira, e sempre se impôs como modelo socialmente reconhecido. Atualmente a agricultura familiar se impõe com caráter de produção sustentável.

Os agricultores familiares são portadores de uma tradição histórica cujo sua fundamentação teórica está baseada na centralidade da família na forma de produzir e como levam a vida. Desse modo, os agricultores familiares têm uma rotina marcada pela simplicidade de suas ações e complexidade na produção agrícola (WANDERLEY, 2013).

Wanderley (2013), assim expõe sobre agricultura familiar:

Agricultura familiar corresponde a certa camada de agricultores, capazes de se adaptar às modernas exigências do mercado em oposição aos demais “pequenos produtores” incapazes de assimilar tais modificações. São os chamados agricultores “consolidados” ou os que têm condições, em curto prazo, de se consolidar. Supõe-se que as políticas públicas devem construir as bases para a formação desse segmento (WANDERLEY, 2013, p.3).

Wanderley reitera que existe uma gama de agricultores que conseguem se consolidar as exigências de mercado frente às modificações, já outros encontram dificuldades para se adequar a tais modificações. Sugerem-se políticas públicas de fomento para inserção desses pequenos agricultores.

Desse modo, compreende-se que a agricultura familiar tem contribuído de maneira significativa para a produção de alimentos. Entende-se que é a maior fornecedora de alimentos básicos para a população, diferenciando-se sobremaneira do agronegócio que visualiza apenas os lucros sem levar em consideração os aspectos naturais. Porém, através dos dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, pode-se refutar tal afirmação quando os mesmos demonstram a contribuição significativa da agricultura familiar para o consumo nacional, a saber: com 87% de mandioca, 83% de feijão fradinho, 77% de feijão, 67% de leite de cabra, 59% de suínos, 58% de leite de vaca, 50% de aves, 46% de milho) (IBGE, 2006).

Observando esse diagrama geral, reconhece-se a importância da agricultura familiar na produção agrícola brasileira. Na região amazônica não é diferente, sua superioridade se destaca diante do agronegócio. Essa posição é defendida com uma maior elaboração teórica, entende-se que o agricultor familiar é um ator social da agricultura moderna e de uma forma geral, resulta da própria atuação do Estado (WANDERLEY, 2013).

4. METODOLOGIA

4.1. CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO LOCAL DE ESTUDO

O presente estudo foi conduzido no município de Marabá no estado do Pará, mais precisamente na região sudeste, que conta com aproximadamente 233.700 habitantes (IBGE, 2010). O mesmo está localizado na confluência dos rios Tocantins e Itacaiúnas que em outras décadas teve como atividade econômica a castanha, a madeira, pecuária entre outros (ALMEIDA, 2010).

O local de estudo se concentrou no Núcleo urbano denominado “Velha Marabá”, mas precisamente na rua 07 de junho entre a travessa Santa Terezinha e João Abreu (Figura 1). Lá está localizada a primeira (e única) feira da agricultura familiar do município. Desse modo, sabe-se que nesse bairro está a maior incidência de feiras na cidade, consta-se também o maior ponto de comércio da cidade com intenso fluxo de pessoas trafegando diariamente. Segue abaixo uma localização da região onde está inserida a feira.

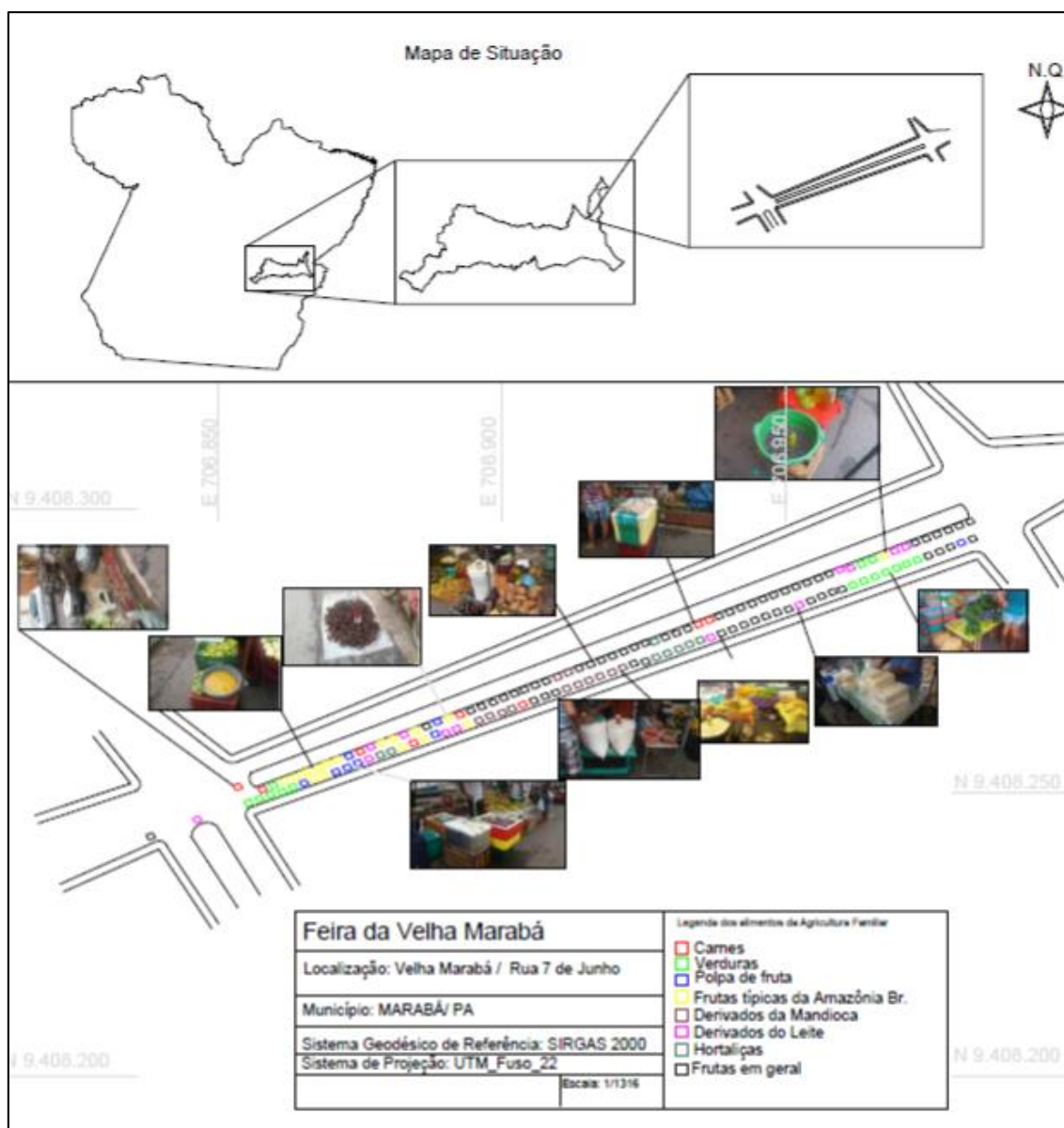


Figura 1 - Localização da feira da agricultura familiar de Marabá.

Fonte: Incra (2016).

4.2. CARACTERIZAÇÃO DA FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR DE MARABÁ

Localizada no bairro “cidade velha”, mais precisamente na Rua 07 de junho, a “feira da agricultura familiar” foi criada no dia 11 de novembro de 2006. Atualmente seu funcionamento acontece aos dias de sábado, onde os feirantes se reúnem para comercializar seus produtos, troca de informações e sempre se tornando um ponto de encontro de amigos. A curiosidade está posta no “quadro” pintado semanalmente, aonde as crianças brincam, os cachorros passam (CASTRO, 2010).

Desse modo, os feirantes começam se aglomerar todas as noites de sexta-feira e aos poucos vão montando sua barraca. Na madrugada de sábado finalizam seu trabalho com montagem e em seguida começa a comercializar seus produtos, outra peculiaridade que cabe destacar é que alguns feirantes que trabalham na feira do agricultor também vendem em outras feiras da cidade. Assim como, feira do bairro “Laranjeira” e do bairro Nova Marabá (Folha 28). Como relatado acima, a dinâmica da feira do agricultor é muito peculiar. Seu funcionamento é apenas aos sábados como foi relatado acima.

Em conversa com os agricultores e feirantes ao mesmo tempo, nota-se que boa parte ou grande maioria dos produtos compõe de famílias de agricultores (AMARAL, 2013). A princípio essa feira atenderia 40 agricultores de 09 projetos de assentamentos do município de Marabá, principalmente alguns Projetos de Assentamentos Rurais, como: PA alegria, PA Belo Vale, PA Boa Esperança do Burgo, PA José Pinheiro, PA Marajuba, PA Talismã, entre outros.

Castro (2010) observou que a feira da agricultura familiar de Marabá contribui para eliminação de atravessadores e atua para aumentar a renda desses feirantes. Afirma também que existem muitas dificuldades para se chegar até o local onde será efetuada a venda, pois as condições das estradas são precárias acarretando uma perda de aproximadamente 40% da venda na feira com transportes.

Sabe-se que os agricultores da feira da agricultura familiar se organizam para discutir a produção e que também desenvolve projeto de educação ambiental para as famílias que comercializam na feira, não se limitando meramente ao trabalho de comercialização e escoação de produtos. Outro ponto importante que Castro (2010) afirma que a cada ano a receita da feira vem aumentando significativamente. Entende-se dessa maneira a aceitação por parte da população de Marabá. Nota-se também que discutem o papel da agroecologia dentro da comunidade integrante com palestras informativas e também sentem muito a falta de incentivos governamentais. Assim como a participação da secretaria municipal de agricultura, INCRA e demais órgãos (GUERRA, 2015).

Estudos de Santos (1979), afirma que essas feiras caracterizam um circuito inferior da economia ou economia da pobreza municipal, fruto de uma situação dinâmica da economia que faz com que subsistam lado a lado um circuito moderno e um circuito não moderno, caracterizado pela pequena produção manufatureira pouco capitalizada, pelo artesanato, por formas pré-modernas de produção.

Essas formas de comercialização, caracterizadas como não modernas ou circuitos inferiores acabam que tomando uma dimensão maior de comercialização, devido se manter a

margem de estruturas mais capitalizadas e sofisticadas no que conferi a burocratização de sistema de estado, no que foi apresentado em exemplo detalhado no referencial teórico o funcionamento de circuitos curtos de economia e será exposto mais adiante no resultado e discussão seu funcionamento na prática.

Em se tratando de feira como circuito inferior na cidade de Marabá, Amaral (2013) afirma:

Ao se observar a cidade de Marabá verificou-se que as feiras estão distribuídas quase que equitativamente em todos os núcleos principais da cidade, embora na Marabá Pioneira essa densidade seja um pouco mais expressiva, com a presença de quatro, dos nove empreendimentos identificados (...). Essa localização das feiras reforça a importância que este tipo de atividade ainda desempenha no abastecimento da população da cidade, bem como reproduz o mesmo padrão encontrado para as atividades mais gerais de comércio e serviços (AMARAL, 2013, p. 4).

Amaral (2013) reitera a importância que esse tipo de mercado exerce na cidade de Marabá, a força que a feira reproduz diariamente mostrando que o mercado informal desempenha uma atividade importante de abastecimento para a população.

A feira da agricultura familiar, por condessar a relação entre cidade e campo (assentamentos rurais), quanto a cidade com a dinâmica regional e extra regional, permite que se analise o relacionamento por ela construída. Chega-se à conclusão que as feiras não apenas abastecem a cidade com produtos agrícolas, mas que também criam uma alternativa sustentável de sobrevivência, fora da lógica formal de comercialização. Cria-se a modalidade (autônomo) sem a mediação de uma empresa que foge da lógica formal capitalista (AMARAL, 2013).

Percebe-se que a feira da agricultura familiar apresenta uma dinâmica diferente das outras feiras em Marabá, pois o projeto foi concebido com intuito de estabelecer o fortalecimento político do campesinato. Com o objetivo central de dinamizar o escoamento da produção familiar nas proximidades da cidade. Rompendo com a dominação promovida pelo setor da agroindústria e a participação de atravessadores. Desse modo, assim afirma Amaral (2013):

Seguindo essa linha de raciocínio, foi possível encontrar em Marabá uma feira que tem como objetivo central estabelecer um projeto político do campesinato, a Feira do Agricultor da Rua 7 de Junho. Trata-se de um espaço concebido pelos próprios produtores rurais como uma forma de driblar as tradicionais teias estabelecidas pelo mercado e, assim, poder se inserir por meio de um circuito alternativo e “insubordinado” nas relações comerciais (AMARAL, 2013, p. 17).

Em artigo publicado por Rodrigo (2011), percebe-se a dimensão e a proporcionalidade que feira vem atingindo ao longo dos anos, sua aceitação no mercado local e posterior fomento de atividade agrícola familiar. Como relatado acima, aos agricultores driblam o sistema tradicional de mercado, colocando a feira como alternativa viável de produção agrícola e ressignificando o papel dos estabelecimentos agrícolas familiares.

4.3. ETAPAS E FERRAMENTAS UTILIZADAS DURANTE A PESQUISA

Com intuito de compreender todo seu processo de funcionamento e perceber os mecanismos que enaltecem a feira da agricultura familiar e a coloca como expoente em sua prática na cidade de Marabá, optou-se por um estudo empírico que tomará o espaço da feira como “ponto de partida”. Para tanto, houve inicialmente um levantamento documental e de artigos acadêmicos sobre a origem e justificativas para a criação da feira. Além disso, se entrevistou pessoas-chaves que se envolveram com o processo de criação e concretização do espaço.

No rol de pessoas-chaves, envolveram-se lideranças, agentes públicos e agricultores que iniciaram o processo de criação da feira no âmbito operacional do levantamento de informações, foram elaborados roteiros abertos e semiabertos com questões que ajudaram a elucidar o processo de concepção da feira e seus princípios.

Dentro desse bojo na busca de informações, houve pesquisa de materiais em jornais impressos, matérias televisivas e informações com moradores nas proximidades de onde é realizada a feira. Justamente para montar um arcabouço teórico que fundamente a relevância em se criar uma feira desse cunho.

Outro momento importante da pesquisa foi na identificação dos agentes e produtos que transitam e compõe o espaço da feira. Também foram incluídos na amostra, alguns consumidores assíduos da feira. Nessa etapa, se traçou um quadro atual da composição social e produtiva que coexistem na feira, além de se detectar os processos e princípios primados no espaço da mesma. O expediente de composição de questionários e roteiros apoiou esse levantamento, onde as informações foram analisadas com o apoio do referencial teórico, especialmente no que se diz respeito à proximidade (ou não) dos princípios agroecológicos e os da feira.

Por fim, a empiria foram entrevistas algumas famílias de agricultores que comercializam na feira. As entrevistas se deram tanto no espaço da feira quanto em suas propriedades. A

definição da amostra respeitou as etapas precedentes de levantamento de dados, mas um critério fundamental foi relacionado aos princípios agroecológicos que as famílias afirmarem seguir. Nesse sentido, visita e entrevista nas propriedades ajudaram na análise comparativa entre os princípios agroecológicos (referencial teórico) e a prática concreta realizada pelas famílias, tanto na comercialização quanto nos processos produtivos.

Quadro 1 - Quadro síntese dos passos metodológicos da pesquisa.

Atividade	Período da atividade	Ferramentas mobilizadas	Relação com objetivos	Observações
Revisão teórica	Agosto de 2015 a setembro de 2016	Pesquisa em produções científicas	Consolidação do referencial teórico para apoiar a análise dos dados empíricos.	Apoiar a reflexão sobre as perguntas científicas lançadas.
Levantamento histórico e uma caracterização da feira do agricultor e seus princípios	Abril e junho	Revisão documental Visitas; aplicação de roteiro aberto e semiaberto; Registro fotográfico	Buscar compreender a lógica de criação da feira e seus princípios norteadores. Estabelecer uma relação de confiança.	Deve-se apresentar a proposta de pesquisa aos envolvidos.
Caracterizar os agentes que comercializam e a origem dos produtos da feira do agricultor	Junho a setembro	Visitas; aplicação de roteiro aberto e semiaberto; Registro fotográfico	Caracterizar os sujeitos e produtos da feira. - Caracterizar os consumidores da feira.	Aqui se pretende mapear o local proveniente dos produtores e agricultores que se relacionam com a feira.
Confirmar princípios agroecológicos de agricultores da feira	Julho a dezembro de 2016	Entrevistas e visitas a agricultores que participam da feira	Confirmar (ou não) a coerência entre os princípios da feira e os princípios agroecológicos.	

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1. CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA DA FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR DE MARABÁ

Pensada inicialmente pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marabá e Coopserviços⁴ (Cooperativa de prestações de serviços de ATER) contribuindo com as primeiras discussões e assessoria técnica. A feira foi criada em 11 de novembro de 2006 como projeto político, econômico e social dos trabalhadores rurais que tem como objetivo o escoamento de produtos agrícolas familiares, a eliminação de atravessadores, a agregação de valores e segurança alimentar (CASTRO, 2010). Além disso, a feira surgiu como um espaço de encontro e mobilizações das famílias rurais e suas organizações locais e regionais.

Desse modo, muitos temas são contemplados na feira, como a conquista pela terra e discussões políticas também são pautas dos agricultores, além da busca por melhorias em infraestrutura, políticas de crédito, saúde e educação. Por outro lado, o cerne da questão se concentra na visibilidade e valorização dos produtos agrícolas e, aparentemente, como uma “forma de luta” por autonomia para as lógicas familiares regionais de produção.

No primeiro momento seu funcionamento seria quinzenalmente, mas devido à grande procura de produtos agrícolas passou-se a ser realizada todos os sábados. Os feirantes se organizam na noite de sexta-feira com suas barracas e mercadorias e na madrugada do sábado inicia-se a comercialização (AMARAL, 2013).

Dento dessa perspectiva de funcionamento, observa-se vários entraves para sua realização, tal qual: o difícil acesso das estradas, a falta de apoio da prefeitura, as longas distancias dos assentamentos etc. Outro aspecto relevante enquadra-se na ausência dos agricultores no lote de terra para comercializar na feira, fragilizando sua produção agrícola. Fato esse que dificulta a permanência dos agricultores todos os sábados (GOMES e MARINHO, 2015).

Para compreender o contexto histórico pela qual se consolidou a feira da agricultura familiar em Marabá, cabe entender a concepção regional de território. Para tanto, reportamos aos estudos recentes, citados abaixo, que contribuem com a discussão com trabalhos no campo de ocupação da região, lutas por terra, movimentos sociais e políticas públicas.

⁴ Refere-se a entidade criada em 1998 pelo Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais para atuar no serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATES) junto às famílias assentadas na região e especialmente nos Assentamentos do município de Marabá (RODRIGO, 2011).

A região sudeste do Pará é marcada por grandes transformações políticas, econômicas, ambientais e culturais. E que nas últimas décadas a disputa por terra sacrificou muitos agricultores em busca de um pedaço de chão e essa luta se deu pela apropriação do território pelos trabalhadores rurais sem-terra (PEREIRA, 2015).

O processo de colonização incentivado pelo próprio governo civil-militar fez com que ocorresse um grande fluxo migratório para região amazônica. De igual modo, destaca-se o capital no espaço agrário, como na exploração madeireira e nas atividades da pecuária extensiva que foram predominantes em diversas regiões desse território. Destaca-se também nesse processo, o processo recente de regularização fundiária, com a criação de Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária, nas regiões sudeste do Pará. Em termos sociais, observa-se que o papel dos movimentos sociais do campo foi fundamental para a concretização do processo de regularização fundiária, ora citado (MICHELOTTI, 2007).

A criação de assentamentos é vista como resposta à intensificação dos conflitos de ocupação das terras e reivindicações de cidadania no campo. Sabe-se que a região sudeste se beneficiou pela luta de terra mais geral no Brasil, e ao mesmo tempo em que ações locais reforçaram o fortalecimento do movimento, cabe destacar o exemplo significativo o massacre de Eldorado de Carajás ocorrido em 17 de abril de 1996. Dada sua repercussão nacional e internacional do caso desse massacre, a pressão política criada fez com que o processo de regularização fundiária se consolidasse nesse território emblemático (PEREIRA, 2015).

Ao mesmo tempo, esse ambiente de disputa fundiária envolvendo distintos atores sociais (migrantes posseiros, agricultores, ribeirinhos, latifundiários etc.), criou um espaço rico e diversos para que as lógicas familiares de produção se instalem nesse território. Tal dinâmica ocasionou muitas mudanças de atividades de produção agropecuária, fortalecendo a produção agrícola familiar, baseada na diversificação da produção e contraposição a lógica empresarial no campo (SILVA et. al., 2011).

Como consequência desse novo cenário fundiário, o centro urbano de Marabá e seu entorno passaram a conviver com 86 (oitenta e seis) projetos de assentamentos, sendo uma totalidade de 502 (quinhentos e dois) no nos territórios sul e sudeste do estado, conforme Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria (INCRA, 2014).

Surgem então algumas questões estratégicas para serem abordadas pelas políticas públicas, como a consolidação de uma agricultura familiar mais sustentável e, em especial, capaz de garantir uma produção suficiente para, a distribuição e comercialização de seus produtos agrícolas à população rural e urbana.

Na busca de uma estabilização da produção e atendimento das demandas nutricionais locais, o município e seus atores investiram em algumas iniciativas, como: criação de cooperativas, associações de produtores etc. e, dentre elas, a feira da agricultura familiar de Marabá emerge com características distintas em comparação as outras feiras da cidade, tendo como pressuposto: segurança alimentar, agregação de valores, comercialização sem a presença de atravessadores.

Essa feira também se estabelece como uma forma de resistência ao “agronegócio” (lógicas industriais de produção agropecuária) do território em estudo, buscando politizar as famílias envolvidas nas atividades da feira, buscando conscientizar da assimetria existente, quando se compara o apoio dado pelo estado ao agronegócio e a agricultura familiar, assim afirma Gomes e Marinho (2015, p. 7).

De fato, há muito que se conquistar, uma vez que os incentivos para a agricultura familiar se diferenciam de outros seguimentos a exemplo do capital, pois o acesso a terra em si não garante a permanência das famílias no campo. Diante disso, a distinção de distribuição de recursos entre agricultura familiar e patronal aponta no âmbito das políticas uma tendência para fortalecer o agronegócio em detrimento da agricultura familiar segundo os últimos dados do censo do Plano Safra.

Desse modo, o que acontece é o alto investimento na agricultura patronal, sendo subsidiada financeiramente pelo governo federal e não observando os ganhos da agricultura familiar. E os desafios enfrentados pelos agricultores, como a falta crédito produtivo adaptado; ausência de infraestruturas e transportes nos assentamentos entre outros, são limitantes diretos para a consolidação de nichos alternativos de comercialização de suas produções. Daí se justifica as lutas dos movimentos sociais do campo e suas reivindicações perante os gestores públicos das distintas esferas de poder.

Portanto, a feira da agricultura familiar nasce como um “símbolo” de resistência político, social, econômico, cujos princípios se concentram na consolidação e valorização das lógicas familiares de produção e suas organizações sociais e produtivas.

Percebe-se a feira da agricultura familiar de Marabá como uma experiência de comercialização de produtos oriundos da agricultura camponesa (ou familiar)⁵, impulsionada

⁵ Em uma leitura atenta dos trabalhos acadêmicos pode-se observar que os pesquisadores que utilizam o conceito de *agricultura familiar* com consistência teórica, não usam o conceito de camponês. Já os pesquisadores que usam o conceito de camponês, podem chamá-los de agricultores familiares, não como conceito, mas como condição de organização do trabalho. Da mesma forma, ao se trabalhar com o conceito de camponês, pode-se utilizar as palavras: pequeno produtor e pequeno agricultor. Todavia, como existem muitos trabalhos que utilizam essas palavras como equivalentes do conceito de *agricultura familiar*, é necessário demarcar bem o território teórico (FERNANDES, 2002, p. 3).

por agricultores e o movimento sindical de trabalhadores rurais que, ao longo de sua existência, se apresenta como “espaço alternativo” de valorização da produção oriunda da agricultura familiar local (GOMES e MARINHO, 2015).

Por outro lado, a feira vem apresentando bons resultados em sua receita anualmente. Segundo dados trazidos por Castro (2010), os 03 (três) primeiros anos a feira apresenta uma evolução significativa em sua receita. Nota-se que o faturamento aumenta de modo considerável, consequentemente ocasionando seu fortalecimento e sua expansão ao longo dos anos. Segue quadro abaixo explicando melhor.

Quadro 2 - Evolução financeira dos primeiros anos de funcionamento da feira

ANO	FATURAMENTO R\$
2006	33.000,00
2007	420.000,00
2008	450.000,00

Fonte: Adaptado de Castro (2010).

Com tal evolução financeira, reafirma-se a proposta inicial da feira em fortalecer a agricultura familiar no entorno da cidade, possibilitando outras fronteiras mercantis para as famílias de agricultores compreendidas pelos PAs próximos da cidade de Marabá. O agricultor/feirante encontra na atividade da feira uma forma de escoar seus produtos e o consumidor uma segurança no ato de se alimentar se comparado com produtos de supermercados na cidade. Bem sabendo que na feira não são seguidos na totalidade os princípios de produção agroecológica.

5.2.UMA BREVE CARACTERIZAÇÃO DE AGENTES ATUAIS: QUEM PRODUZ, COMERCIALIZA, CONSOME

Os papéis desenvolvidos pelos agentes atuantes na feira proporcionam a sua funcionalidade como é percebida no momento. Sempre buscando valorizar as características de produção agroecológica. Nesse processo, a participação de todos os agentes se faz importante para construção do projeto encabeçado por um grupo de entidades listadas anteriormente. De tal modo, que a pesquisa elenca atores envolvidos no processo, juntamente com a quantidade de espécies comercializadas.

Sendo assim, percebe-se diante da pesquisa que se encontra uma enorme gama de produtos comercializados na feira, tanto de origem animal, quanto de origem vegetal. Denotando variedade de consumo, ressalta-se que em cada banca são comercializados, em média, dois ou três produtos vegetais. Logo abaixo segue tabela especificando os principais vegetais comercializados.

Quadro 3 – Lista dos principais vegetais, comercializados na feira da agricultura familiar, Marabá – PA.

Nº	NOME VULGAR	NOME CIENTÍFICO
1	Abacate	<i>Persea americana</i> L.
2	Abacaxi	<i>Ananas comosus</i> L. Merril.
3	Abóbora	<i>Cucurbita</i> spp
4	Alface	<i>Lactuca sativa</i> L.
5	Amendoim	<i>Arachis hypogaea</i> L.
6	Banana	<i>Musa</i> spp.
7	Batata	<i>Solanum tuberosum</i> . L.
8	Beterraba	<i>Beta vulgaris</i> L.
9	Cebola de cabeça	<i>Allium cepa</i> L.
10	Cheiro verde	<i>Petroselinum crispum</i> (Mill.) Nym.
11	Couve-flor	<i>Brassica oleraceae</i> var. <i>Botrytis</i> L.
12	Cupuaçú	<i>Theobroma grandiflorum</i> (Willd. ex Spreng.) K. Schum.
13	Feijão-verde	<i>Vigna unguiculata</i> (L., Walp.)
14	Jiló	<i>Solanum gilo</i> Raddi.
15	Laranja	<i>Citrus sinensis</i> L. Osbeck.
16	Limão	<i>Citrus limon</i> L.
17	Mandioca	<i>Manihot esculenta</i> Crantz.
18	Maracujá	<i>Passiflora edulis</i> Sims
19	Melancia	<i>Citrullus lanatus</i> (Thunb.) Matsum.
20	Pepino	<i>Cucumis sativus</i> L.
21	Pequiá	<i>Caryocar villosum</i> (Aubl.) Pers.
22	Pimenta do reino	<i>Piper nigrum</i> P.
23	Pimentão	<i>Capsicum annuum</i> L.
24	Quiabo	<i>Abelmoschus esculentus</i> L. Moench.

Fonte: Pesquisa de campo.

Em consonância com vegetais comercializados na feira, temos uma enorme variedade de produtos de origem animal que também se apresenta como atividade comercial para as famílias. Esses produtos contribuem para alavancar as vendas e somam-se como elemento de renda para as famílias de agricultores. Segue abaixo tabela com os principais produtos de origem animal comercializados na feira.

Quadro 4 - Principais produtos comercializados de origem animal, comercializados na feira da agricultura familiar, Marabá – PA.

Nº	NOME VULGAR	NOME CIENTIFÍCO
1	Cabra	Capra aegagrus hircus
2	Curimatá	Prochilodus lineatus
3	Gado bovino	Bos taurus
4	Galinha caipira	Gallus gallus domesticus
5	Ovos de galinha	Gallus gallus domesticus
6	Pescada amarela	Cynoscion acoupa
7	Piau - três pintas	Leporinus friderici
8	Pirarucu	Arapaima gigas
9	Porco	Sus scrofa domesticus
10	Tambaqui	Colossoma macropomum
11	Tucunaré	Cichla

Fonte: Pesquisa de campo.

Desse modo, se percebe uma diversidade considerável de produtos comercializados na feira, tanto de origem vegetal como de origem animal. O que se nota em termos de fragilidade é a presença de atravessadores que assumindo o papel de feirante, em alguns casos. Muitos agricultores não conseguem atingir a quantidade mínima de produção e acabam comprando (ou vendendo) de atravessadores para comercializar na feira. Tal situação foi percebida mediante a pesquisa de campo.

O gráfico 01 apresenta que 20 % dos produtos comercializados na feira são verduras, seguido pelas frutas que representam 19 %, condimentos 15 %, hortaliças 12 %, derivados 8 %, e

farinha 7%, setores de alimentação 4 %, o comércio de aves representa 4 %, cereais 3 %, pescado 1 %, carne suína 1 %, serviços gerais 1 %, outras atividades representam 5 %. Essa representatividade denota a diversidade de produtos comercializados na feira.

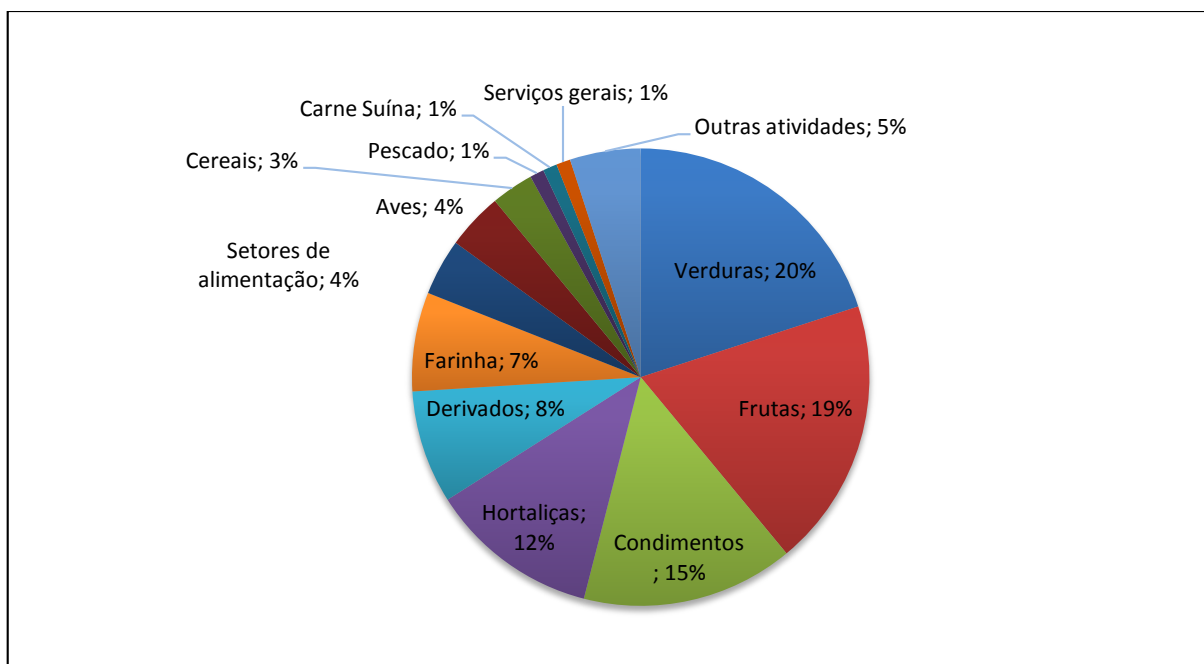


Gráfico 1 - Percentual de produtos comercializados na Feira da agricultura familiar de Marabá.
Fonte: Adaptado de Guerra (2015).

Outro dado importante a respeito da feira, gira entorno dos projetos de assentamentos que mais escoam produtos e/ ou comercializam. Foram contabilizados 13 (trezes) PA'S, com distribuição em maior quantidade o PA alegria com 27 %, sendo seguido pelo PA Vila Sororó com 11 %. E outros 19 % marcada por localidades menos expressivas.

Os demais PA's estão representados em média com: Brejo do meio 8 %, Zona urbana de Marabá 8 %, PA Burgo 3 %, PA Iguaçu 3 %, PA Palmeira Jussara 3 %, PA Talismã 3 %, PA Ponta da pedra 3 %, PA Vila santa fé 3 %, PA Boa esperança 2 %, PA Nova Olinda 2 %, PA Piquiá 2 %. Conforme mostra o gráfico 02.

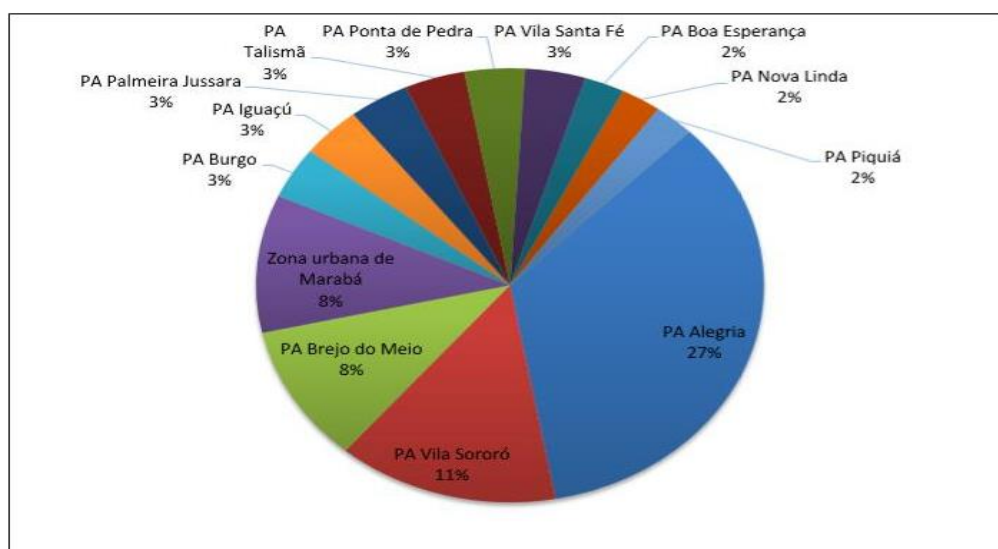


Gráfico 2 - Escoamento de produtos dos assentamentos na Feira de agricultura familiar de Marabá.

Fonte: Adaptado de Guerra (2015).

Conforme se observa no gráfico 03, o perfil de feirantes é bastante diverso com grande presença ativa das mulheres. Nota-se que a discussão de gênero se faz presente no espaço onde é sediada a feira. Do total de 37 feirantes entrevistados, 27 eram mulheres e 10 eram homens, prevalecendo a ação de mulheres.

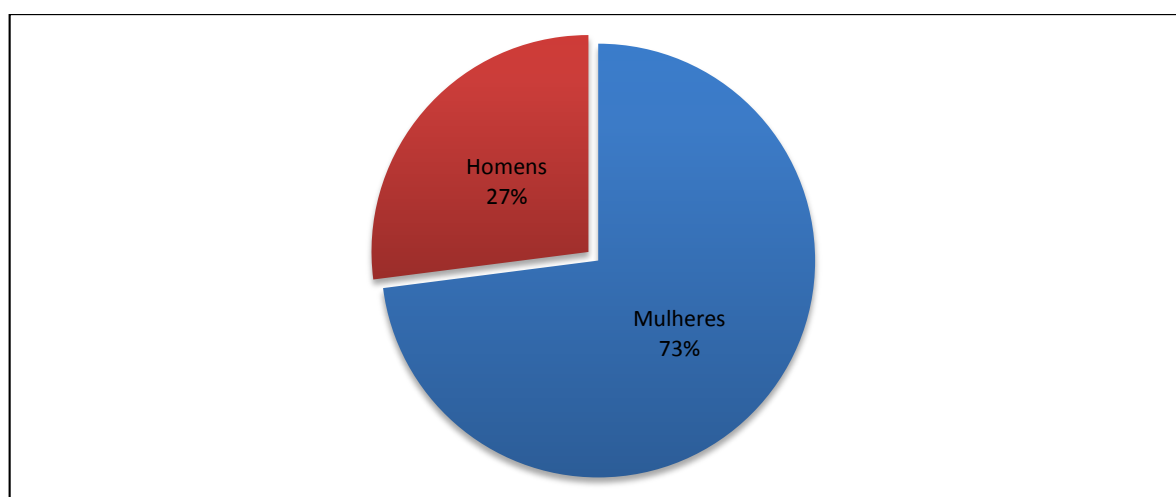


Gráfico 3 - Relação da porcentagem de Gênero dos entrevistados na Feira de agricultura familiar de Marabá.

Fonte: Adaptado de Guerra (2015).

Quando observada a escolaridade dos feirantes (gráfico 04), percebe-se que 75% não completaram sequer o ensino fundamental. Além desses, há também os que possuem ensino médio incompleto com 16%. Já a taxa de analfabetismo foi inferior as demais situações, com um percentual de apenas 8%.

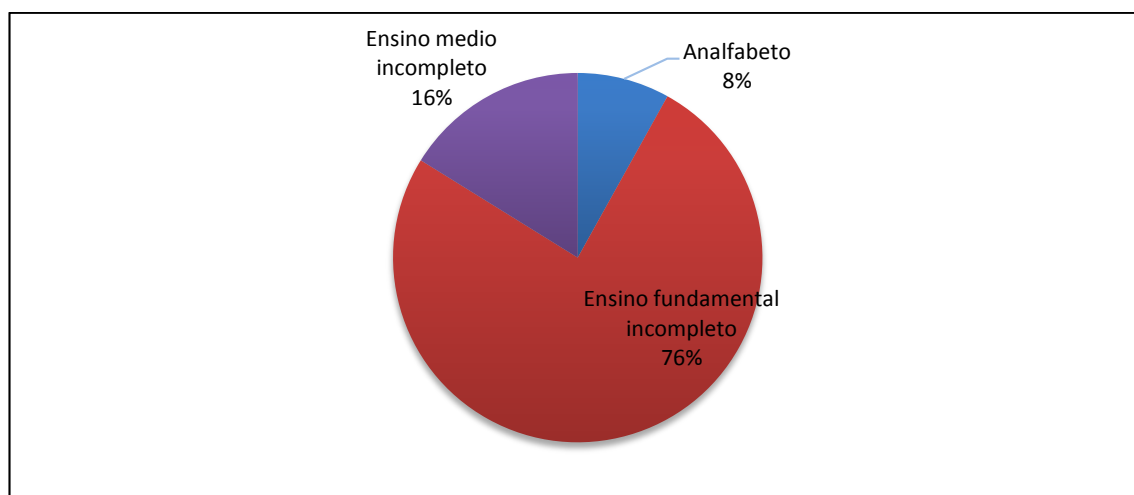


Gráfico 4 - Níveis de escolaridade dos familiares que vendem na Feira de agricultura familiar de Marabá.
Fonte: Adaptado de Guerra (2015).

Como já mencionado, a feira conta com uma estrutura complexa para funcionar todos os dias de sábado. A mesma requer uma mobilização importante de atores envolvidos como agricultores, sindicalistas, motorista de ônibus e atravessadores, garantindo um fluxo significativo de sujeitos, tanto do espaço rural quanto do urbano, de Marabá e de outros municípios próximos.

Segundo conversas informais, percebe-se que, devido tanta diversidade de sujeitos, nem todos os que comercializam percebem os princípios contidos em uma feira que se pretende “agroecológica”. Essa dificuldade de informação e/ou sensibilização em torno dos aspectos da produção e comercialização de alimentos saudáveis, muitas das vezes, ocorre por falta de ações ou de informações por parte do STR de Marabá, sobre os princípios que garantem os aspectos agroecológicos da produção. Além dessa dificuldade de acessar tais informações, uma ausência das instituições de pesquisa e de ensino superior de Marabá (UNIFESSPA, IFPA etc.), reforça tais fragilidades conceituais e de diálogos em tornos desse tema.

Nesse sentido, percebe-se que, nos últimos anos o aumento de feirantes comercializando na feira tem sido justificado tão somente pela atual crise econômica que o país enfrenta, fragilizando ainda mais as estratégias de dar maior visibilidade e valorização das famílias que, de fato, investem na produção de alimentos saudáveis.

O quadro abaixo sintetiza os principais atores que participam da feira, ressaltando a mesma como um espaço diversos e democrático, proporcionado pelo STR e agricultores familiares com produção locais.

Quadro 5 - Principais atores e suas atividades desenvolvidas na feira da agricultura familiar de Marabá – PA.

ATORES	ORIGEM	PAPEIS	OBJETIVOS
Diretoria do STR	Rural	Organização; fiscalização, orientação etc.	Garantir o bom funcionamento da feira.
Agricultores familiares	Rural	Venda de produtos próprios	Escoamento do excesso de produção e alternativa de sustento financeiro
Atravessadores	Urbano	Venda de produtos comprados em assentamentos	Desenvolver atividade mercantil
Consumidores	Urbano de Marabá e cidades próximas	Consumo	Buscar produtos baratos, saudáveis e frescos
Consumidores	Rural (isso não ocorre)	-----	-----
Estudantes	Urbano/rural	Pesquisa e consumo	Compreender feira
Outros	Urbano/rural	Fiscalização; Curiosos etc.	Diversos

Fonte: pesquisa de campo (2016).

As pessoas que moram na região e proximidades da Velha Marabá são frequentadoras assíduas da feira por considerar os produtos de boa qualidade em detrimento dos mesmos produtos em redes de supermercados. Logo abaixo figura (02) clientes circulando e feirantes a espera de consumidores.



Figura 2 - Clientes circulando e feirantes a espera de consumidores.

Fonte: pesquisa de campo (2016).

Assim, muitos consumidores e/ou profissionais liberais: Médicos, professores, advogados entre outros, buscam na feira da agricultura familiar uma alternativa saudável em se alimentar. Consideram que produtos com agrotóxicos sejam prejudiciais à saúde humana. Nota-se que existe um público com maior escolaridade que frequentam a feira em busca dessa segurança alimentar, como é o caso já citado acima de Neirilene Batista, professora da educação básica na cidade de Marabá que encontram na feira produtos de maior qualidade agregada.

Já outro consumidor policial militar da guarnição de Marabá, Rodolfo Gonçalves, afirma que aproximadamente frequenta a feira há 8 anos, desde sua fundação e relata como ficou sabendo da existência da feira e reconhece sua importância para o desenvolvimento da agricultura familiar, sendo assim afirma:

Eu compro na feira aqui desde quando tenho conhecimento dela, acho que oito anos mais ou menos. Tive conhecimento dela é próxima também de minha casa e pela conversa por que toda conversa vaza. É bom barato e natural e muita coisa que a gente compra na feira que tem o preço melhor do que no supermercado (Rodolfo Gonçalves, policial militar, entrevista concedida em 12 de maio de 2016).

Afirma que o produto é bom e natural, o que facilita com que venha com grande frequência até a feira. Sabe-se que o produto natural é aquele cujos controles naturais e culturais da agricultura biológica permitem uma elevada produção sem poluição. Valendo-se que o uso de agrotóxico na lavoura causa um impacto real na qualidade dos alimentos, afetando de maneira considerativa os consumidores urbanos de todas as classes. Logo abaixo segue figura (03) mostrando o interior da feira e seus produtos de cunho agroecológico.



Figura 3 – Vista do funcionamento no interior da feira e seus produtos de cunho agroecológico.
Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Diversos autores nas últimas décadas alertaram para os perigos da agricultura moderna, tecendo críticas a esse modelo de produção voltado unicamente a atender uma demanda capitalista e sem nenhum escrúpulo com o consumidor leigo. Como é o caso do livro de Rachel Carson, *Primavera silenciosa* (1968) que faz uma crítica contundente a agricultura industrial americana. Já no Brasil temos como grande expoente José Lutzenberger (1980).

Sob a ótica da agronomia, percebe-se que os agrotóxicos são responsáveis pela degradação geral dos agroecossistemas que os mesmos têm diminuído a diversidade da flora. Formando um “círculo vicioso” que leva cada vez mais a utilização desses produtos que se alia ao aparecimento de pragas resistentes (FLORIT, 2002).

5.3.COMPARAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA FEIRA COM OS PRINCÍPIOS AGROECOLÓGICOS, NO CONTEXTO DE MARABÁ.

O espaço da feira, por reunir distintos atores, aglutina naturalmente distintos propósitos e percepções sobre sua função peculiar. O quadro abaixo explicita olhares bem diferentes sob os aspectos de princípios agroecológicos, perseguidos pelo menos no campo acadêmico. E tal diversidade de entendimentos pode, em algum grau, reforçar ou mesmo fragilizar o propósito maior da feria – garantir a valorização de produtos da agricultura familiar, que prezam por uma base agroecológica de produção (GLIESSMAN, 2001; PLOEG, 2009).

Para compreender melhor o entendimento dos participantes da feira, podemos ressaltar alguns princípios que são recorrentes para os agricultores que comercializam, como: diversidade produtiva; produção sem uso de insumos químicos e venenos; venda direta como autonomia das famílias; entre outras. Já para os consumidores, os aspectos de preço, variedade e frescor; não uso de venenos; se destacam e, de certa forma, justificam a frequências dos mesmos no espaço da feira.

Do ponto de vista teórico, percebe-se que ainda estão muito implícitos (ou pouco perceptíveis) alguns princípios e noções que poderiam fortalecer o espaço como uma feira agroecológica. Dentre os princípios não citados pelos atores, mas implícitos nas falas, estão a menor dependência diante do mercado formal, garantindo uma maior autonomia produtiva das famílias (PLOEG, 2009); a relação direta entre produtor e consumidor, sem intermediários (GODOY, 2005); o aspecto coletivo da produção e venda agrícola (PLOEG, 2009); dentre outros.

Mesmo diante de dificuldades e problemas enfrentados na organização da feira (falta de apoio financeiro; precária infraestrutura, entre outros), percebe-se que existe uma relação de confiança consolidada entre consumidores e produtores, em torno de princípios elementares de confiança e de consumo consciente, justo e saudável.

Quadro 6 – Quadro comparativo de princípios agroecológicos percebidos juntos aos sujeitos da feira da agricultura familiar de Marabá.

Princípios agroecológicos	Referências teóricas	Lideranças da feira	Agricultores feirantes	Consumidores frequentes da feira
Alimentos saudáveis	Florit (2002)	Atuação na formação dos agricultores	Alimentos sem uso de agrotóxico	Qualidade do produto
Autonomia	Gliessman (2001); Ploeg (2009)	Participação na construção do caráter autônomo	Poder de decisão para plantar: como e quando	Poder de compra
Diversidade	Ploeg (2009)	Diversidade de agentes e produtos	Diversidade da produção	Variedade de produtos

Cuidado com a natureza	Gliessman (2001); Sevilla Guzman (2001)	Manejo ecológico	Produção ecológica	Equilíbrio sustentável
-------------------------------	---	------------------	--------------------	------------------------

Fonte: Revisão teórica e pesquisa de campo (2016).

5.3.1. A Segurança e soberania alimentar como estratégia de fortalecimento local da capacidade produtiva

Seguindo o princípio da produção de alimentos saudáveis, a feira contribui reforçando e apoiando diretamente as lógicas produtivas familiares sem o uso de insumos químicos. Porém, não se trata apenas de produção orgânica de alimentos, pois mesmo o uso excessivo de adubos orgânicos pode causar poluição. Interessa também uma relação intrínseca entre produzir organicamente, mas de forma diversificada, justa e sem consequências negativas para a natureza (PLOEG, 2009).

Reforçando o argumento acima, quando se aborda a temática de segurança alimentar, compreende-se que o termo também é consagrado como direito humano. Bem sabendo que com avanços científicos e tecnológicos permite uma produção abundante de alimentos, mas que na prática não funciona dessa maneira, atualmente temos um quadro de 816 milhões de pessoas em todo mundo em situação de estado de fome (HIRAI e SACCO DOS ANJOS, 2007). Isso se dá devido a imposição de um único modelo de produção industrial de alimentos – a lógica agroindustrial - excludente e concentradora de produção de alimentos. E essa lógica de produção excludente se faz presente também no território que é consagrado a feira da agricultura familiar de Marabá.

A pauta de discussão sobre segurança alimentar é bastante presente, no caso da feira da agricultura familiar de Marabá, pode se encontrar produtos de boa qualidade e seguro (sem uso de agrotóxico).

Ressaltando a atividade agrícola empresarial avalia-se que está fundamentada nas bases das lógicas capitalistas. Contudo, a mesma alimenta um cenário de má distribuição de renda que permite uma situação de fragilidade e insegurança alimentar em todo o território brasileiro. Sendo assim, na cidade de Marabá no estado do Pará não foge dessa realidade que assola os lares brasileiros (CAPORAL, 2009).

Nesse contexto, seguem alguns fatores que permeiam essa incerteza alimentar como a carência nutricional, e qualidade nos alimentos. Muitos se alimentam de maneira inadequada, tais aspectos são ligados às condições sócio econômicas da população como relatado acima.

A dificuldade no acesso a uma boa alimentação ocasiona quadros de desnutrição, permitindo com que o estado providencie políticas públicas com intuito de solucionar a problemática. Portanto, assim afirma sobre segurança alimentar e soberania Hirai e Dos anjos (2007, p. 3).

Nesse sentido, o abastecimento alimentar adquiria um significado de segurança nacional, apontando para a necessidade de formação de estoques “estratégicos” de alimentos, fortalecendo a ideia de que a soberania de uma nação dependia de sua capacidade de autoprovisão de alimentos e de matérias-primas. Portanto, o termo segurança alimentar é de origem militar e vinculava a questão alimentar exclusivamente à capacidade de produção. Segurança alimentar significava, sobretudo, soberania.

O termo segurança alimentar está atrelado à noção de soberania e suas origens foram primeiramente usada em termos militares. Nesse bojo, os termos coincidem para uma perspectiva de soberania de uma nação em se tratando de alimentos. Tais aspectos são percebidos de imediato na feira da agricultura familiar de Marabá, tendo em vista que a grande maioria possui autonomia para produzir e que a cada ano a feira vem sendo fortalecida em sua prática.

Sendo assim, consegue-se perceber semelhança com o que foi pesquisado em relação as características de segurança alimentar e soberania no ato de produção, comercialização e distribuição de alimentos. No tocante a reprodução da produção agrícola familiar, ou seja, a prática da agricultura familiar como geradora de segurança alimentar e soberania.

5.3.2. A produção de alimentos saudáveis para quem produz e para quem compra: “vendendo o que se come no lote”.

A feira da agricultura familiar, em Marabá, é compreendida por muitos atores como uma perspectiva de comercialização ideal de alimentos orgânicos, fortemente atrelados à busca da valorização e visibilidade dos aspectos sociais envolvidos na produção de alimentos realizada pelas famílias rurais. Isso pode ser observado na fala de uma agricultora sobre conjuntura e a importância:

A feira da agricultura familiar é importante demais com aproveitamento da terra, de plantação. Aprendemos a plantar aprendemos a colher é muito importante até quando chegar á idade da aposentadoria. Agricultor é aquele que planta e colhe que bota a mão na massa mesmo. Agora eu vendo é tudo; a acerola, vendo o caroço daqui vendo a polpa quando chega à minha casa tem fartura pode não ter dinheiro mais o que comer sempre tem. Aproveito muito bem a terra ao invés de deixar encher de capim. Tenho uma terra com 3 (três) alqueiro de mata tenho um sitio 18 (dezoito) linha de açaí tem lugar que a terra não presta pra isso aqui mais já presta pra outra coisa isso só você

acompanhando mesmo (Dona Dijé, proprietária de barraca na feira da agricultura familiar, entrevista realizada em 05/05/2016).

Dona Dijé (ex-coordenadora da feira), expôs a relevância da feira da agricultura familiar no sentido que a mesma se comporta como mantenedora de suas necessidades básicas até chegar momento de sua aposentadoria. E que os frutos produzidos apresentam um grande valor de beneficiamento citando o caso da acerola (*Malpighia emarginata* DC.). Ela explicita bem que em sua casa existe muita fartura de alimentos provenientes de sua propriedade. Tais quais: o cupuaçu, a laranja, a goiaba, a manga, entre outros. Enfim, a agricultora desenvolve seu trabalho mais com frutas, pois comercializa polpa de frutas na feira.

Assim como é o caso de Dona Dijé, existem também inúmeros casos de famílias beneficiadas com o uso da terra e seu comércio na feira da agricultura familiar. O que fica claro pela fala da agricultora que a terra é utilizada de maneira a garantir a subsistência de sua família, e que a mesma não permite que o monocultivo de pastagens tome conta de seu lote de terra.

Desse modo, a avaliação que se faz que a produção no lote de terra é benéfica para quem produz, pois consegue se alimentar de produto saudável. Pela qual se sabe a origem de tais alimentos. Percebendo que em todo o Brasil existe uso sem controle de agrotóxico na plantação agrícola. Sendo assim o agricultor/feirante garante um alimento saudável tanto para ele, quanto para sua família.

Nesse aspecto de alimentação saudável se comparado com as práticas alimentares inadequadas praticadas a fora. O agricultor/feirante consegue se destacar, tendo em vista que sua alimentação compõe uma concepção agroecológica em grande parte. Tais razões se fundamentam na produção como assim afirma a agricultora Dona Dijé quando diz que “planta de tudo”.

Contudo, o agricultor/feirante pertencente a esses assentamentos pesquisados até então, produzem seus alimentos e comercializam o excedente dessa produção. Assim, o que se produz é para alimentar a família, ou seja, precisa ser saudável e livre de agrotóxicos.

Pelo relato da família e pelas observações *in locu*, percebe-se que o princípio de produção de alimentos saudáveis e soberania alimentar são seguidos, dentro das possibilidades concretas das famílias.

Já citando outra situação como é o caso do agricultor Léo Freitas, o mesmo esclarece que os consumidores esperam da feira: “Geralmente são pessoas que valorizam que gostam mais de produtos naturais, com menos agrotóxicos, um leite de mais qualidade e barato”.

O agricultor Léo Freitas salienta ainda em sua fala a qualidade que os consumidores buscam na feira da agricultura familiar, que os mesmos vão até a feira em busca de produtos naturais, e sem (com menos) agrotóxicos. Sabe-se que existe um crescimento disseminado do uso de químicos nos plantios e que hoje as pessoas se alimentam de “veneno”. Não se sabe precisar com exatidão a dimensão que o uso de agrotóxico acarretará na saúde humana. Mas sabe-se que é extremamente nocivo para a população. Dados recente divulgados em 2015, revelam que do ano de 2000 até o ano de 2015 houve um crescimento de 284% do uso de agrotóxico em alimentos (Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, 2017).

Os agricultores representados pela fala de Léo Freitas enfatizam que: “não usam produtos químicos, tudo é natural”. Desse modo, existem dados crescentes de produção orgânica no mundo, em especial na América latina, difundidos pelo IFOAM (2002), de manejo orgânico certificado. Ressalta-se nesse pressuposto o caso da Argentina que apresenta (2,8) milhões de áreas certificadas (FLORIT, 2002).

O Brasil apresenta área certificada bastante extensa, bem sabendo que as normas que regulamentam são bem recentes. Isso não acontece por acaso, tendo em vista que o território brasileiro é bastante extenso, enriquecendo com uma variedade de agroecossistemas e imensas variações climáticas e agronômicas (FLORIT, 2002; SILVA, 2013).

No caso da feira da agricultura familiar de Marabá, por exemplo, cumpre-se a certa medida os princípios de alimentos orgânicos, mas que no atual momento não existe certificação para sua efetivação. Desse modo, a certificação instituída pelo IFOAM é apenas um entrave burocrático na concepção de alimento orgânico.

Ressalta-se que no Brasil tem produção orgânica de alimentos voltados para exportação, mas mesmo assim existe uma gama de pequenos produtores que cultivam a prática de alimentos orgânicos sem o uso da certificação que atenderia demasiadamente os países importadores. Faz com que os métodos alternativos de alimentos orgânicos no Brasil sejam mais polivalentes, ou seja, as trocas comerciais internas entre alimentos orgânicos se consideram bastante intensa, principalmente ligada à agricultura familiar. Na figura (04) explica a comercialização na feira (FLORIT, 2002; GUERRA, 2015).



Figura 4 - Aspectos da Comercialização na feira de agricultura familiar de Marabá.

Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Os agricultores e consumidores da feira em análise dizem não usar agrotóxico em sua produção, tal fato evidenciou-se na fala do feirante Léo Freitas acima. O que caracteriza a feira com pressupostos agroecológicos em sua produção dentro do contexto da cidade de Marabá. E se confirma na pesquisa de campo realizada no PA Alegria.

Embora entenda o termo na prática por desenvolver seus princípios baseados em uma agricultura sem o uso de agrotóxico, se fazendo da junção de saberes tradicionais para o desenvolvimento de uma produção mais saudável, do ponto de vista conceitual esses feirantes e/ ou agricultores que trabalham na feira da agricultura familiar não precisam explicar tais práticas agroecológicas usando termos esperados pela pesquisa.

Contudo, sabe-se que nem todos os feirantes/agricultores no momento do cultivo cumprem todos os princípios agroecológicos, pois toda lógica produtiva tem contradições⁶ inerentes de seus limites e potencialidades, seja no acesso dos meios de produção ou mesmo pelas relações sociais e econômicas estabelecidas no território que habita (BARROS e SILVA, 2013).

Um aspecto importante observado é a relação do nível de escolaridade entre os agricultores e o maior esclarecimento a respeito do real sentido da feira da agricultura familiar. Os com maior grau de escolaridade conseguem explicar melhor o sentido de alimentos orgânicos, como no caso da professora Neirilene Batista, que já frequenta a feira há

⁶ Como exemplo prático, percebeu-se que muitos ainda utilizam o produto Inseticida piretróide, conhecido como “barragem” na produção agrícola. Embora não seja a grande maioria de agricultores, existe um número pequeno que faz uso de tal produto químico. Acarretando fragilização na produção de base agroecológica.

aproximadamente um ano e enfatiza que os produtos consumidos na feira da agricultura familiar são: “produtos sem agrotóxico, eles são mais benéficos para a saúde”. Assim, a feira guarda atores com alto potencial de disseminação dos princípios agroecológicos, diferencial estratégico dessa para as demais feiras do município.

5.3.3. A feira fortalecendo uma autonomia para as famílias assentadas

Em outro aspecto, considerando a autonomia, entende-se que a luta camponesa está imersa a condição de autonomia e progresso no campo. Pela qual se busca distanciar da relação de dependência e marginalização no campo (PLOEG, 2009). Petersen et. al. (2009), reitera que a modernização da agricultura retirou do agricultor o controle e conhecimento associado ao seu trabalho, significando o saber-fazer das comunidades rurais, de tal modo que transferi a autonomia para o agronegócio transnacional, fazendo com que aja dependência tecnológica no cultivo desmobilizando a relação com os ecossistemas, às comunidades e consumo de alimentos. Contudo, essa relação desconexa afeta de modo significativo aspectos relacionados à autonomia.

Considerando a feira da agricultura familiar de Marabá como um espaço de construção e fortalecimento de autonomia social e econômica, corroboramos com Guerra (2015), quando o mesmo afirma que a feira é abastecida pelos projetos de assentamentos (PA) no entorno da cidade de Marabá, sendo responsáveis pelo cultivo agrícola e mão-de-obra familiar, cumprindo seu propósito maior, ou seja, apoiar o sindicato e os agricultores familiares do município, dentro de preceitos mais sustentáveis.

Na fala do atual coordenador da feira, Francisco Vieira, evidencia-se autonomia na criação da feira e como aconteceu seu surgimento:

(...) O povo começou a discutir de montar uma feira o Jaci e eu esqueci o nome do outro. Começaram foram tentando e conseguiu umas banquinhas decolar os bagulhos em cima foram tentando conseguiram o direito de colocar no meio da rua aqui né. Foi colocado, o DMTU (Departamento municipal de trânsito urbano) veio ficou ali e acolá para os carros não passar aí depois da outra semana não precisou mais de DMTU todo mundo já sabia que era a feira. E até hoje a feira está mais ou menos, cresceu muito, cada dia crescendo mais, chegando mais clientes. Só que os clientes que estão chegando não são agricultor né? O agricultor esses são os mesmos antigos (Francisco Vieira, agricultor e coordenador da feira, entrevista concedida em 07 de maio de 2016).

O agricultor/ feirante Francisco Vieira relata em sua fala como foi formada a feira da agricultura familiar em meados de 2006. Contudo, observa-se em sua fala que a feira com o

passar dos anos cresceu muito que os agricultores foram chegando e delimitaram seu território e foram produzindo seus produtos e a cada semana foram vendendo até chegar ao atual momento.

A iniciativa da feira partiu dos próprios agricultores que contaram também com apoio do Sindicato dos trabalhadores rurais de Marabá. Pela fala de Francisco Vieira, explica que os mesmos foram chegando e se apropriando do espaço e formaram a feira que já existe há 10 (dez) anos.

Já a agricultora Maria Augusta, residente do PA Alegria, aproximadamente 30 km de Marabá/ PA, confirma que o agricultor relata acima. Como se deu sua criação:

Tinha um presidente aqui dentro, Finado Valdiomar, aí ele projetou esse projeto. Vamos inventar uma feira familiar agricultora, dos agricultores, o que tiver, o que tiver vocês podem trazer, aí todo mundo se encaixou naquilo né, aí a gente foi a primeira vez, primeiro eles foram fazer... como é que se diz, eles foram numa reunião lá na...como é o nome daquele lugar? Aí foi aprovado né. No sindicato, aprovou, que podia ir, aí eles foram às casas pedir o pessoal se eles podiam fundar ali na Rua 7 de junho, aí o pessoal disse, pode, que nos acha bom aqui, fica tudo nas portas deles, aí dali a gente começou né, aí nos estamos com 10 anos já, era até a semana passada, sábado disse que era pra nós comemorar essa data 10 anos de feira do agricultor (Maria Augusta, proprietária de barraca na feira da agricultura familiar, entrevista realizada em 15/11/2016).

Percebe-se na fala dos dois agricultores caráter autônomo para criação da feira da agricultura familiar, houve apenas a iniciativa do sindicato para estimular e organizar os agricultores. Discutiram em assembleia a criação e hoje se considera consolidada a feira, e seus princípios a certa medida respeitados.

Existe um quadro peculiar atualmente na feira, percebido entre os agricultores e que está relatado na fala da agricultora Maria Augusta que durante o ano de 2016 e 2017, houve aumento expressivo de feirantes, fato esse devido à crise econômica que o Brasil vem enfrentando, ocasionando uma parcela significativa de população desempregada. Assim expõe:

Só que a nossa feira do agricultor, tem muita gente de marabá, todo mundo desempregado, todo mundo querendo vender ali, esse ponto ali tá cheio de gente, vocês pode... alguém que não foram lá pode sair olhando lá. Ali tem gente de vários lugar, naquela ferinha ali, depois dessa crise todo mundo quer trabalhar, quer vender lá, vem da 28, vai da laranjeira, vem um homem que disse pra mim um dia desses, é até acho que é de Augustinópolis, que estava levando milho, milho verde, eu disse assim, e é milho direto, ele disse é milho direto, sei que lá deve ser um baixãozinho muito bom, e ele vende ali, o carro dele fica logo ali em cima, milho direto, o verão todinho dando milho (Maria Augusta, proprietária de barraca na feira da agricultura familiar, entrevista realizada em 15/11/2016).

Entre eles, foi percebido até mesmo feirantes de outros estados em busca de melhorar sua situação financeira e tentar mascarar o desemprego que está assolando o Brasil nos últimos anos. Então a feira segue atualmente esse fluxo complexo e intrigante diante desse novo ator presente, a “falta de emprego”.

Diante dessas circunstancias muitas das vezes desfavorável, a feira consegue se fortalecer no aspecto da autonomia. Pela qual os agricultores buscam no tempo e as estações do ano para desenvolver seu plantio. Citando o caso do agricultor Moisés Costa, morador do PA alegria consegue explicar como funciona sua produção. Em que tempo é melhor para plantar e colher. Norteando sua plantação baseado nas estações do ano, usando para tanto seus conhecimentos empírico e milenar que aprendeu com seus pais. Assim expõe:

Pois é, cada coisa tem seu tempo certo, entendeu? No verão se planta a abobora, planta a melancia, o feijão entendeu, e mediante o que você planta, você colhe mais, no inverno é mais difícil, porque já tá inverno aí se planta o feijão por exemplo, não dá né, a abobora não dá, então pro inverno é mais outras coisas, é a mandioca é o milho entendeu, e aí se produz mais isso aí, no verão só se tiver estrutura né, se tiver irrigação aí sim, seria muito bom pra trabalhar, mais como não tem, essa época é melhor pra tirar colheita do milho, o próprio arroz, a mandioca, entendeu, colhe mais (Moisés Costa, agricultor morador no PA alegria, entrevista realizada em 15/11/2016).

O agricultor Moisés Costa compõe família de agricultores que plantam e vendem na feira da agricultura familiar de Marabá, relata como ocorre a plantação e a colheita nas estações do ano. Mediante a cada estação do ano percebe-se um tipo de cultura de produto. Adquire habilidade de esperar o tempo de colheita de cada espécie de acordo com sua característica individual. Na figura (05) mostra o local da produção agrícola no PA Alegria.



Figura 5 - Local de produção no lote de terra no PA Alegria.

Fonte: Acervo do autor, (2016).

Sabe-se, até então, que PA alegria é o responsável pelo maior número de agricultores feirantes, sendo responsável pelo maior fornecimento de produtos agrícolas. Devido a sua relevância no contexto da feira, o estudo se concentrou com maior intensidade nesse assentamento com visita no lote de agricultores. Logo abaixo segue figura (06) apresentando o cultivo no PA Alegria no lote de terra da agricultora Maria Augusta.



Figura 6 - Cultivo no PA Alegria.

Fonte: Acervo do autor, (2016).

Destaca-se nesse processo que os agricultores não comercializam com laticínios, frigoríficos e rede de supermercados locais. Evidenciando sua autonomia no momento de comercialização e produção de alimentos. O que enfatiza seu caráter autônomo na condição de feira e dinamizadora de produtos de origem agrícola familiar.

De tal modo, observa-se que a agricultura camponesa é menos dependente dos mercados para o acesso de insumos e outros meios de produção. Conseguem produzir de maneira diversificada e competitiva e, sobretudo, promovendo o bem-estar social, econômico e sustentável do meio ambiente (PLOEG, 2009).

Seguindo esse contexto, Wanderley (2004) afirma:

Esse caráter familiar se expressa nas práticas sociais que implicam uma associação entre patrimônio, trabalho e consumo, no interior da família, e que orientam uma lógica de funcionamento específica. Não se trata apenas de identificar as formas de obtenção do consumo, através do próprio trabalho, mas do reconhecimento da centralidade da unidade de produção para a reprodução da família, através das formas de colaboração dos seus membros no trabalho coletivo – dentro e fora do estabelecimento familiar –, das expectativas quanto ao encaminhamento profissional dos filhos, das regras referentes às uniões matrimoniais, à transmissão sucessória etc. (WANDERLEY, 2004, p. 45).

Para autora, as práticas sociais implicam uma relação estreita com trabalho e consumo. Desse modo, os agricultores familiares estabelecem uma centralidade na unidade de produção que o proporciona uma expectativa profissional para os filhos. Sendo assim, os esforços e o progresso social incumbido pela prática da agricultura familiar só fortalece a relação homem-campo.

Dentro dessa relação de autonomia concernente a feira da agricultura familiar, os agricultores familiares estabelecem entre eles como será regida a organização da feira, quem pode vender e o que o agricultor tem para comercializar. Sendo assim, Francisco Vieira relata de que maneira isso acontece:

O critério pra escolher, é aquele que tem um pouquinho de coisa pra trazer, por que se tiver um pouquinho de cada, a gente convida ele, e ele já se anima, já tem aquele pouquinho de coisa pra ele trazer, traz o de outro que não vem. Aí se não tiver nadinha só pra comprar dos outros pra trazer fica devagar. O agricultor tem que ter alguma coisa, deve cumprir com seu papel (Francisco Vieira, agricultor e coordenador da feira, entrevista concedida em 07 de maio de 2016).

O agricultor busca autonomia para a produção de seu sistema agrícola e dentro de uma concepção agroecológica de produção pode se obter um sistema sustentável ecologicamente, ou seja, para o produtor familiar alcançar altos níveis de produtividade, com produções estáveis e equitativamente distribuídas mediante sistema de produção autônomo. Contudo, no aspecto de autonomia voltada a produção agrícola familiar o agricultor decide o que plantar, como e onde. Essas características evidenciam o caráter autônomo de produção na agricultura familiar (SIMÓN FERNANDEZ e DOMINGUEZ GARCIA, 2001).

Para Ploeg (2009), explica que a agricultura camponesa e/ou familiar é menos dependente dos mercados, concentrando-se e valorizando de maneira substancial o capital ecológico no momento da produção. Distanciando em síntese da produção agrícola baseada na agricultura empresarial. Observando que a agricultura empresarial se fortalece na produção em massa de produtos agrícolas.

Silva (2013) mensurou que a impossibilidade de se avaliar a agricultura camponesa sob um olhar econômico e/ ou monetário reforça a necessidade de construção de termos subjetivos. Desse modo, criam-se termos que valoriza aspectos do campesinato: locais e culturais, ou seja, o camponês desenvolve seu trabalho em uma escala menor se comparado a uma produção global.

Percebendo esse elemento de valorização do campesinato, nota-se que a subjugação com o sistema empresarial agrícola vem perdendo espaço para a notória diretriz de base

familiar. Para tanto, entende-se como desafiador para esse sistema e com maior autonomia a implantação de uma nova agricultura que se comprometa com a economia de recursos naturais não renováveis (WEID, 2009).

Haja vista que as reservas de petróleo, gás, fosforo estão em processo de exaustão. Por outro lado, deverão recuperar melhorar e conservar os recursos naturais existentes. Como: solo, água e agrobiodiversidade. Repensando uma agricultura autônoma e pautada com os princípios agroecológicos e distanciando-se da agricultura convencional. Observando nesse contexto uma reorganização na produção de alimentos saudáveis em diversidade, qualidade e quantidade para acompanhamento da densidade demográfica planetária (WEID, 2009).

Seguindo esse raciocínio, busca-se em curto prazo a eliminação de alimentos fast-food, voltados unicamente para atender a agricultura convencional em detrimento aos valores de alimentos orgânicos. Para a felicidade dos agricultores familiares esse novo sistema está em gestação e se baseia nos princípios da agroecologia, embora exista alguma confusão com alimentos orgânicos (MARINHO, 2016).

Em síntese, tal sistema tende a enfraquecer o agronegócio e fortalecer a agricultura camponesa. Pois subsistirá a prevalência de valor de recursos naturais renováveis, com a utilização de solos que produzem muito mais proteínas e calorias de origem vegetal (GUERRA, 2005).

Fortalecendo esse pensamento, Gliessman (2001) afirma que a modernização agrícola tem sido um processo com a introdução cada vez maior de energia no âmbito agrícola, pensando unicamente em aumentar a produtividade. Esse investimento em bases energéticas se torna essencial para que ocorra o processo produtivo de maneira eficaz e combinada com aumento de produção.

Respeitando o princípio da sustentabilidade e recuperação de áreas exploradas pelo latifúndio no entorno da cidade de Marabá. Como vimos acima, precisamos de um modelo de se fazer agricultura voltada para o equilíbrio ecológico dos agroecossistemas⁷.

Contudo, alguns estudos apontam como resposta o fortalecimento da agricultura camponesa que a mesma em curto prazo se valerá de aumento de produtividade e renda em seu complexo.

⁷Trata-se de um local de produção agrícola- uma propriedade agrícola, por exemplo- compreendido como um ecossistema. O conceito de agroecossistemas proporciona uma estrutura com a qual podemos analisar o sistema de produção de alimentos como um todo, incluindo seus conjuntos complexos de insumos e produção e interconexões entre as partes que o compõe (GLIESSMAN, 2001, p. 61).

Para tanto, seguindo esse processo de aumento de produtividade a renda da agricultura familiar. Vale-se da ideia de Weid (2009), que estabelece a complexidade do sistema agroecológico familiar. Sendo assim, afirma:

O número de agricultores familiares capaz de ocupar esses 420 milhões de hectares depende da área média de cada propriedade. Como vimos, o tamanho da área manejável nesses sistemas é determinado pelo grau de diversidade do ecossistema em que estão situados e pelo nível de complexidade do manejo adotado. Quanto mais avançado o sistema agroecológico, mais complexo e também mais produtivo ele se torna. Por outro lado, a complexidade é inversamente proporcional à capacidade de manejo agroecológico da família, limitando a extensão da propriedade, embora o tamanho da família e a qualidade do manejo adotado também interfiram na definição da área ótima de uma propriedade agroecológica (WEID, 2009, p. 64).

Weid (2009), afirma que a agricultura familiar agroecológica poderá atuar como geradora de emprego e renda. Desse modo, os agricultores poderão também atuar como educadores, agentes de saúde etc. Não se fechando meramente para produção agrícola e construindo e se organizando em cooperativas, sendo também coparticipante de transformação da realidade do campo.

Dentro dessa funcionalidade de geradora de renda, propõe-se investimento em recuperação ambiental com reflorestamento e manejo de vegetação nativa que empregará milhares de pessoas. Contudo, quanto maior a complexidade agroecológica familiar, maior a alternativa de renda desse sistema agrícola (GLIESSMAN, 2001).

Para ampliação desse sistema agrícola agroecológico, requer também um forte investimento em estrutura física como: criação de estradas, armazenamento, transporte e comercialização. Nota-se nesse preâmbulo que com a intensificação da complexidade da agricultura familiar se alcançará autonomia nesse modelo de agricultura sustentável (GUERRA, 2013).

Partindo para a concepção da feira da agricultura familiar de Marabá, sabe-se que para atingir esse formato autônomo necessita de um forte investimento de capital financeiro e políticas públicas voltadas para atender esses pequenos agricultores. Observa-se um grande salto nesses últimos anos que se deu sua criação. Pois muitos agricultores afirmam que, depois da feira, passaram a ter poder de compra devido esse incremento em sua renda com a comercialização de produtos. Quando perguntados o que a feira tem garantido para sua família, a grande maioria respondeu “sustento”.

Sendo assim, segue a fala da agricultora Jéssica Veloso a respeito da relevância da feira da agricultura familiar: “Nós vive dela, é nossa única fonte de renda. Então ela garante tudo”.

Expõe em sua fala a dimensão que a feira representa para as famílias agrícolas, a relação de dependência que em seguida oferece liberdade e autonomia para custeio de despesas das famílias participante.

5.3.4. A diversidade produtiva cumprindo papel elementar na consolidação da feira e dos agroecossistemas familiares locais

Quando se faz referência a agricultura familiar, segue-se nesse bojo como característica intrínseca e primordial os aspectos da diversidade em seu complexo produtivo. Tal elemento se fundamenta no modelo de produção pautado na diversificação em seu plantio ocasionando complexidade de cultivo agroalimentar. Segundo Oliveira, Almeida e Silva (2011) observa-se na região amazônica nos últimos anos uma diversidade ambiental ampliada com as transformações ocorridas em escolhas de manejos produtivos inadequados e preocupações relacionadas com as questões ambientais.

Contudo, considera-se que a diversidade produtiva da agricultura familiar vem tomando corpo em relação à simplificação do processo produtivo com a prática de monocultivos, imposta na lógica empresarial de agricultura. Valoriza-se cada vez mais, neste processo, estratégias de diversificação produtiva desenvolvidas pelos agricultores familiares para permanecer na terra, demonstrando aspecto de estabilização regional (MICHELLOTTI E OLIVEIRA, 2004).

Preconizando esse entendimento sobre complexificação e diversidade, veremos:

No bojo desse entendimento de que o mundo é complexo e que a simplificação dos sistemas provoca desequilíbrios e destabilizações ecológicas importantes, as agriculturas alternativas compreendem que é mais interessante manter a diversidade e multiplicidade de elementos e interações (típicas dos ecossistemas naturais) e levar em consideração os processos naturais, uma vez que produzem sistemas mais sustentáveis e menos suscetíveis às perturbações externas (OLIVEIRA, ALMEIDA e SILVA, 2011, p. 9).

Valoriza-se nesse ponto a relevância com a diversidade, de modo que produzem sistemas sustentáveis com menos agressão ao meio ambiente. Para Altieri (1998), é nesse caminho que se busca fazer agricultura sustentável baseado principalmente na diversificação, integração e sinergias das atividades.

Michellotti e Oliveira (2004) afirmam sobre o tema que a percepção de ecossistemas florestais é diversificada, dinâmica e em constantes mutações. Quebra o mito de áreas frágeis e intocadas que dá outra dimensão histórica de diversos atores sociais que estiveram presente e

produzindo. Amplia a discussão acerca de estabelecimentos familiares que não agrega valor produtivo em comparação com a agricultura empresarial.

Uma das grandes questões que os pesquisadores apontam acerca da agricultura empresarial, que a mesma além de agredir os agroecossistemas com a simplificação do modelo produtivo. Ainda assim, recebem mais investimentos nos âmbitos do estado. Ocorrendo menos valorização com a agricultura familiar, não levando em consideração a diversidade e complexidade de produção (OLIVEIRA et. al., 2011).

Bem sabendo que os agroecossistemas sustentáveis equacionam significativamente para a manutenção do equilíbrio das florestas. Gliessman (2001) entende que agroecossistemas fundamenta-se na produção agrícola onde podemos analisar o sistema de produção de alimentos como todo, incluindo seus conjuntos complexos de insumos e produção.

Quando trazemos esse entendimento para o campo da feira da agricultura familiar de Marabá, conseguimos perceber a relevância como os elementos são combinados e colocados para reflexão. Como cada agricultor e/ ou feirante aborda essa temática. Quando perguntados o que eles produzem e muitos respondem de maneira clara e objetiva que “plantam de tudo”, produzindo de modo diversificado, caracterizando os elementos da agricultura camponesa (GUERRA, 2015).

Sendo assim, a feirante e agricultora Maria do Nascimento afirma que: “aqui nós vende cheiro verde, alface, a rúcula, quiabo, maxixe, limão, mamão, essas coisas tudo nós produz”. Retratando a diversidade de produção agrícola percebida pelas famílias de agricultores. Na figura (07) explica a diversidade de produção.



Figura 7 - Diversidade produtiva na feira.

Fonte: Acervo do autor, (2016).

A agricultora Maria Augusta expõe de maneira clara como funciona a diversidade na feira, como eles trabalham e discutem a respeito dos produtos que serão comercializados. Expondo de modo concreto umas das características mais marcantes da agricultura familiar que é sua diversidade e complexidade de produção, fato não percebido pelo monocultivo do agronegócio. Assim afirma:

Pois é meu irmão ai foi assim, aí do que a gente tem em casa a gente leva, eu levo inhame, no verão eu levo inhame, eu levo, quando tem a macaxeira eu levo macaxeira, quando tem abobora eu levo abobora, eu tiro azeite de coco levo, faço corante levo, mato galinha levo, ovos levo, o que tiver eu levo. Limão, puba, tapioca, até a farinha a gente já levou, e levo quando tem, é assim. Ai os vizinhos também é da mesma forma, os vizinhos aqui vai comigo, o “Raimundo” mais a mulher, ai um bocado que tem aqui dentro também. Quando tem castanha a gente leva a castanha, já tá pra chegar a castanha, o pessoal lá gosta da castanha, castanha do Pará, agora ela vai, cair, ela vai cair, onde tiver ela, ela vai cair, a castanha do Pará (Maria Augusta, proprietária de barraca na feira da agricultura familiar, entrevista realizada em 15/11/2016).

Nota-se a grande quantidade de produtos que são comercializados na feira, uma diversidade considerável de produtos. Mostrando assim que muitos agricultores não precisam comprar nada em supermercados e tabernas. Percebendo a autossuficiência da agricultura familiar e perfil para gerar renda para as famílias envolvidas.

Acompanhando o cultivo no PA Alegria no lote de terra de Maria Augusta, percebe-se o que foi relatado em sua fala. A grande diversificação de produtos, apesar de seu lote de terra ser bastante pequeno. A agricultora e sua família se preocuparam em plantar de tudo e não deixar nada faltar para a mesa de sua família. Abaixo figura com agricultora em seu momento de descanso.



Figura 8 - Agricultora em seu momento de descanso.

Fonte: Acervo do autor, (2016).

Ressalta-se que a maioria dos entrevistados produz o que comercializam fazendo jus a proposta inicial de motivação da criação da feira da agricultura familiar. Mas mesmo assim, ainda existe uma parcela de feirantes que compram de atravessadores para atender a demanda de comercialização. Desse modo, compram para revender e existem outros que são apenas feirantes, que não são considerados produtores agrícolas. Na figura (09) e (10) que ilustra produtos comercializados por atravessadores.



Figura 9 - Produção de coco babaçu no PA Alegria.

Fonte: Acervo do autor, (2016).



Figura 10 - Produção de açaizeiro no PA Alegria.
Fonte: Acervo do autor, (2016).

Esses feirantes existem em número bem pequeno, mas estão lá todos os sábados comercializando sob o aval de lideranças da feira e anuência do Sindicato dos trabalhadores rurais de Marabá (STR). Tais feirantes afirmam que compram seus produtos para revender de outros estados, o caso mais comum é do estado de Goiás mais precisamente da cidade de Anápolis⁶, local de grande produção de hortifrutigranjeiros (AMARAL, 2013).

Claramente percebe-se grande complexidade da feira da agricultura familiar, com feirantes de variados seguimentos comercializando. E, sobretudo, como foco em questão a diversidade de produção das famílias agrícolas como relatadas nas falas acima. Caracterizando enfaticamente o modelo agrícola familiar em sua diversidade e complexidade. Logo abaixo figura (11) com agricultor no PA alegria.

⁶ É a principal cidade industrial e centro logístico do Centro-Oeste brasileiro. Possui diversificada indústria farmacêutica, forte presença de empresas de logística e atacadistas de secos e molhados, sendo considerada uma economia forte e bem representada através de 31 agências bancárias (PREFEITURA DE ANÁPOLIS, 2016).



Figura 11- Agricultor apresentando equipamento rudimentar que extrai óleo do coco babaçu.
Fonte: Acervo do autor, (2016).

Paralelamente a isso, sabe-se que a capital do estado atua também como dinamizadora de produtos agrícolas através da central de abastecimento do Pará (CEASA), desempenhando papel na mediação de fluxos de mercadorias produzidas. Desse modo, as mercadorias chegam até a metrópole paraense e de lá ocorre à distribuição para as cidades do interior, observa-se nesse aspecto que a região sul e sudeste do estado apresenta certa autonomia no corredor da Amazônia (AMARAL, 2013).

Ressalte-se que Belém do Pará centraliza a distribuição de produtos hortifrutigranjeiros, pensa-se como entreposto para comercialização de produtos. Amaral (2013, p. 17) ainda afirma que embora funcione como centro de distribuição de mercadorias dentro da região amazônica, sua produção ocorre principalmente em outras porções do território brasileiro, particularmente, no Vale do São Francisco, no Estado de Goiás, no Triângulo Mineiro e nos estados do sul e sudeste (cuja distribuição ocorre via CEAGESP).

Segundo pesquisa apontada por Amaral (2013), a região sul e sudeste do Pará, onde se localiza a cidade de Marabá. Apresenta-se neste arcabouço com autonomia de produtos agrícolas da CEASA da capital, tal fato se consolida na proximidade com outros polos de distribuição fora do estado. Sendo assim, não ocorre uma relação de dependência com o mercado da metrópole paraense.

Segundo Guerra, Filho e Costa (2005) em artigo publicado sobre a questão da feira e produtos com uso de agrotóxico no interior do Pará. Enfatiza algumas iniciativas de feira do

produtor com a produção agrícola pautada na sustentabilidade de recursos naturais. Em especial, a prática na fazenda Nova Vida em Altamira que existe um casal de agricultores que comercializam hortaliças sem o uso de agroquímicos na feira do produtor.

De acordo com os autores,

Verificou-se uma proeminência da atividade pecuária de ovinos, caprinos e peixes, com uma produção orgânica paralela, mas de menor monta em termos de investimento financeiro. A combinação destas atividades se realiza como prática de uma abordagem sistêmica, o que pode servir como importante efeito demonstrativo para produtores e estudiosos da agroecologia (GUERRA, FILHO E COSTA, 2005, p. 4).

Observou-se que o casal de produtores da fazenda Nova Vida em Altamira, comercializa na feira do produtor com produtos sem agrotóxico, nota-se também que em suas terras ocorre diversificação na produção. Existindo a produção de caprinos, ovinos e peixes. Tal diversificação despertou entre os feirantes da feira do produtor em Altamira certa intimidação, pois os produtos da fazenda Nova Vida apresentaram-se de maior qualidade e também mais diversos, conseqüentemente maior aceitação no mercado local.

Essa diversidade pode ser percebida na feira do agricultor na cidade de Marabá que também conta a incidência de produtos com agroquímico bem menor. Ressalta-se uma produção bem diversificada e com a participação de diversos PA's produzindo em escala da agricultura camponesa.

De acordo com Castro (2008), enfatiza a relação de diversidade com pequenos agricultores nas cidades amazônicas, retratando suas características e funcionalidade: Uma boa parte da população que vive nas cidades da Amazônia mantém processos de trabalho que decorrem de usos da floresta com expressivo número de produtos transformados pelo trabalho com a madeira, frutas, ervas e sementes. Outras formas de trabalho ocupam pessoas na pesca marinha e fluvial, ou ainda em artesanato que serve ao comércio nas cidades – uso talvez mais generalizado – mas também aos rituais e festas, as trocas simbólicas entre comunidades, cidades e parentela distante (...) Muitos trabalhadores que associam sistemas agroflorestais – extrativismo e agricultura – dependem também da biodiversidade da floresta na realização do trabalho e na continuidade de sistemas tradicionais de uso da terra (CASTRO, 2008, p. 35).

Mostra-se a relevância como a terra é trabalhada e como participa da vida do povo da floresta, que faz seu uso transformando o produto pela força do seu trabalho, dependendo unicamente da biodiversidade da floresta. Os agricultores familiares exercem papel central dentro desse processo de transformação, objetivando seu uso de maneira sustentável.

Estreitando a relação de proximidade com a realidade da feira do agricultor de Marabá, trabalho realizado por Guerra (2015), afirma seu caráter de produção diverso e dentro das características da agricultura familiar em que diz:

Constata-se que não há uma organização de setores dos produtos comercializados como nas outras feiras, visto que um mesmo feirante vende artigos diferenciados e na mesma barraca. Isso pode ser explicado pelo fato de a feira ser composta de agricultores familiares e eles utilizarem a produção rural tanto para a subsistência quanto para a comercialização (...) vende em uma mesma barraca tucupi, feijão (*Phaseolus vulgaris* L.) e banana (*Musa paradisiaca* L.), demonstrando a diversidade de atividades e cultivos realizados em seu estabelecimento agrícola. As vendas de produtos industrializados, de confecções, de prestações de serviços, consertos em geral e lanches (bolo, sucos, café) são feitas por pessoas que não são produtoras rurais, mais utilizam o espaço da feira para essas atividades (GUERRA, 2015, p. 65).

Há diversidade de produtos comercializados, nota-se que na mesma barraca ou banca vende uma variedade de produtos como feijão e tucupi. Tal fato acontece, pois são agricultores familiares que produzem tanto para subsistência quanto para ser comercializados.

Outro fato percebido que existe um grupo de feirantes que não são agricultores. Esses feirantes comercializam de tudo, como produtos industrializados, confecções e promovem até prestações de serviços. Como também a produção de lanches, evidenciando seu caráter diverso de comercialização.

Contrariando o princípio de criação da feira segundo Guerra (2015, p. 66) quando a feira surgiu ficou estabelecido que os feirantes fossem vender apenas produtos agrícolas produzidos pelos próprios agricultores, ou seja, não seriam vendidos produtos industrializados nem carnes bovinas e suínas por não haver estrutura adequada para sua conservação.

Desse modo, a comercialização de produtos sem a finalidade da feira foi sendo introduzidos em pequena escala, e atualmente percebe-se uma gama bem expressiva de produtos importados entre outros. Distanciando-se da finalidade precípua de sua criação.

Para Amaral (2010), busca-se mostrar que a feira da agricultura familiar segue como alternativa de abastecimento de produtos de origem familiar agrícola. Apresentando outro meio de produção que não seja aquele pautado na produção da agricultura empresarial. Mesmo com tantas dificuldades, segue rompendo barreiras de construção social. Onde os pequenos agricultores trabalham para dinamizar sua produção e equacionar o déficit de renda.

Dialogando com o princípio da sustentabilidade, e fortalecendo a complexificação e diversificação da agricultura camponesa. Michelloti e Rodrigues (2004) afirmam:

(...) defende-se que a agricultura sustentável deve basear-se no ‘manejo inteligente das forças da natureza’ buscando manter o máximo de complexidade e aproveitando assim o potencial simbiótico da interação entre as plantas e os animais manejados. No caso amazônico, a agricultura sustentável passa pela interação entre a floresta tropical (máxima complexidade) com a produção agroflorestal e pecuária. Preconiza-se, portanto, uma agropecuária inserida numa paisagem florestal.

Integra a agricultura sustentável como participante das atividades relacionadas com plantas e animais manejados, favorecendo uma relação com a floresta tropical. Ou seja, demonstrando a complexidade da natureza com o potencial simbiótico.

5.3.5. Aspecto ambiental ligado com a feira

Atualmente existe uma discussão mundial acerca dos perigos em torno do mau uso da biodiversidade natural. Nesse contexto, fazem-se avaliações de conjuntura constantes sobre o que deixaremos para as gerações futuras, pois existe uma sociedade de consumo voraz que sai dilapidando a natureza explorada. Contudo, na agricultura como vem sendo discutido, observa-se essas duas vertentes: agricultura camponesa e agricultura convencional (ALTIERI, 1998).

De acordo com Gliessman (2001, p. 79), aponta a necessidade de se criar agroecossistemas sustentáveis:

O desafio de criar agroecossistemas sustentáveis é o de alcançar características semelhantes á de ecossistemas naturais, mantendo uma produção para ser colhida. No trabalho em direção à sustentabilidade, o responsável por qualquer agroecossistemas se esforça, tanto quanto possível, para usar o conceito de ecossistema no desenho e manejo do agroecossistema. O fluxo de energia pode ser desenhado para depender menos de energia para manter os processos internos do sistema e aquele disponível para exportação, na forma de produtos que podem ser colhidos. O produtor pode esforçar-se para desenvolver e manter ciclos de nutrientes que sejam tão “fechados” quando possível, a fim de reduzir as perdas de nutrientes do sistema e buscar maneiras sustentáveis de fazer retornar, para a unidade produtiva, os nutrientes exportados. Mecanismos reguladores de população podem depender mais da resistência do sistema a pragas, através de uma bateria de mecanismos que variam desde aumentar a diversidade do habitat até assegurar a presença de inimigos naturais e antagonistas. Finalmente, um agroecossistema que incorpore as qualidades de ecossistema natural de resiliência, estabilidade, produtividade e equilíbrio assegurará melhor a manutenção do equilíbrio dinâmico necessário para estabelecer uma base ecológica de sustentabilidade. A medida que se reduz o uso de insumos humanos externos no controle dos processos do agroecossistemas, podemos esperar uma mudança de sistemas dependentes de insumos artificiais para sistemas desenhados para usar processos e interações de ecossistemas naturais, além de materiais derivados de dentro do sistema.

Desse modo, se faz necessário a consolidação de agroecossistemas sustentáveis, valorizando a diversidade local e contribuindo para a redução do uso de insumos artificiais, especialmente os altamente poluentes.

Ressalta-se que a sociedade está diante de uma crise ambiental que se expressa de diferentes maneiras e formas como a degradação e escassez da biodiversidade natural. Crise essa gerada pelo alto consumo e investimento na revolução verde na década de 1980. A contestação à agricultura e às formas de organização produtivas oriundas desse ideário traz em seu rastro uma série de manifestações sociais que passam a adquirir crescente importância e legitimidade nos anos mais recentes (ALTIERI, 1998).

Portanto, nota-se a relevância da agricultura familiar nesse sentido. Compreende-se como saída mais viável para combater esse modelo de agricultura imposto. Sendo assim, a feira e sua comercialização de produtos da agricultura camponesa como vem sendo utilizado à experiência de Marabá. Responde por questões ambientais utilizadas em seu processo. Desse modo, percebe-se que muitos agricultores têm cuidado expressivo com a natureza, manipulando a terra de modo responsável e equilibrado. Respeitando os princípios da agroecologia (CAPORAL, 2009).

De acordo com IFPA (2010, p. 25) citando exemplo da feira do produtor na cidade de Parauapebas (estado do Pará), vizinha à cidade de Marabá sobre os aspectos ambientais ressaltados pelas feiras de cunho agroecológico, afirma:

A feira é o principal veículo de comercialização das hortaliças, e também pode estimular a diversificação dos sistemas produtivos dos assentados. Há também um projeto de compostagem, para reaproveitar os resíduos orgânicos da Feira do Produtor, visando evitar a contaminação dos lençóis freáticos e do solo com esses resíduos, que seriam perdidos caso continuassem sendo coletados de maneira convencional. O projeto está sendo iniciado, e por isso se buscou a experiência de outras iniciativas de compostagem (como, por exemplo, a compostagem da Vale, em Carajás). A implantação da compostagem será em um centro da própria prefeitura, sendo direcionados inicialmente para os produtores de hortaliças, mas a ideia é que futuramente os próprios agricultores produzam os compostos orgânicos em seus próprios lotes.

Reitera o trabalho desenvolvido pelo os agricultores e a implantação do projeto de compostagem direcionado aos produtores de hortaliças. Fomenta que os agricultores possam produzir produtos orgânicos em seus próprios lotes de terra, compromisso este firmado com a responsabilidade ambiental dos agricultores. Expõe de modo elucidativo o papel e o apelo a natureza, proporcionado uma relação harmônica entre homem- natureza.

De igual modo, o projeto feira da agricultura familiar de Marabá conscientiza os agricultores sobre a importância da natureza no contexto ambiental. Agricultores que recebem apoio teórico educacional de entidades como; Instituto Federal do Pará campus rural (IFPA), Universidade do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), Federação dos trabalhadores da

agricultura familiar (FETAGRI), Sindicato dos trabalhadores rurais (STR) e a extinta CoopServiços.

Essas entidades contribuíram na criação da feira e somam esforço para fortalecer a identidade e perfil agroecológico com reuniões e conscientizando o agricultor sobre a importância. Neste aspecto, relata a agricultora:

A feira começou na liberdade através das iniciativas de um conjunto como: Cofama, Protague, Sindicato, incluindo os técnicos da CoopServiços. Tivemos uma reunião na Protague os agricultores alegaram que estragavam muitas mercadorias. Com o surgimento da feira com certeza iríamos aproveitar muitas mercadorias que se estragavam, pelo motivo de onde vender, não tinha mercado, estragava. Então concordamos de fazer a feira e até hoje já vamos fazer 10 anos (Dona Dijé, ex coordenadora da feira, entrevista concedida 10 de maio de 2016).

Desse modo, trabalho desenvolvido pelo IFPA em 2010. Reforça a proposta do campus rural de Marabá em formar agricultores explicando a relevância socioambiental da agroecologia através da agricultura familiar, e assim expõe:

Este projeto se lança ao desafio de conduzir um processo participativo de formação de agentes de desenvolvimento sustentável, comprometidos com a consolidação de alternativas produtivas de enfoque agroecológico, respeitando as peculiaridades amazônicas. O mesmo propõe a continuidade do processo de Construção do Conhecimento Agroecológico, iniciado em 2009 pela ABA/ANA, com participação ativa de entidades e instituições afiliadas ao Fórum Regional de Educação do Campo, sediado no território Sudeste do Pará. Através de uma metodologia participativa já testada e implementada pela ABA/ANA. Para tanto, algumas metas são apontadas como essenciais: a) a realização de 04 reuniões técnicas de avaliação e planejamento das oficinas e Seminário Regional; b) realização de 03 oficinas sobre experiências regionais envolvendo três públicos distintos: instituições ligadas a formação agroecológica; cooperativas e empresas de ATER que apoiam a agricultura familiar e agricultores familiares com experiências inovadoras na ênfase agroecológica; c) realização do primeiro Seminário Regional sobre Agroecologia, Sustentabilidade e Agricultura Familiar no território Sudeste paraense; d) a produção de um relatório final do projeto e um livro com as experiências regionais com ênfase agroecológica trabalhadas durante os eventos realizados (IFPA, 2010, p. 05).

No projeto compreendido pelo IFPA, propõe alternativa de formação para agricultores em relação a agricultura familiar. Possibilitando maior ganho informacional com construções de oficinas, relatórios e trocas de experiências vividas entre os agricultores. Fomentando a importância da agroecologia no contexto da cidade de Marabá.

5.4. O PAPEL DA FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR NA PERSPECTIVA AGROECOLÓGICA, NO MUNICÍPIO DE MARABÁ.

A feira da agricultura familiar de Marabá, há quase uma década, vem se consolidando com um espaço de fortalecimento da agricultura familiar local, construindo uma “ponte” estratégica entre o urbano e o rural, com base na necessidade de produção e consumo de alimentos saudáveis e de origem local. Além disso, existe um público de interesse, que busca alimentos produzidos com base de princípios agroecológicos.

De acordo com os entrevistados na pesquisa, a sua relevância é muito maior do que foi pensando inicialmente. Hoje seu papel para a agricultura familiar no sudeste do Pará ganha notoriedade. Desse modo, assim afirma (GUERRA, 2015, p. 50):

Os processos que envolvem essa atividade, desde a produção à comercialização, constituem a principal parte da renda familiar dos feirantes da feira da agricultura familiar de Marabá tendo em vista que muitos consideram ela apenas como atividade econômica presente na vida profissional.

Bem sabendo que no atual momento, não existe apenas agricultores na feira. Mas que também se observa a presença de pessoas desempregadas e que no momento se fazem presente na atividade de comercialização devido à alta taxa de desemprego na cidade de Marabá. Fenômeno esse que fez surgir outros atores ocupando o mesmo espaço.

A relevância desses espaços alternativos de venda e trocas, acaba-se tornando maior do que mensurado no início de sua formação. Pode-se afirmar que a feira da agricultura familiar de Marabá contribui para uma perspectiva agroecológica, tendo em vista a características levantadas.

Desse modo, infere (GUERRA, 2015, p. 50):

Com esse estudo foi possível compreender aspectos socioeconômicos e ter uma leitura diferente da que se tinha inicialmente da feira. Conversando e coletando dados diretamente com os feirantes e agricultores, chegamos a uma visão de como eles vivem dos problemas e adversidades enfrentados por eles, das melhorias e condições que eles reivindicam a fim de melhorar o próprio comércio que beneficia diretamente o consumidor. Diferentemente de outras feiras da cidade, a feira da agricultura familiar é voltada para a agricultura familiar, o que explica a diversidade de produtos vendidos por um mesmo feirante.

É clara a diferença entre a feira da agricultura familiar de Marabá e as demais feiras existentes no município, especialmente pelo seu caráter de organização social; diversidade de produtos de origem conhecida e sem uso de agrotóxicos; preços justos e estreito diálogo entre os sujeitos envolvidos. Nesse sentido, fica claro seu comprometimento com lógicas produtivas familiares e princípios essenciais para se consolidar um espaço de produção agroecológica.

E por fim, em meio a tantas dificuldades para a manutenção da proposta atual da feira, compreende-se que a mesma fortalece a agricultura familiar no entorno da cidade de Marabá

estruturando o projeto antes visualizado pelos seus idealizadores. Ressalta-se nesse bojo algumas contradições pertinentes como a presença de atravessadores que fragiliza a proposta precípua da feira. Outro aspecto que se destaca também compreende o uso de agrotóxico por parte de algumas famílias de agricultores.

Nota-se também como fator percebido que eles não comercializam tudo que produzem no lote de terra, devido às dificuldades com transporte, armazenamento e pouca produção agrícola. Contudo, a feira se mostra como espaço de construções de bases agroecológicas, respeitando alguns princípios que norteiam a produção agrícola no âmbito da sustentabilidade. Cujos principais atores estão envolvidos com as lógicas familiares de produção.

6. CONCLUSÃO

Este trabalho buscou analisar e responder algumas questões a respeito da produção agrícola familiar, tendo a feira como alternativa de fortalecimento de princípios agroecológicos, na região sudeste do Pará. A feira da agricultura familiar de Marabá tem suas raízes marcadas nas lutas históricas dos agricultores pertencentes nesse território.

Diante da conjuntura histórica da luta pela terra na região sudeste do Pará. O território foi marcado por intensos conflitos agrários que sangraram diversos trabalhadores rurais nas últimas décadas. Desse modo, entre conflitos pela regularização fundiária e produção agrícola familiar surge a feira da agricultura familiar como projeto político dos agricultores e com organização técnica e política de diversas instituições presentes (Copserviços, STR de Marabá, IFPA, UNIFEPPA, FETAGRI, entre outros).

Essa que é a primeira e única feira com uma proposta agroecológica surgiu com a finalidade precípua de valorizar e fortalecer a produção agrícola de famílias rurais, através de uma participação ativa no processo de comercialização de seus produtos junto a sociedade urbana local.

Notou-se até o presente momento que a feira enfrenta alguns entraves que inviabilizam a sua manutenção, bem como se notou sérias dificuldades de acesso das famílias rurais para participarem consistentemente nesse espaço de comercialização e sociabilidade.

Observou-se que o feirante/agricultor mora em assentamentos nas proximidades da cidade de Marabá, sendo os mesmos responsáveis pela produção, comercialização e distribuição dos produtos agrícolas. E que os produtos são de fato de seus assentamentos comprovando a investigação que é feita no início do trabalho.

Outro fato percebido é que o projeto inicial da feira seria a eliminação de atravessadores, mas que foi identificado, mesmo que em pequena proporção, a presença desses agentes comerciais no espaço da feira. Como os atravessadores, também foi identificado a presença de outros atores sociais a que cabe destacar, tais quais: motoristas de ônibus, feirantes, agricultores, sindicalistas, entre outros. Esses atores ajudam a construir e formar a identidade da feira que ainda se encontra em processo de construção identitária.

As discussões em torno das formas de produção dos alimentos assumem princípios próximos aos da agroecologia, mesmo com algumas contradições presentes no espaço da feira e das propriedades familiares. Destaca-se dentre os princípios agroecológicos mais fortes, encontrados, a produção orgânica de alimentos, a utilização de insumos orgânicos na produção, método de conservação de alimentos naturais. Ou seja, trabalhando na ampliação e conservação da biodiversidade dos ecossistemas.

Contudo, observa-se uma das fragilidades apontada na pesquisa, para manutenção dos princípios agroecológicos, ainda é a utilização mesmo que em pequena quantidade de agrotóxico.

Sendo assim, percebeu-se, mesmo que timidamente, que muitos agricultores mesmo não conhecendo um conceito de agroecologia, aplicam de modo circunstancial princípios apontados como agroecológicos. E, quando trazidos a realidade de Marabá com os princípios que regem a agroecologia, consegue-se traçar um paralelo de semelhança com exemplos praticados em outras partes do país.

Em uma perspectiva econômica, notou-se que os atores envolvidos enxergam a feira como uma alternativa sólida de subsistência financeira. Muitos feirantes/agricultores depositam na feira o sustento de sua família, como no caso da agricultora Maria Augusta que só depende da feira para prover o seu sustento e de sua família. Em outras palavras, a atividade mercantil desenvolvida aos sábados representa mais do que ganhos, acaba que representando tudo que eles necessitam.

Outro aspecto de fragilidade da feira está nas relações com o poder público. O espaço da feira recebe somente apoio financeiro do STTR de Marabá, no aluguel de imóvel para eles dormirem na noite de sexta-feira. A prefeitura da cidade de Marabá não tem se envolvido com nenhuma espécie de apoio para a manutenção ou fortalecimento da feira.

Sendo assim, a feira em sua delimitação geográfica acaba por respeitar os princípios agroecológicos e que a mesma representa mais que aspectos econômicos. Suas características culturais estão nitidamente presentes, sendo os vínculos de amizades entre os sujeitos que constroem a feira.

De forma geral, a feira da agricultura familiar de Marabá contribui, de maneira significativa, para o fortalecimento das lógicas produtivas na região sudeste do Pará se apresentando como alternativa viável para as famílias de agricultores que residem, especialmente, no entorno da cidade de Marabá.

Finalmente, o papel que a feira da agricultura familiar desempenha para a economia local é altamente estratégico, mas vai além da dimensão econômica. A promoção do fortalecendo a agricultura familiar rebate também em aspectos de autonomia na produção, consumo de alimentos saudáveis (no campo e na cidade), fortalecimento político, cultural e eleva a autoestima dos sujeitos do campo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: HUCITEC, 1992. 275 p.

ALMEIDA, José Jonas. A cidade de Marabá sob o impacto dos projetos governamentais. 2008. 273 p. Dissertação (Mestrado) - Curso de História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Editora da Universidade, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998.

ALTIERI, Miguel. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2002. 592 p.

ALTIERI, M. Colheita fatal: velhas e novas dimensões da tragédia ecológica da agricultura moderna. IN: Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3ª Ed. Revista e Ampliada, Miguel Altieri, Ed. Expressão Popular, São Paulo, 2012, Capítulo 01, P. 23-47.

AMARAL, Márcio Douglas Brito. **Dinâmicas econômicas e transformações espaciais: A metrópole de Belém e as cidades médias da Amazônia Oriental-Marabá (PA) e Macapá (AC)**. 2010. 347 p. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

AMARAL, Márcio Douglas Brito. As relações estabelecidas entre a metrópole de Belém e a cidade média de Macapá (AP). **Confins: Revista franco-brasileira de geografia**, Rio de Janeiro, v. 17, p.12, mar. 2013.

ASSIS, William Santos de. **Mobilização camponesa no sudeste paraense e luta pela reforma agrária**. 2. ed. Brasília: Unesp, 2009. 369 p.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA. Projetos de Reforma Agrária Conformam Fases de Implantação. Superintendência Regional Sul do Pará- SR (27).

BRASIL, Lei. 11.326, de 24 de Julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União. **Diário Oficial da União, Brasília, DF**, v. 25, 2006.

BECKER, Claudio; ANDERSSON, F. S.; MEDEIROS, P. M. Inovação e controle social na produção e comercialização de alimentos ecológicos: institucionalizando a confiança. **Revista Agriculturas**, v. 10, n. 2, 2013, p. 18-21.

BARROS, B. B.; SILVA, L. M. S. Agroecologia e aproximações de saberes como essência do desenvolvimento sustentável nos trópicos. In: GOMES, J. C. C.; ASSIS, W.S. de. Agroecologia: princípios e reflexões conceituais. Brasília, DF: Embrapa, 2013, p. 109-144.

BRAGA, Patrícia. **Estudo do Perfil dos Consumidores em Duas Feiras Livre de Base PICOLOTTO**, E. L.; As Mãos que Alimentam a Nação: agricultura familiar.

BRANDENBURG, Alfio. Ciências sociais e ambiente rural: Principais temas e perspectivas analíticas. **Ambiente & Sociedade**, Indaiatuba, v. 8, n. 1, p.1-14, 2005.

BUAINAIN, Antônio Marcio. Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável: questões para debate. No. IICA E20-30. IICA, Costa Rica, 2006.

BUAINAIN, Antônio Márcio; BATALHA, Mário Otávio. **Cadeia Produtiva de Produtos Orgânicos**. 5. ed. Brasília: Sede, 2007. 108 p.

CASTRO, S. R. de. Feira da agricultura familiar de Marabá: Uma alternativa que deu certo. In: II OFICINA REGIONAL: Experiências de ATER, ATES, extensão e desenvolvimento regional com ênfase em agroecologia. FREC, GT Agroecologia, Marabá, 2010, p. 91-108.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia: Enfoque científico e estratégico. **Agroecologia e Desenvolvimento rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p.13-16, jun. 2002.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Agroecologia**: uma ciência do campo da complexidade. Brasília: Paulus, 2009. 111 p.

CAZELLA, Ademir, Antônio; BONNAL, Philippe; MALUF, Renato S. **Agricultura familiar**: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009, 25.

CHAFFOTTE, Lydie; CHIFFOLEAU, Yuna. Vente directe et circuits courts: évaluations, définitions et typologie. **Les cahiers de l'Observatoire CROC, INRA**, Montpellier, v. 1, n. 8, 2007.

COPSERVIÇOS. **Projeto da Feira da Agricultura Familiar**. Marabá, 2005. (Impresso).

DAROLT, Moacir R.; LAMINE, Claire; BRANDEMBURG, Alfio. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. **Agriculturas**, Curitiba, v. 10, n. 2, p. 8-13, jun. 2013.

HIRAI, Wanda Griep; DOS ANJOS, Flávio Sacco. 08. Estado e segurança alimentar: alcances e limitações de políticas públicas no Brasil. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 6, n. 2, 2007, p. 335-353.

EHLERS, Eduardo. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. Livros da terra, 1999, p. 20.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar. **Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos. João Pessoa: AGB**, 2002, p. 4.

FLORIT, Luciano Felix. **A reinvenção social do natural: natureza e agricultura no mundo contemporâneo**. 2002. 171p. 2002. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

Gomes, Maria Mirian Ferreira. Feira da agricultura familiar de marabá. Especialização (especialista em educação no campo) - Curso de especialização em educação do campo: agricultura familiar, sustentabilidade na Amazônia, Instituto federal do Pará, Marabá, 2015.

GODOY, Wilson Itamar. "As feiras Livres de Pelotas-RS: Estudo Sobre a Dimensão Socioeconômico de um Sistema Local de Comercialização." Pelotas: UFPEL (2005).

GLIESSMEN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Ed. Univ. Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, 2001, p. 625.

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. Caminhos da geografia agrária e dos estudos rurais rumo à interdisciplinaridade. **Geoamazonia**, Belém, v. 2, n. 4, p.1-9, jul. 2014.

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz; FILHO, Galdino Xavier de Paula; COSTA, Francisco das Chagas de Medeiros, nº 007. "Agroecologia na Transamazônica." (2005).

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. Feiras de Marabá: Laranjeira, 28 e feira do produtor rural. Ed. Paka tatu. Brasil, 2015, 169 p.

GUIMARÃES, Camila Aude. A feira livre na celebração da cultura popular. **Biblioteca Latino-Americano de Cultura e Comunicação**, v. 1, n 1, p.7, 2011.

GUIVANT, Julia S. Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 14, n. 3, p. 411-446, 1997.

HEBETTE, Jean. **CRUZANDO FRONTEIRA: 30 anos do estudo do campesinato na Amazônia**. 2. ed. [s.l.]: ADUFPA, 2004.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro/RJ, 2010, 09 -11p. Disponível em: < www.ibge.gov.br/censo2010>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ-CAMPUS RURAL DE MARABÁ. Projeto Pedagógico do Curso de Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio. Marabá-PA, 2010.

LAMINE, Claire. Changer de système: une analyse des transitions vers l'agriculture biologique à l'échelle des systèmes agri- -alimentaires territoriaux. **Terrains et Travaux**,[s.l], v. 20, p. 139-156, 2012.

MAIA, Ricardo Eduardo de Freitas; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. Populações locais e hidrelétricas: caso de duas localidades atingidas pela barragem de Belo Monte, Pará, Brasil. **Campo-território: revista de geografia agrária**, [S.l.], v. 10, n. 20, p.363-392, jul. 2015.

MALUF, Renato S.; LIMA, D. M.; WILKINSON, J. O enfoque da multifuncionalidade da agricultura: aspectos analíticos e questões de pesquisa. **Inovação nas tradições da agricultura familiar**. Brasília, v. 15, p. 301-328, 2002.

MARINHO, Dalcione Lima. **Rompendo cercas e construindo saberes: a juventude na construção da educação profissional do campo no Sudeste do Pará**. Recife: Imprima, 2016. 320 p.

MEDEIROS, Jorge Franca da Silva. **As Feiras Livres em Belém (PA): Dimensão Geográfica e Existência Cotidiana**. 2010, 100p. Dissertação (Mestrado em Geografia): Belém: Universidade Federal do Pará, 2010.

MICHELOTTI, Fernando; RODRIGUES, FNC de V. Desafios para a sustentabilidade ecológica integrada a trajetórias de estabilização da agricultura familiar na região de Marabá. **ENCONTRO DA ANPPAS**, [s.l], v. 2, p. 1-20, 2004.

MIRANDA, Jaime Rodrigo da Silva. Extensão rural e agroecologia: a criação da Feira da Agricultura Familiar de Marabá-PA. **Cadernos de Agroecologia**, Fortaleza, v. 6, n. 2, p. 1-5, 2011.

MOLINA, Mônica Castagna. **Políticas públicas**. Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo, Expressão Popular, p. 585-593, 2012.

NAVARRO, Zander; PEDROSO, Maria Thereza Macedo. **Agricultura familiar: é preciso mudar para avançar**. Embrapa Informação Tecnológica, 2011.

PEREIRA, Airton dos Reis. **A LUTA PELA TERRA NO SUL E SUDESTE DO PARÁ: migrações, conflitos e violência no campo**. 2013. 278 p. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

PETERSEN, Paulo; SOGLIO, Fábio Kessler dal; CAPORA, Francisco Roberto. **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro: A construção de uma Ciência a serviço do campesinato**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. 168 p.

PIERRI, Maria Clara Queiroz Mauricio; VALENTE, Ana Lucia E. F. A feira livre como canal de comercialização de produtos da agricultura familiar. In: CONGRESSO DA SOBER, 48, 2011, Campo Grande. **PCT IICA/MDA**. Campo Grande: NEAD, 2011. p. 8-20.

PINHEIRO, Sergio L. G. O enfoque sistêmico e o desenvolvimento rural sustentável: uma oportunidade de mudança da abordagem hard-systems para experiências com soft-systems. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 8, 2000.

REDLINGSHÖFER, Barbara. Vers une alimentation durable? Ce qu'enseigne la littérature scientifique. **Inra: Mission Environnement-Société**, Paris, v. 53, n. 7, p.83-102, dez. 2006.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. A perspectiva sociológica em Agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 18-28, 2002.

SILVA, Marcio Gomes da; JUNIOR, Paulo César Gomes Amorim. Inovações organizacionais para a construção de mercados locais e solidários em Espera Feliz (MG). **Construção Social dos Mercados**, Viçosa, v. 10, n. 2, p. 14, 2013.

SILVA, Luís Mauro Santos. O papel didático da crise da agricultura moderna para a compreensão da ascensão de um enfoque agroecológico. **Desenvolvimento rural sustentável no Norte e no sul do Brasil. Belém: Paka-Tatu**, p. 227-248, 2013.

SOUZA, Marcelo Santos de. **Redes de cooperação no pequeno varejo: a construção social dos mercados de hortifrutigranjeiros no Rio Grande do Sul**. 2009, p. 15-50.

SIMÓN FERNÁNDEZ, Xavier; DOMINGUEZ GARCIA, Dolores. Desenvolvimento rural sustentável: uma perspectiva agroecológica. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, v. 2, n. 2, 2001. p. 17-26.

VERSCHOORE, Jorge Renato et al. Redes de cooperação: uma nova organização de pequenas e médias empresas no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: FEE, p. 1- 46, 2004.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. Sete teses sobre a agricultura camponesa. **Revistas Agrícolas: Experiências em Agroecologia**, Rio de Janeiro, p. 17 – 32, 2009.

VON DER WEID, Jean Marc. Um novo lugar para a agricultura. **Construção do futuro**, 2009.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro: Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20. 1996, Caxumba. **Anais...Caxumba: Estudos Sociedade e Agricultura**, 1996. p. 18.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, [s.l.], v. 1, p 10, 2013.

APÊNDICE I: ROTEIRO SEMIABERTO PARA LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES NA FEIRA DA AGRIUCLTURA FAMILIAR – PRODUTORES E COMERCIANTES.

Nome completo:

Local em que mora: (Assentamento, comunidade etc.) e que distância fica de Marabá?

Faixa etária:

Sexo M() F ()

1. Participa da feira desde quando? Por que participa? Como ficou sabendo da feira?
2. Toda a família participa ou somente você?
3. É agricultor ou apenas comercializa?
4. Que produtos comercializa na feira?
5. Quem compra seus produtos? (da cidade? consumidores de renda baixa e/ou alta etc.).
6. Eles vêm de onde?
7. Quais os tipos de apoio que recebe para participar da feira? Quem fornece o apoio?
8. Participa de alguma organização social? Quais e qual o tipo de participação?
9. Já ouviu falar de PRODUTO ORGÂNICO? O QUE VOCÊ ENTENDE QUE SEJA?
10. Você já ouviu falar em AGROECOLOGIA? Se você conhece, o que entende sobre o termo?
11. Qual a importância da feira para os agricultores e os consumidores?
12. Quais os maiores problemas da feira?

+++++

APÊNDICE II: ROTEIRO SEMIABERTO PARA LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES NA FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR - CONSUMIDORES**Nome completo:****Local em que mora?****Faixa etária:****Sexo M() F ()**

1. Compra na feira desde quando? Porquê? Como ficou sabendo da feira?
2. Toda a família compra ou somente você?
3. Compra apenas para o consumo ou revende?
4. Que produtos compra na feira?
5. Você sabe de onde eles vêm? Citar alguns.
6. Já ouviu falar de PRODUTO ORGÂNICO? O QUE VOCÊ ENTENDE QUE SEJA?
7. Você já ouviu falar em AGROECOLOGIA? Se você conhece, o que entende sobre o termo?
8. Qual a importância da feira para os consumidores e para as famílias que vendem?
9. Quais os maiores problemas da feira?

+++++

APÊNDICE III: ROTEIRO SEMIABERTO PARA LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES JUNTO A AGRICULTORES QUE PARTICIPAM DA FEIRA**Nome completo:****Local em que mora: (Assentamento, comunidade etc.) e que distância fica de Marabá?**

1. Distância do lote para a feira da agricultura familiar, em Marabá?
2. Tipo de transporte utilizado e tipo de gasto para participar da feira?
3. Como começou a participar da feira? Quais os principais motivos que levou para participar?
4. O que ela te de diferente das demais feiras? Cite as principais.
5. Quem da família participa da feira? Quais as atividades de cada um?
6. O que comercializa na feira? Tem alguma produção que gostaria de levar, mas não leva? Por quê? (fazer lista dos produtos e subprodutos).
7. Comercializa na feira algo que não produz no lote da família? Por quê?
8. O que a feira tem garantido para a família? Quais as principais.
9. O que a feira ainda não garante para a família?
10. O que o lote tem de diferente depois de entrar para a feira? Cite e explique.
11. Quais os pontos positivos e negativos da feira?
12. Você já ouviu falar em Agroecologia? Se ouviu, de que acha que se trata?

+++++

ANEXO A – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu,, inscrito no CPF....., portador do RG.....Depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso da minha imagem e da minha propriedade, como também o uso do meu depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, os pesquisadores Angel Marques Amador e Prof. Dr.º Luís Mauro Santos Silva (orientador) do projeto de pesquisa intitulado “*A feira como espaço de valorização da agricultura familiar: o caso da feira da agricultura familiar, no município de Marabá, no sudeste do estado do Pará*” a publicar as fotos necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes. Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto No 3.298/1999, alterado pelo Decreto No 5.296/2004).

Marabá,..... de..... de 2017.

Angel Marques Amador
Aluno responsável pelo projeto